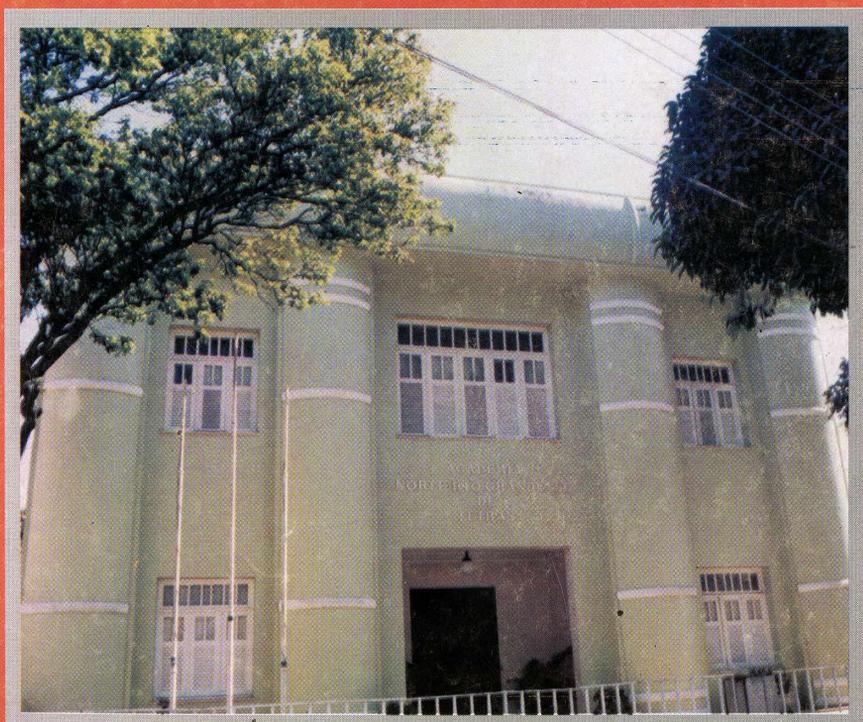


REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS



N. 36 - Vol. 48- Outubro/2006

**REVISTA DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS**

Nº 36 – VOL. 48
Outubro – 2006

PROJETO GRÁFICO:

Edenildo Simões

REVISÃO:

Os Autores

ARTE DA CAPA

Edenildo Simões

FOTO DA CAPA:

João Maria Alves

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Edenildo Simões

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Willams Laurentino

ACABAMENTOS GRÁFICOS

Damião Pereira

Catálogo da Publicação na Fonte. Departamento Estadual
de Imprensa - DEI - Editorial “A República”

Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras - Nº 36 (Novembro/2006).
-- Natal(RN)

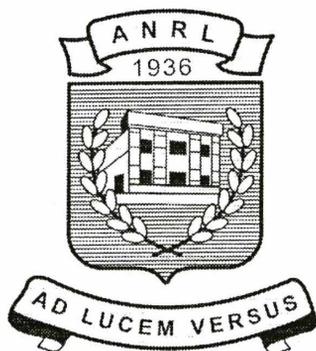
Publicada pela Gráfica do DEI

ISSN 0667-5995

1. Leitura brasileira 2. Poesia 3. Cultura 4. Ensaios 5. Ficção 6. Artigos
7. Periódicos.

**ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS
PATRONOS E ACADÊMICOS**

Cadeira	Patrono	Primeiro Ocupante	Sucessores
1	Padre Miguelelino	Adauto da Câmara	Raimundo Nonato da Silva, Sylvio Pedroza, Claudio Emerenciano
2	Nísia Floresta	Henrique Castriciano	Hélio Galvão, Grácio Barbalho, Emani Rosado
3	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra	José de Anchieta Ferreira
4	Lourival Açucena	Virgílio Trindade	Enélio Lima Petrovich
5	Moreira Brandão	Edgar Barbosa	Ascendino de Almeida, Manoel Onofre Junior
6	Luís Carlos Wanderley	Carolina Wanderley	Gumercindo Saraiva, João Batista Pinheiro Cabral
7	Ferreira Nobre	Antonio Soares	Mariano Coelho, Nestor dos Santos Lima
8	Isabel Gondim	Matias Maciel	Walter Wanderley, Nilson Patriota
9	Almino Afonso	Nestor Lima	Cristóvão Dantas, Humberto Dantas, Peregrino Junior, Dorian Gray Caldas
10	Elias Souto	Bruno Pereira	Paulo Macêdo
11	Padre João Maria	Januario Cicco	Onofre Lopes da Silva, Miguel Seabra Fagundes, Fagundes de Menezes, Paulo de Tarsó Correia de Melo
12	Amaro Cavalcante	Juvenal Lamartine	Veríssimo de Melo, Oswaldo Lamartine de Faria
13	Luís Fernandes	Luís da Câmara Cascudo	Oriano de Almeida, Anna Maria Cascudo Barreto
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes	Raul Fernandes, Armando Negreiros
15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes	Antonio Pinto de Medeiros, Eloy de Souza, Umberto Peregrino, Francisco Fausto
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma	Rômulo Wanderley, Maria Eugênia Montenegro
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte	Aluizio Alves
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida	D. Nivaldo Monte
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara	Nilo Pereira, Murilo Melo Filho
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley	Mário Moacir Porto, Dorian Jorge Freire, José Homógenes
21	Antônio Marinho	Floriano Cavalcanti	Luiz Rabelo, Valério Mesquita
22	Côn. Leão Fernandes	Côn. Luís Monte	D. José Adelino Dantas, Côn. Jorge Ó Grady de Paiva, Côn. José Mário Medeiros
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior	Othoniel Menezes, Jaime dos G. Wanderley, Iaperi Araújo
24	Gothardo Neto	Francisco Ivo Cavalcante	Antídio Azevedo, Antônio Soares Filho, Tarcísio Medeiros, Sônia Fernandes Ferreira
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França	Inácio Meira Pires, João Wilson Mendes Melo
26	Manoel Dantas	José Augusto Bezerra de Medeiros	Diógenes da Cunha Lima
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa	Vicente Serejo
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros	Jurandy Navarro
29	Amando Seabra	Esmeraldo Siqueira	Itamar de Souza
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo	Aluísio Azevedo, Diva Cunha (eleita)
31	Padre Brito Guerra	José Melquiades	Pedro Vicente Costa Sobrinho
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado	João Batista Cascudo Rodrigues
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza	Hypérides (Peri) Lamartine
34	José da Penha	Alvamar Furtado	Lenine Pinto
35	Juvenal Antunes	Edinor Avelino	Gilberto Avelino, Ticiano Duarte
36	Benício Filho	João Medeiros Filho	Olavo de Medeiros Filho
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro	Luís Carlos Guimarães, Elder Heronildes
38	Luís Antônio	José Tavares	Vingt-Un Rosado, América Rosado (eleita)
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes	
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros	



DIRETORIA DA ANRL

Presidente

Diógenes da Cunha Lima

Vice-Presidente

Paulo Macedo

1º Secretário

Nilson Patriota

2º Secretário

João Batista Pinheiro Cabral

Tesoureiro

Enélio Lima Petrovich

Diretor da Biblioteca

Jurandyr Navarro

Diretor da Revista

Manoel Onofre Jr.

Comissão de Contas

Sanderson Negreiros, Cláudio
Emerenciano e Paulo de Tarso Correia
de Melo

Comissão de Sindicância

Pedro Vicente, Armando Negreiros e
José de Anchieta Ferreria

SUMÁRIO

ENQUANTO A LUCIDEZ PERMANECE – João Wilson M.Melo	07
NA CONSTRUÇÃO DE NOSSA CIDADANIA – Diógenes da Cunha Lima	11
UM DOM QUIXOTE COM JEITO DE SANCHO PANÇA – Manoel Onofre Jr.	15
WALTER PEREIRA – Paulo de Tarso Correia de Melo	19
DIZE-ME DE ONDE VENS E DIR-TE-EI QUEM ÉS – Armando Negreiros	21
A CASA DA CULTURA DE MACAÍBA – Valério Mesquita	25
PALAVRA EM FESTA – Antonio Naud Jr.	29
EÇA E OS BRASILEIROS – Fernando Abbott Galvão	33
BOJADOR – Lenine Pinto	47
PASSEIO NA SERRA – Nilson Patriota	57
O ENIGMA DA ÁFRICA NEGRA – Tomislav Femenick....	73

Poesia

O FUNDADOR MÍTICO DAS QUINTAS, CAPITÃO PEDRO DA NÓVOA CONTEMPLA A PONTE	
NEWTON NAVARRO – Jarbas Martins	103
HAI-KAIS DAS DIMENSÕES – Lívio Oliveira	104
HAI-KAIS DO MAR ALTO – Lívio Oliveira	105

Discursos

ILUMINURAS – Discurso de Posse da Acadêmica Sônia Maria Fernandes Ferreira	109
A FELICIDADE DE SER POETA – Discurso de posse	

do acadêmico Ticiano Duarte	125
SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO TICIANO DUARTE – Jurandyr Navarro.....	139
IN MEMORIAN DE UMBERTO PEREGRINO E ORIANO DE ALMEIDA – Enélio Petrovich.....	145
DORIAN JORGE FREIRE – NECROLÓGIO – Armando Negreiros.....	161
VINGT-UN ROSADO – RELEMBRANÇAS E PRESENÇA - João Batista Cascudo Rodrigues	171
AGRADECIMENTO AO ELOGIO A VINGT-UN ROSADO – Jerônimo Dix-Sept Rosado Sobrinho	177
REGISTRANDO E LEMBRANDO – Anna Maria Cascudo Barreto	183
SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO IVAN JUNQUEIRA – Murilo Melo Filho	187
DISCURSO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DA UNIPÊ – Enélio Petrovich	195
UMA MULHER NO UNIVERSO MASCULINO – Anna Maria Cascudo Barreto	199

ENQUANTO A LUCIDEZ PERMANECE

João Wilson Mendes Melo

Membro da Academia

Norte-rio-grandense de Letras

Quando se ingressa na terceira idade, surgem muitas lamentações de coisas que algumas vezes fazem levar o lenço aos olhos para enxugar uma lágrima sem cor mas de alguma dor que não pode ser entendida senão pelo coração dos que ao menos se aproximem daquelas condições constrangedoras.

Tudo o que pensam, ou melhor, tudo o que sofrem acrescenta-se às experiências do próprio acervo e pode ser descrito sob os títulos que traduzem para muitos os seus conteúdos e para outros interrogações, perplexidade e temor.

Esta última fase de vida que a ciência tem prolongado, chamam-na, consoladoramente, de melhor idade. Neste ponto, tenho, entretanto, minhas dúvidas.

Dois aspectos-conseqüências, entre muitos outros, são possíveis de apontar.

I

Um mundo silencioso

Parece-lhe distante o tique-taque do velho relógio de parede. Alguns parentes já haviam notado. Depois os amigos, também. Ele dava uma atenção desusada quando falavam, às vezes respondia a coisas não perguntadas e às vezes não respondia a nada; dizia um sim evasivo e trazia outro assunto. Alguns comentavam: ao telefone ele não nos deixa falar, dando a impressão que deseja tomar todo o tempo para não ter que ouvir o que parece não entender; diz que o fone está ruim, que tem ruídos na linha...

Da janela de onde vê a cidade circular de um ponto a outro, como sangue de um organismo muito vivo, firma a convicção de que as máquinas que andam e conduzem não chegam a incomodar porque seu ruído é mínimo pela perfeição de sua técnica ou por conta do tapete escuro e macio do asfalto. E assim, nas horas em que sempre gostou de olhar o movimento da manhã e do final da tarde, pode quedar-se mais absorto nas belezas que o deslumbram e na calma enganosamente silenciosa para os seus sentidos e ouvidos que em outros tempos percebiam sons e musicalidades no trânsito sem fim e nas chuvas que caíam. Esses transeuntes agora parecem andar nas pontas dos pés e essas chuvas parecem cair macias, num gesto benevolente da natureza para não perturbar como antigamente.

Pensa também que o telefone não toca e, numa cortesia da criação moderna, registra com letras e números quem o deseja ouvir para que somente depois se disponha a atender, para não perturbar sua contemplação. E ele pode, assim, ser mais contemplativo e mais amante das solicitações incômodas que tiram o sossego de quem quer, por uma disposição natural e permitida passivamente, ficar pensando muito ou não pensando em nada.

Ultimamente, de tanto se repetirem esses fatos simples e singulares, ele já vinha percebendo mentalmente que estava passando a ouvir menos (numa inversão proporcional até) os incômodos mínimos do ambiente e que, num mundo de tantas comunicações indesejáveis, não chegarem algumas delas ao seu conhecimento, tinham o valor positivo de evitar tristezas, constrangimentos e contestações do mal que cometem tão natural e inconscientemente nas ruas que avista de sua janela e das outras ruas além dos edifícios para os quais a visão parece rolar, pelas suas alturas, longe do mal das cidades, ou ainda, daqueles prédios cujas silhuetas desenhavam no horizonte uma “pose” de criatura de cimento e ferro e que são sempre as mesmas como manequins de vitrines.

Agora, porque o seu tempo maior decorre num espaço menor, aquele recesso onde as pessoas, como ele antigamente, descansavam

do convívio da tormenta citadina e hoje descansam do afã de viver e do convívio indefinido e às vezes perturbador, outras decepções despertam outras ausências que começam a incomodar. Por exemplo: não acorda mais sob o som do velho relógio de parede a indicar as horas como fazia na antiga alegria. Também muitas e muitas vezes não o percebe durante o dia. Até mesmo o tique-taque, pulso daquela pequena engenhoca, útil e amiga máquina, não é captado pelos seus ouvidos. As batidas de horas muitas vezes parecem uma comunicação dita em surdina, uma espécie de segredo de amigo, nas horas mais calmas como aquelas que lhe comunicam que é chegado o momento do ângelus e se deve rezar uma oração. Enquanto o mundo mais próximo e deste lado da terra, vai mergulhando na escuridão de alguns lugares ou na luminosidade artificial da nossa morada e das cercanias onde habitam amigos.

Pancadas mecânicas de ressonâncias no tempo, tempo próximo e tempo distante, fazem falta porque eram assíduas, quando tantos outros sons sinceros não eram tão constantes.

Despertam para outras ausências, para a sonoridade das palavras que emudeceram para sempre e das palavras que não emudeceram mas que não se ouvem como antigamente.

Percebe que já vão longe os instantes em que o barulho era um tormento e que estão chegando os momentos em que o silêncio pode tomar o seu lugar e temos que falar bem alto para ouvir nossas próprias palavras ecoando, na alma rediviva, para um corpo menos vivo que se ausenta sem cessar, mas sem dor, graças a Deus.

II

Noites com menos estrelas

“Ao cismar sozinho à noite”, como o poeta Gonçalves Dias, ao observar o céu, notava que, ao contrário de um tempo atrás, o número de estrelas era bem menor. O gesto automático de afagar

os olhos demonstra que nada se modifica e que eles não são mais os mesmos e, agora, aprenderam a esconder e a mentir.

Consola superficialmente a idéia de que as visões que permanecem na memória são as mais belas amigas. As que não existem na visão enfraquecida são aquelas que se foram pelo espaço para iluminar outros caminhos, na imensidão ora azul, ora escura. Elas se foram porque não há mais sobre a terra quem possua a qualidade que faz o homem poder “ouvir e entender estrelas”, na sentença de Olavo Bilac, outro contemplativo, ao abrir a janela, “pálido de espanto”. De qualquer forma é bom olhar o espaço que a visão ainda permite contemplar.

Sofredor comum de sofrimentos diversos, concluirá que não é justo maldizer os momentos de dor quando eles podem produzir boas idéias que não se encasulem no silêncio, mas venham à luz para aquecer os outros. Pois, sem o barulho do mundo e sem a sua luminosidade, tantos souberam construir, sendo instrumentos de Deus, não somente modificando o bronze e o mármore, mas criando palavras que são luz e som para iluminar e alegrar caminhos.

Uma única coisa Deus nos negará: isentar-nos da morte.

Ele nos quer presentes ao seu convívio.

NA CONSTRUÇÃO DE NOSSA CIDADANIA

Por Diógenes da Cunha Lima

Presidente da Academia

Norte-rio-grandense de Letras

Direito do trabalho é arquitetura de cidadania.

Rareava a ocupação, com cultura do açúcar e criação de gado na maior das Capitânicas hereditárias instituídas por Dom João III, o nosso Rio Grande. O trabalho era plantio, colheita e processamento da cana-de-açúcar. A economia colonial carecia de mão-de-obra. A forma de organização produtiva exigia trabalho escravo. As dificuldades para o objetivo econômico eram insuperadas.

Os colonos não tinham dinheiro para importação de negros de Angola ou da Guiné e provocaram reação dos índios, chamados “negros da terra” para escravizá-los através da “guerra justa”. O Brasil conheceu aqui o genocídio ameríndio no final do século XVII e começo do XVIII com a Confederação dos Cariris. Cariris, “os calados” como os potiguares, “comedores de camarão”, tinham o sentimento da liberdade, caçando, pescando, não se prestavam a trabalho servil e acabaram por ser dizimados. Ao opor resistência ao colono, recusando-se a servir, passivamente, negaceava, fugia, buscava a extrema saída do suicídio. Certamente, tal insubmissão indígena tinha fundamentos culturais. A agricultura era ofício de mulher. Função do homem era a caça, a pesca, as lutas constantes.

O mestiço descendente indígena, bem se adaptava como vaqueiro. A pecuária era extensiva, os campos indivisos, não limitados por cercas, o cavaleiro centaurizado era livre. O fazendeiro implantou um verdadeiro sistema de parceria. Havia relação harmônica: o vaqueiro era seu sócio minoritário e, quase sempre, compadre. Recebia as ordens do patrão ganhando a subsistência e mais a média de um em cada cinco bezerros nascidos. Cariris (e tupis) ganharam *status* de aliados no Brasil holandês.

Não divergiram muito da época colonial as condições do trabalho no reinado. Lei de 1831 declarou livres os escravos vindos de outros reinos e determinou a imposição de penas para o tráfico. Todavia, a escravidão ilegal, a pirataria, o contrabando de homens da África, continuou. À determinação sócio-econômica do Brasil passava necessariamente pela infecta senzala. As relações de trabalho eram regidas sob a imposição da palmatória, algemas, instrumentos variados de tortura. O chicote aplicado como castigo em escravo amarrado no pelourinho, ironicamente chamado de *pau-da-paciência*, cortava a pele e a alma.

Nos meados do século XIX, havia cerca de 150 engenhos moentes nos vales do Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu, Goianinha e Canguaretama. Depois disso, começou a plantação do algodão, cultura de feição democrática.

A luta pela abolição da escravatura teve heróis e mártires. No nosso Estado, em São José de Mipibu o escravo Miguel Rei comandou a rebelião e foi para o sacrifício. O Padre João Maria, santo canonizado pelo povo, liderou, com êxito, a sociedade libertadora do Rio Grande do Norte. Tanto que Natal foi a terceira capital do Brasil a se livrar da escravatura.

Quando a princesa imperial, em nome do rei, declarou a extinção, uma nossa cidade já havia tomado a iniciativa pioneira. Mossoró vem se tornando pólo construtivo das liberdades. Na transição para o trabalho livre.

A república é filha natural da extinção da escravatura. A transição para o trabalho assalariado foi penosa.

O século XX no Brasil deverá ser conhecido como o período de formação do direito do trabalho. Este pioneirismo é também nosso: na alvorada do século, o Ministro da Justiça o norte-riograndense Amaro Cavalcanti enviou ao Congresso Nacional projeto-de-lei instituindo direitos da mulher e da infância. Anos seguintes, foram constituídas a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT)

em 1912, criado o Departamento Nacional do Trabalho em 1918, o Conselho Nacional do Trabalho em 1913 e finalmente o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930.

No Rio Grande do Norte, questão trabalhista era julgada pelo Tribunal Superior de Relação, funcionante a partir de 1891. Foi criada em 1940 a primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Natal, sob jurisdição de Pernambuco e, depois, em 1985, do TRT da Paraíba. Na construção da nossa cidadania, o sindicalismo é força propulsora. O poeta Ferreira Itajubá muito antes de se pensar em CUT, CGT, precisamente a 26 de janeiro de 1907, pregou a reunião em “entidade única de todas as agremiações operárias do Brasil”. Em 19, o canguleiro Café Filho liderou greves em Natal. Nas suas memórias políticas registra, com ênfase, que a sua vida partiu do sindicato para chegar ao Catete. Sindicatos fortes, espalhados, a partir das Zonas Salineiras, integram aos trabalhadores potiguares (e à sociedade) a consciência dos seus direitos.

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte (21ª Região), instalado em 1992, vem aplicando admirável Justiça e é um dos grandes responsáveis pela construção da nossa cidadania.

UM DOM QUIXOTE COM JEITO DE SANCHO PANÇA

Manoel Onofre Jr.

Membro da Academia
Norte-rio-grandense de Letras

Assuense radicado em Natal, há muitos anos, Celso da Silveira construiu extensa obra nos dois campos de sua vocação: a poesia e a pesquisa da cultura popular. Sem dúvidas, é um dos nossos mais ilustres escritores.

Certa vez, perguntei-lhe por que não se candidatava a uma vaga na Academia Norte-rio-grandense de Letras, e ele desconversou...

A modéstia é um dos traços principais de sua personalidade.

De qualquer modo, ele próprio vale por uma academia, embora não se dê conta disto.

Um tanto gordo e bonachão, Celso mais parece um Sancho Pança com alma de Dom Quixote...

Pertencente à tradicional família assuense (seu pai, João Celso Filho, foi advogado, jornalista e poeta) nasceu na “Atenas Norte-rio-grandense”, a 25 de outubro de 1929. Ainda jovem, tornou-se presença marcante na vida cultural e política de sua terra – Professor da Escola Normal Rural, ator do Teatro Assuense de Estudantes, fundador e diretor do semanário “Advertência” e, como se tudo isso não bastasse, Vereador à Câmara Municipal de Assú. No fim da década de 1950 veio para Natal e aqui armou sua tenda. Bacharelou-se em Jornalismo e Comunicação Social, pela Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, cujo corpo docente viria a integrar, pouco tempo depois de formado. Como jornalista profissional, Celso foi repórter, redator e editor, atuando em vários jornais natalenses. Assessor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Natal (1957,1975,

1984) e do Governo do Estado do RN (1961), exerceu outras funções públicas, inclusive a de Diretor da Imprensa Oficial do Estado (1964).

Sua estréia nas letras deu-se em 1952, com “26 Poemas do Menino Grande”, livro não reeditado, hoje raridade bibliográfica. Dez anos depois, retornava ao lado de Myriam Coeli, sua primeira mulher, com um pequeno volume de poemas, “Imagem Virtual” (Coleção Jorge Fernandes – Departamento Estadual de Imprensa/RN), que, como os demais títulos desta coleção, obteve boa receptividade.

Durante longo tempo, Celso esteve em recesso, dedicado à pesquisa da cultura popular regional, especialmente nos domínios do humor e do verso fescenino, mas, em 1984, voltou ao convívio das musas com “Poesia Agora”. Daí em diante, intensificou sua produção, dividindo-se entre a poesia (“No Reino da Arisia”, 1987; “Versicanto”, 1992, etc.) e a pesquisa (“50 Glosas Sacanas”, 1985; “Jorge Fernandes e o Modernismo Brasileiro”, 1987; “Bocagiana Potiguar”, 1992; “Peido, o Traque Pum”, 1992; “Histórias muito Doidas”, 1992; “Assú – Gente, Natureza e História, 1996; “Giros, Girolas, Geringonças – a fala Criativa do Povo”, 1996, etc.). Boa parte destes títulos, edições do autor, pela sua Boágua Editora.

Importa notar que o poeta está no pesquisador e vice-versa.

Como já tive oportunidade de dizer, Celso é, antes de tudo, um lírico, de uma simplicidade que o aproxima dos poetas populares, os quais, aliás, ele pesquisou e reuniu em coletâneas, com grande êxito de público.

Eis, em breves linhas, o itinerário intelectual desse “Quixote gordo”, que, aos 72 anos, ainda tem muito chão pela frente.

Escrevi o texto acima em 2001. Infelizmente, o vaticínio de longevidade não se cumpriu. Celso morreu em janeiro de 2005, na cidade do Natal que ele tanto amava.

Faltou dizer algo sobre a figura humana, mas, agora, tentarei sanar esta falha.

Não sei se tinha fundamento a sua fama de glutão. Diziam que Celso era, simplesmente, pantagruélico.

Ele se indispôs com Nei Leandro de Castro, por retrata-lo assim, no romance “As Pelejas de Ojuara”, como personagem sob o nome de Celso da Silva.

Certa vez me disse:

- Nei parece que só viu em mim um guloso.

Tudo não passou de brincadeira do romancista. Voltaram às boas, e devem ter celebrado a reconciliação diante de um sarapatel regado a cervejas mil.

Celso era um humorista nato, espirituoso que só ele. Tinha sempre um dito engraçado na ponta da língua. Os jornalistas Amorim Filho e Expedito Duarte o retrataram no livro “Arre! Gordo Cheio de Graça” (São Paulo, 1987), em que reuniram boa parte do seu anedotário.

Era cheio de graça não só nas muitas piadas que contava, mas, também, na própria maneira de viver.

Estava eu, um belo dia, no meu gabinete, no Tribunal de Justiça, quando recebi sua visita. Veio trazer-me um diploma do Clube Mundial dos Jumentos, que me fora outorgado a seu pedido pelo Padre Antonio Vieira, da Paróquia de Itu/CE, “Primus et Maximus Fundator et Praesidens Clubis Jumentorum”.

Grande Celso!

WALTER DUARTE PEREIRA

Paulo de Tarso Correia de Melo

Membro da Academia

Norte-rio-grandense de Letras

Os americanos, em sua exatidão classificatória, dividem os homens de saber em scholars e practioners. Os primeiros são os teóricos, especuladores, formuladores de sistemas. Os segundos, os hábeis empreendedores, administradores, executores, materializadores do abstrato. Sempre pensei que a perfeita personificação dos primeiros, em nosso Estado, era Luiz da Câmara Cascudo. No caso dos segundos, há que dividir o crédito entre Onofre Lopes e Walter Duarte Pereira.

Walter era o segundo de uma geração. Antes das Organizações Waldupe, seu pai, Ismael Pereira, já se fazia um precursor da edição no Estado. Quem da minha geração, não lembra os cadernos escolares que traziam na contracapa as letras dos hinos patrióticos e, sonho dos poetas nordestinos mal divulgados, os dois sonetos clássicos de Auta de Souza e Ferreira Itajubá, Caminho do Sertão e Agosto? Seu Ismael, de maneira simples e oportuna, fazia uma intervenção educativa massiva e louvável, diferente dos cadernos infantis de hoje em dia, tomados pelas poses insinuantes das vazias estrelas de cinema e televisão de ambos os sexos.

Com o passar do tempo, Walter, ao lado de seu pai, começa a instalar em Natal uma rede de livrarias. A Livraria Ismael Pereira, na Ribeira tradicional; a Livraria Universitária, na Cidade Alta, coincidindo com a fundação da UFRN; e a Livraria Moderna, atendendo à população do Alecrim.

A Livraria Universitária tornou-se de imediato um espaço educativo na cidade. Lugar de exposições e lançamentos memoráveis, encontro diário de intelectuais e pseudos, cenários de

efervescentes discussões. Entre os lançamentos de livros, lembro particularmente o do Livro Geral de Carlos Pena Filho e de O Arado de Zila Mamede.

A liderança editorial nacional naqueles movimentados e nostálgicos anos 60 era da Livraria Civilização Brasileira, do editor Enio Silveira. Lembrem-se ainda as antologias de poemas e crônicas da Editora do Autor e as obras sociológicas da Editora Zahar.

Em algum lugar da livraria estava escrito que a juventude lucraria um curso, com os frequentadores ilustres da Casa. Incluíam-se entre eles Edgar Barbosa, Otto Guerra, Américo de Oliveira Costa, Alvamar Furtado, Paulo Gomes da Costa; os poetas Augusto Severo Neto, Newton Navarro, Berilo Wanderley e Walflan Queiroz. Da juventude frequentadora fazia parte Moacy Cirne e eu, recentes titulares de coluna diária na Tribuna do Norte, promovidos pela generosidade hiperbólica de Walter a “ilustres jornalistas”. A nossa geração confundia-se com alguns funcionários da casa que ali iniciaram carreiras promissoras. O hoje escritor e professor universitário Tarcísio Gurgel, o político Antônio Capistrano e o advogado e livreiro Luiz Damasceno de Souza.

As organizações Walter Duarte Pereira desempenharam papel importante em pelo menos dois dos maiores esforços educacionais do Estado: a implantação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Campanha de educação popular “De pé no chão também se aprende a ler”. Sem preconceitos, ambas tinham suas bibliotecas fixas e volantes alimentadas pela Organização Walter Pereira, assim como as de entidades patronais SESC-SENAC nos tempos primitivos e heróicos de Reginaldo Teófilo.

“Um país se faz com homens e com livros”, é afirmação de Monteiro Lobato que também estava escrita em algum lugar da livraria, tal como o dístico de Castro Alves que melhor lembra Walter, amigo e ausente: “Quando ante Deus vos mostrardes tereis um livro na mão”.

DIZE-ME DE ONDE VENS E DIR-TE-EI QUEM ÉS

Armando Negreiros

Membro da Academia

Norte-rio-grandense de Letras

Vamos falar um pouco sobre a origem das palavras, ou seja, a **etimologia**. Estava num restaurante quando me surpreendi com um tal **filé macerado**, no cardápio. Lembrei-me imediatamente do Apicius descrevendo a cara de Madame S., ao ver tamanho mau gosto na escolha de um nome. Entretanto, após provar a iguaria, cheguei à conclusão de que o epônimo fora sabiamente colocado: devolvi-o após o primeiro pedaço.

Em medicina chamamos macerado ao feto que se encontra morto no útero há muito tempo, portanto, já em decomposição. Fui ao pai dos burros: “**Maceração** – amolecimento por ação de um líquido, por infusão ou embebição; amolecimento de tecidos depois da morte pela autólise não putrefativa (estéril); observada especialmente no natimorto, com separação da epiderme por meio de bolhas”. Quem se habilita a um **filé macerado** depois dessa descrição?

A medicina incorporou ao seu jargão palavras das origens mais diversas. O **piloro**, que fica na junção do estômago com a primeira porção do intestino delgado, o duodeno, significa **guarda do portão**. Já que estamos no aparelho digestivo, o **jejuno**, que é a segunda porção do intestino delgado, quer dizer **faminto**, isso porque era sempre encontrado vazio durante as autópsias.

A **histeria**, por ter sido um monopólio feminino (hoje temos mais homens histéricos do que mulheres...), tem a sua origem no grego **hysterikos** que é útero. Mais interessante ainda é a vagina que significa **bainha...** Poderia ser mais apropriado? Imagino o diálogo:

– A senhorita me permite albergar o meu imponente facão na sua caliente bainha?

A resposta não poderia ser outra:

– Isso para mim não passa de um reles canivete de escoteiro!

Os instrumentos musicais emprestam seus nomes a vários órgãos:

Salpinx é trompa, **tímpano** é uma espécie de tambor, **calamo** é flauta, **fistula** é flauta pastoril e **bucinador** – um músculo – é o tocador de trompa.

Os animais estão em quase todas. **Lagoftalmo** é olho de lebre. Quando você vir um indivíduo extremamente resistente ao frio, pode chamá-lo de **frinoderma**, que nada mais é do que pele de sapo.

Caranguejo deu **câncer**; peixe deu **ictiose**; lobo deu **lupus**; cuco deu **cóccix**; ganso deu **chenopodium**; rabo de cavalo deu **cauda eqüina**; cavalo marinho deu **hipocampo**; verme deu **lumbrical**; caracol deu **cóclea**; coroa deu **coronóide** e bico deu **rostrum**.

O suco da dormideira, que não conheço, mas deve se assemelhar a um caldo de ervilhas, originou o termo **mecônio**, que são as fezes do feto e do recém-nascido. **Pâncreas** significa todo de carne, enquanto que **anthrax** veio de carvão quente.

As formas abusaram das frutas: **piriforme** vem de pêra; a uva deu **úvea** (que fica no olho e é o conjunto formado pela coróide, íris e processos ciliares) e **úvula** que é uma massa carnosa pendente do palato mole; **Mórula e cocos** vêm da amora; o **pomum** Adami é a maçã de Adão e **estáfilo** é cacho de uvas.

Náusea vem de **naus** = navio e, ao pé da letra, é enjôo marítimo. Asfixia (a = privação; **sphygm** = pulso) é parada do pulso e evoluiu para sufocação, falta de ar. Assim como **artéria** (aér = ar; tereo = condutor) significa condutora de ar, hoje conduz sangue.

Os **humoralistas** criaram os termos **colérico**, **flegmático** e **sangüíneo**, cunharam também a **melancolia** (**melas** = negro; **cholé** = bile), que é a **tristeza** que seria causada pela **bile negra**.

Os legumes não fizeram por menos: **hordéolo** é cevada; **pisiforme** é forma de ervilha e **pitiríase** é farelo. Algumas definem a própria forma, assim **cecum** é cego e **rectum** é reto. A **pituitária** (pituitas = muco) acreditava-se ser a glândula responsável pela secreção do muco nasal, hoje, a centralizada **hipófise**.

Se um indivíduo chegar para o médico se queixando de **supertensão**, não se alarme, ele é um purista e não quer misturar grego com latim, para definir a popular **hipertensão**. Mas o uso já consagrou as palavras híbridas e não há como evitá-las: **Idioventricular** é grego e latim; **Sinoatrial** é latim e grego; **Autoclave** é grego e latim; **Fibroma**, **jejunostomia** e **claustrofobia** são latim e grego.

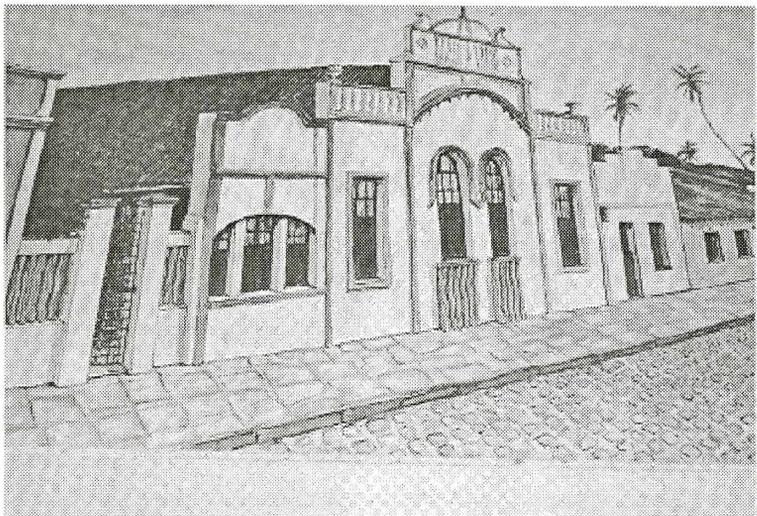
Por falar nisso, **fobos** quer dizer aversão, pavor: **agorafobia** – a praças, **oclofobia** – a multidões, **acrofobia** – a altura, **claustrofobia** – a ambientes fechados e **miso**, também quer dizer odiar, temer, assim é que: **misógino** – repulsa às mulheres (o que é altamente patológico); **misógamo** – pavor ao casamento; **misólogo** – horror às ciências. Mas, eis que encontro **misofobia**! Seria pavor ao pavor, horror ao horror, aversão à aversão? Nada disso. É que **miso** também significa sujeira, portanto **misofobia** é pavor à falta de asseio, temor de infecção ou contaminação. Como bom **misófono** aproveitei e fui lavar as mãos e fiquei sem saber como fechar a torneira... vou botar uma célula fotoelétrica.

Para satisfação dos **misólogos**, vou ficando por aqui, pois, como se sabe, os **misoneístas** também são **neófobos**, assim todos eles são **misósofos**, por praticarem a **misossofia** e uma de suas características é a **misopedia**.

Em tempo: **misoneístas** e **neófobos** odeiam tudo quanto é novo; **misósofo** ou **misóssofo** é o que tem pavor à ciência, ao saber e, finalmente, last but not least, **misopedia** é horror à instrução.

negreiros@digil.com.br

CASA DA CULTURA DE MACAÍBA



Valério Mesquita

Membro da Academia
Norte-rio-grandense de Letras

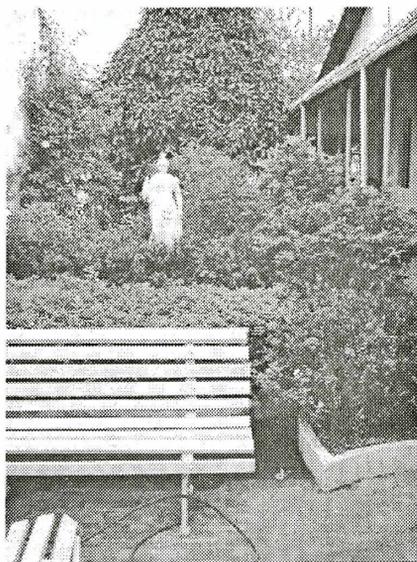
A residência em foco remonta ao final do século dezenove para o início do século vinte quando foi adquirida pelo comerciante Alfredo Adolfo de Mesquita, filho de Manoel Carneiro de Mesquita, oriundo do vizinho Estado da Paraíba. Alfredo Adolfo de Mesquita além de agro-pecuarista, proprietário das fazendas Arvoredo, Telha e Lamarão, exerceu atividade comercial em Macaíba no ramo de lojas de roupas, calçados e bijuterias, bem assim em Natal à rua Dr. Barata (Natal Modelo e Casas Rubi) e avenida Rio Branco.

Do seu casamento com Ana Olindina de Mesquita, da família Baltazar Marinho, nasceram José Mesquita, Alfredo, Amélia, Vicente, Paulo e Nininha. Em 1929 Alfredo Adolfo de Mesquita faleceu sendo sucedido nas atividades pelos filhos como também na política.

O primogênito José, foi presidente da Junta Comercial do Estado como comerciante e proprietário da Fazenda Arvoredo. Vicente destacou-se no comércio em Natal, e, junto com José e Alfredo Mesquita Filho, sob a liderança do ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros foram, entre outros, fundadores do Partido Popular.

Paulo Mesquita ingressou no magistério público e na lide cartorial como tabelião em Natal.

Já Alfredo Mesquita Filho, continuando a residir em Macaíba na casa que pertencera ao pai, recebeu-a como herança e ali instalou desde os idos de 1930 a sua Escola de Sagres para as conquistas que se sucederam: Intendente Municipal em 1934, atravessando o período da intentona comunista de 1935. A essa época já contraíra matrimônio (1933) com a sua consorte Nair de Andrade Mesquita, igualmente macaibense como ele, nascidos no mesmo ano (1901) e no mesmo mês (maio), dias 23 e 30, respectivamente. O casamento religioso foi celebrado pelo seu amigo e vigário paroquial padre Alexandrino Suassuna.



Em 1940 a 1943 foi prefeito de Macaíba.

Na fase da redemocratização, foi constituinte do Rio Grande do Norte em 1947 e membro do Conselho de Administração do Estado. Em seguida, elegeu-se deputado estadual por mais dois períodos: 1950 e 1954. Em 1958 foi pela terceira vez prefeito eleito de Macaíba. Em 1959 a sua esposa Nair, chegou a Assembléia Legislativa até 1962. Alfredo Mesquita Filho faleceu em 12 de abril de 1969, antes de completar 68 anos. Já D. Nair morreu no dia 08 de abril de 2004, com a idade de 102 anos, faltando 52 dias para atingir os 103 anos.

Nessa residência da rua Francisco da Cruz, nº 39, no dia 30 de maio de 2001, celebrou-se o centenário de nascimento de sua matriarca com a presença das mais destacadas personalidades do Rio Grande do Norte e de todos os segmentos sociais do município. Na parede frontal foi afixada uma placa de homenagem do Poder Legislativo do Rio Grande do Norte.

A história da casa é a história da família. Nela foram vividos acontecimentos políticos importantes que marcaram o século vinte. Desde os primeiros trinta anos da República Velha, através da luta pelo poderio político entre os Mesquita e os Freire, liderado pelo major Neco Freire (Manoel Mauricio Freire) até a segunda fase do Estado Novo, testificada como a época dos interventores e intendentes municipais, com os seus episódios políticos típicos de ondulação e rotatividade do poder municipal. Em seguida, sobreveio o período da redemocratização cujas reuniões do velho Partido Social Democrático eram realizadas na “casa de Seu Mesquita”. Foram repetidas as presenças de João Câmara, José Varela, Georgino Avelino, Theodorico Bezerra, Dioclécio Duarte, Jessé Freire, Sylvio Pedroza, e, posteriormente, Dinarte Mariz, Aluizio Alves, Djalma Marinho, e tantas outras eminentes figuras em conversas e reuniões com Alfredo Mesquita Filho, incluindo a casa no centro das decisões da política do Estado.

Mais recentemente, a partir de 1970, já sob nosso comando político até o ano 2003, o imóvel continuou como morada da família e visita permanente de líderes importantes do Rio Grande do Norte.

Por último, cabe assinalar que a morada sempre esteve aberta para receber o povo do Município, ao longo de todo esse tempo, principalmente os mais humildes. Ela se tornou uma referência, uma tradição dentro da história política, social e cultural de Macaíba. A partir de agora, anuncio que será sede da Casa da Cultura do Município que irá preservar a sua memória e abrigar as manifestações culturais do povo macaibense, já que foi tombada pelo Patrimônio Histórico do Rio Grande do Norte.

PALAVRA EM FESTA

*Considerações sobre “Memória das Águas”,
de Diógenes da Cunha Lima*

por Antonio Naud Júnior

Escritor

Vivemos no tempo do desencanto da poesia. “É ainda possível a poesia?”, esse o título que Eugenio Montale deu ao seu discurso quando recebeu, em 1973, o Prêmio Nobel. A resposta continha ainda alguma esperança. Mas os condicionalismos perversos que se faziam então sentir, não deixaram de se agravar de um modo sempre mais e mais lamentável. O mundo atual passa por terríveis provações, num espetáculo inominável com sofridas consequências para a história, para o processo de libertação humana, para o livre e integral desenvolvimento de todos e de cada um. Perante todas as impossibilidades e demências, perante o mais profundo e o menos aparente, será a poesia um refúgio, um subúrbio da melancolia? Será a poesia um registo ético que se processa numa tomada de posição, na denúncia de um estado de coisas?

Quando me aproximo de um poeta, pergunto-me o que o leva a tanto ou tão-pouco, que desesperança, que pureza, que oculto mistério se procura indo por tal caminho, utilizando “a mais discreta” e a mais desprezada das artes. E o que leva um homem vitorioso como Diógenes da Cunha Lima a escrever empenhadamente versos? Talvez creia que só a palavra é o caminho. No mundo terrível à sua volta, nele, não se detém – o poeta procura colocar a palavra que sussurre ao vento o próprio tempo. A poesia deste autor sensível, tecida com os fios líquidos da memória, forma um rio aveludado de sensações exatas. Desse lirismo arrojado surgem vozes sentidas,

ardentes, inflamadas, anunciadas numa paisagem aquática formosa e dilacerante em suas intenções espontâneas. São fósforos acesos na escuridão, iluminando o sertão dos filhos de João Cabral e o sertão do Eu e do lugar nenhum. Vai-se adentro abrindo caminhos, atravessando fronteiras em naus, barcos, canoas, diretamente ao êxtase, ao fado humano, ao amor, ao erótico, aos Anjos, numa imensidão de ternura e de insatisfações. O poeta rasga o coração, mostra o corpo desnudo, demonstrando como evolui a sua reflexão, como vai adquirindo um tom cada vez mais depurado, completo e complexo. Mas o que se passa realmente nestes poemas? O bisturi do olhar atua sensivelmente na linguagem, se repete como um tema de Richard Wagner no drama lírico “Tristão e Isolda” – até a exaustão do fim do sentido, procurando um olhar depurado e novo sobre o real, trazendo à luz e à linguagem o sublime do terrível que cumpre Jean Genet: *“A origem da beleza está na ferida”*. Na condição em carne, na inocência no seu limite.

Um dos veios fundamentais que percorre este livro é uma sutil noção de Liberdade ou, como o autor intitula um dos poemas, seu *“Ofício de purificação”*: a liberdade equacionada a partir de vários territórios, o que explica a diversidade das perspectivas e se relaciona com a bem marcada diversidade dos objectivos a cada momento presentes. A Liberdade integrada na reflexão das coisas naturais – destaque aqui para o belo rio Potengi -, na reflexão filosófica sobre o passado ou até na reflexão de tipo existencial presente no seu infundo desígnio de ser o que se é. Isto demonstra o quanto o conceito de liberdade implica e se relaciona processualmente com o de identidade, isto é, quanto o ser livre supõe um algo de que se libertar e um modo de efetivar e exercer essa mesma liberdade. Trata-se aqui de uma liberdade que significa libertação de muito concretas opressões e limitações que se estavam vivendo ou entrevendo e pressentindo.

A liberdade na poesia é ilusória enquanto não se tem liberdade política ou econômica? A liberdade econômica consistiria

na possibilidade a todos garantida da subsistência. É que, independentemente das garantias formais de liberdade que os vários sistemas ofereçam, a fraternidade que dá sentido e conteúdo à liberdade implica a recuperação do comunitarismo, através da cooperativização da produção e distribuição dos bens essenciais. O poeta que reflete a situação individual de cada um deveria apontar em versos a possibilidade de superar os constrangimentos de toda a índole, desde os emocionais e políticos aos espirituais? Para a lírica fincada na Liberdade, como o bem ou a verdade, não são já neste estado, alcançáveis propriedades, isto é, não são objectos que possam ser assimilados por um sujeito que lhes é exterior, mas propensões com um grau crescente de realização. O caminho para tal revolução interior, condição e sentido de todas as transformações exteriores, é não menos que renascer: reassumir a criança que o adulto tantas vezes estrangulou, a criança entendida como imprevisibilidade pura, inocência e despreocupada pureza com o reino deste mundo (como *os lírios do campo e as aves do céu* segundo a expressão evangélica), como fantasiosa criatividade. A restauração da criança é pois primeiro passo de ainda mais vasto projecto. A criança configuraria um conjunto de virtualidades e possibilidades ainda não tolhidas pelos constrangimentos que a existência sempre oferece. A curiosidade infantil configuraria uma atenta disponibilidade. Mas por que estou falando tanto sobre a liberdade? Será realmente um questionamento fundamental para o deslumbre poético? Pois deveria ser.

Mas a romaria lírica de Diógenes da Cunha Lima dá ainda outros saltos: propõe ser tudo o que somos, e tudo somos. Partindo desta invetiva, aquilo que mais importa seria despertar ou manter, em si e nos outros, a convicção de que se é portador do Espírito. E cada um o sendo, se pode revelar seu intérprete na precisa medida do seu decidido e claro empenhamento na busca da totalidade. Em “**Memória das Águas**” o lúdico é partilhado com a emoção especulativa, pertencem ao mesmo magma criador. O que conta

aqui é o milagre das palavras, as suas peregrinações. É essa a súbita fulguração, a regência íntima das coisas, a soberania do tempo, o dealbar da morte, a sombria, mas exaltante viagem sem limite: “*Todo coração é ilha / Mas aqui é preciso / A palavra em festa*”.

Veneza, Setembro de 2005.

EÇA E OS BRASILEIROS

Fernando Abbott Galvão

Diplomata aposentado

Com o seu livro *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, publicado em 1965, o saudoso Heitor Lyra⁽¹⁾, que fora nosso embaixador em Lisboa, praticamente esgotou o tema, cuja atualidade completa 100 anos, graças ao invariável interesse pelo estudo da volumosa produção queiroziana. Daí, a conseqüência natural é o empenho pelo que se refere a sua biografia, na qual são numerosos os pontos de contacto com o Brasil, através de suas relações de amizade com brasileiros de escol, algumas delas mais do que simplesmente cordiais, como é o caso do grupo de Paris, na fase final de sua vida.

Já se tornou um lugar-comum dizer que a primeira presença do Brasil na vida de Eça de Queiroz teria sido o seu próprio pai, José Maria Teixeira de Queiroz, nascido no Rio de Janeiro, em 1819, quando o avô do futuro escritor, o magistrado Joaquim José de Queiroz e Almeida, lá exercia sua judicatura. Paulo Cavalcanti, na primeira edição de seu excelente livro⁽²⁾, incorreu no equívoco de supor que o avô do romancista estivesse no Brasil exilado quando lhe nasceu o filho José Maria. Na verdade, ocupava ele no Rio de Janeiro, a função de ouvidor, pelo que residia na rua desse nome, por estarem ali situados os prédios destinados aos magistrados de sua categoria⁽³⁾.

Nascido, pois, no Rio de Janeiro, o pai de Eça de Queiroz foi batizado na igreja da Candelária, em 31 de julho de 1819 e não em Aveiro, como reza a certidão apresentada para a matrícula na Universidade de Coimbra, em 1836. Gracioso é, portanto, esse documento, que, como verificou Pedro Calmon, não corresponde a

nenhum assentamento do livro a que se reporta⁽⁴⁾. Como ocorreria vinte e seis anos depois, em Vila do Conde, quando do registro do futuro escritor, o batizando da Candelária figurava como filho de mãe incógnita. É que o ouvidor trouxera para o Brasil a mãe de sus filhos, Teodora Joaquina, com quem viria a casar, posteriormente, assim como faria o próprio filho.

O pai e o avô não podem, porém, a rigor, ser considerados presença brasileira em sua vida: o primeiro nasceu no Brasil por acaso, como tantos filhos de dignitários e altos funcionários; o avô não chegou ele a conhecer, pois findava seus dias em Verdemilho enquanto o pequeno José Maria era criado em Vila do Conde. Ali, sim, depois do batismo na Matriz Colegiada, aos seis dias de nascido, teve o seu primeiro encontro com o Brasil. A madrinha e ama-de-leite, Ana Joaquina Leal de Barros, casada com o alfaiate (depois, oficial de diligências) Antônio Fernandes do Carmo, e a cuja guarda foi ele confiado, era nascida em Pernambuco e consta que daqui acompanhara a família Queiroz. De pai incógnito, sugere Paulo Cavalcanti⁽⁵⁾ a hipótese de que fosse ela filha natural do comerciante português Joaquim Leal de Barros, bisavô de João Alberto Lins de Barros, que veio a ser diplomata depois de ter sido militar, condição em que participou de movimentos revolucionários da década de vinte, inclusive a Coluna Prestes.

Foi na humilde casinha da costureira Ana Joaquina, na rua de São Pedro, hoje rua da Costa, que José Maria Eça de Queiroz aprendeu a falar português com sotaque brasileiro, aquele português “com açúcar”, a que ele, em tom zombeteiro, se refere nas *Farpas* de 1872 e como, entusiasmado, define, quase vinte anos depois, a pronúncia de Olavo Bilac, num serão em sua primeira casa de Neuilly. Há imaginações férteis que descobrem naqueles verdes anos de Vila do Conde a própria origem de sua futura linguagem, com o emprego de certos artifícios do falar brasileiro e conseqüente ruptura com os cânones vigentes entre os escritores portugueses considerados

clássicos. Tamanha rigidez deveriam ter, de resto, esses cânones, contra os quais ninguém se dispunha a investir, que, muitos anos depois, Lima Barreto ainda acusava Machado de Assis de escrever “com medo de Castilho”⁽⁶⁾.

A influência daqueles quatro anos de Vila do Conde não terá por certo chegado a esse fantasioso extremo, mas há de ter deixado algum resíduo, que viria a ser acrescido em Verdemilho, na casa da avó paterna, por Mateus e Rosa Laureana, os dois criados negros levados do Brasil. É o próprio Eça de Queiroz quem confessa ter sido Mateus (o escudeiro preto) quem lhe contou as primeiras histórias maravilhosas de Carlos Magno e os Doze Pares e já não parece haver dúvida de que tenha ele inspirado a figura do Grilo de *a Cidade e as Serras*. E por que não também a do Bento, criado de Gonçalo, de *A Ilustre Casa de Ramires*? Já no seu primeiro livro – *O Mistério da Estrada de Sintra* – ao caracterizar um personagem, o Purser (comissário) do navio *Ceilão*, escreve que “tinha uma fraqueza que o dominava, era o desejo de falar bem brasileiro”. Assim também em *O Egípto*, onde os passageiros do *Delly* e o seu comissário são mais ou menos os mesmos do *Ceilão*.

Saído da infância em Verdemilho, Eça depois de, no Porto, passar pelo colégio da Lapa, que era dirigido pelo pai de Ramalho Ortigão, iria encontrar em Coimbra numerosos discípulos brasileiros, alguns dos quais viriam a ter projeção na política e nos negócios, mas não consta que se tenha aproximado de qualquer deles. Iniciado nas letras com os folhetins para a *Gazeta de Portugal* e tendo dirigido por alguns meses um jornal de oposição em Évora, empreendeu a famosa viagem ao Oriente para assistir à inauguração do canal de Suez. Durante a excursão, escreveu reportagens para o *Diário de Notícias* (de Lisboa) e, de volta, entendeu ser tempo de seguir uma carreira: escolheu a diplomática, da qual, nas *Farpas*, viria a dizer, com maliciosa injustiça, que era “uma ociosidade regalada, bem convivida, bem comida, bem dançada, bem *gantée*,

bem *voiturée*, com bons ordenados e viagens pagas”. Aberto o concurso para cônsul de primeira classe, inscreveu-se e, como para a nomeação era indispensável a experiência de função pública, conseguiu ser despachado como administrador do Concelho de Leiria, onde foi encontrar as personagens de *O Crime do Padre Amaro*, romance que, para seu amigo Oliveira Martins, fora trazido no ventre⁽⁷⁾, mas, na verdade estruturado a partir da experiência naquela cidade da província.

A prova do concurso incluiu um ofício de suposto cônsul de Portugal no Brasil a um suposto juiz brasileiro, a respeito da aplicação da lei nacional a uma súdita portuguesa. Conhecedor da matéria, obteve a primeira classificação. Aberta, porém, a vaga na Bahia, o nomeado foi D. Manuel de Saldanha da Gama, nascido no Rio de Janeiro em 1820, filho do 6º conde da Ponte, que era governador da Bahia quando da chegada da Família Real⁽⁸⁾. Nas *Farpas*, glosando o episódio, com a costumeira ironia, incorre, porém, em graves equívocos, como o de confundir a Bahia com Pernambuco. Em março de 1872, é nomeado cônsul de 1ª classe nas Antilhas Espanholas, com sede na Havana. O posto era de apreciável importância para Portugal, tendo em vista o grande contingente de *chinas* que eram recrutados em Macau, o então enclave português na China, para o trabalho da indústria açucareira de Cuba, onde eram submetidos a um regime de quase-servidão. O assunto foi objeto de ofícios do cônsul Eça de Queiroz ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, os quais, juntamente com outros documentos sobre o assunto, constituem o relatório apresentado às Cortes, na sessão legislativa de 1874, pelo Ministro da Marinha e Ultramar. O volume, publicado naquele ano pela Imprensa Nacional, constitui hoje uma raridade bibliográfica.

A seguir ao concurso falhado, tinham vindo as Conferências do *Casino Lisbonense*, proibidas pelo governo antes de seu encerramento. A 12 de junho de 1871, justamente o dia em que

Eça de Queiroz fez a sua sobre *Realismo como nova expressão da Arte*, chegava Dom Pedro II a Lisboa, primeira escala de sua primeira viagem à Europa. De regresso ao Brasil, no ano seguinte, o Monarca demorar-se-ia em Portugal e, então, iria tornar-se o alvo predileto das *Farpas*, que, segundo o próprio Eça, eram a ironia e o espírito ao serviço da justiça, o folhetim da Revolução. A publicação impiedosamente investe, então, sobre o Imperador: sua indumentária, seu informalismo postigo, sua mania do hebraico, sua insistência em dissociar o cidadão do chefe do Estado recebem as inteligentes e espirituosas cutiladas da ironia queiroziana.

Divulgadas no Brasil, as *Farpas* convertem-se em arma da campanha anti-monárquica e são, por isso, objeto de edições piratas. Indignado com as contrafações, alimentadas pela curiosidade do público leitor brasileiro, Eça golpeia mais fundo e, inabilmente, atinge os brasileiros em geral, nos quais, àquela altura, não vê qualquer qualidade positiva. Tudo é trazido à colação por ele e Ramalho, inclusive os títulos nobiliárquicos brasileiros. Aparecem um fictício barão de Minhinhoá e mais condes cujos títulos lhes soavam de maneira ridícula. Como se sabe, por nativismo, muitos brasileiros haviam, por ocasião da independência, abandonado seus sobrenomes portugueses. Foi como surgiram os Sinimbu, Montezuma, Guanabara, Guatimosim (que, por sinal, era o nome de D. Pedro I na Maçonaria). O Seriquitó das *Farpas* jamais existiu e Minhinhoá tanto pode ser Joaquim Monteiro Caminhoá, ilustre botânico de renome internacional, como o visconde de Jequitinhonha (Francisco Gê Acaiaba Montezuma), nome de um rio da Bahia e Minas Gerais, vocábulo esse não muito mais curioso do que os bem lusitanos Juromenha, que é um topônimo do Alentejo, nem do que Soromenho (Francisco Augusto Pereira Soromenho), o parente de seu pai em cuja casa nasceu o próprio Eça de Queiroz, na Póvoa de Varzim.

No mais agudo da crise das *Farpas*, há réplica e tréplica:

supostas cartas de cá e de lá; ameaças de desforço pessoal no Recife e no cais do Sodré, em Lisboa. Editam-se, no Recife, os *Farpões* e duas publicações de estudantes – *O Meteoro* e o *Movimento* (no qual escrevia Sílvio Romero) – revidam com extrema violência. A reação nativista provoca numerosos atentados a comerciantes portugueses em Goiana, então segunda cidade do Pernambuco, e chega-se a cancelar, no Recife, a parada de 7 de setembro de 1872.

País com cinqüenta anos apenas de independência, formalizada por um príncipe português, que atribuía ao pai (rei de Portugal) o título de imperador enquanto vivesse; governado, então, por um imperador – seu filho – que falava com acento lisboeta, com um comércio dominado pela colônia portuguesa, os autores das *Farpas* provavelmente jamais tiveram a sensação de que, agredindo o Brasil, feriam os sentimentos de outro povo. A verdade é que o incidente de 1872, limitado a Pernambuco e tendo servido à campanha republicana, que, de resto, sempre foi associada à causa nacionalista, acabou sobrepujado por temas de maior magnitude.

Os anos decorreram, porém, e, em 1877, por ocasião da passagem de D. Pedro II pela Inglaterra, quando de sua segunda viagem à Europa, bem outra era a disposição de Eça de Queiroz em sua crônica para o *Actualidades* do Porto⁽⁹⁾. Em 1879, temo-lo, afinal, colaborador da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, para a qual viria a escrever até 1897. Ali, seria publicada, em folhetins, *A Relíquia*, assim como parte da *Correspondência de Fradique Mendes*. Reunidas em seu livro póstumo *Cartas de Inglaterra*, estão as cartas que, de Bristol, enviou à *Gazeta* a partir de 1880 e entre elas a que teve o título de *Brasil e Portugal*. Nessa matéria, o novo Eça, referindo-se à independência do Brasil, escreveu que, então, “nós (*isto é, os portugueses*) é que éramos a colônia: e era com atrozes sustos do coração que, entre uma *salve rainha* e um *lausperene*, estendíamos para lá a mão à esmola”. Em 1891, Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta* conseguiu que Eça fizesse um suplemento para o seu jornal.

Alugou, então, na rua do Faubourg St Honoré, um escritório que lhe serviria de redação e representava apreciável infra-estrutura para a participação do romancista na feitura do então importante jornal do Rio de Janeiro. A colaboração de Eça de Queiroz para a *Gazeta* está hoje distribuída em quatro volumes de sua obra: *Cartas de Inglaterra*, *Ecos de Paris*, *Cartas Familiares* e *Bilhetes de Paris*. Tão intensa e tão participativa foi sua colaboração para o jornal do Rio de Janeiro que já nem ocorria aos seus leitores que o romancista não fosse brasileiro. Apresentava ele as matérias de forma a captar o interesse do leitor brasileiro, pondo ênfase nos aspectos que lhe podiam ser sensíveis.

Para se ter a medida da popularidade do romancista entre nós, bastaria recordar que já em 1882, a *Gazeta* anunciava, “aos gulosos de Eça de Queiroz”, *A Relíquia*, cujos originais só seriam, de fato, recebidos cinco anos depois, em 1887. Em 1878, quando chegara ao Rio *O Primo Basílio*, Machado de Assis, já então o maior escritor brasileiro, fizera-lhe a crítica juntamente com a de *O Crime do Padre Amaro*, que não tivera a seu tempo maior repercussão. O nosso grande Machado, que, como lembra Vianna Moog⁽¹⁰⁾, tinha o culto erasmiano da neutralidade, foi, apesar disso, impiedoso em sua apreciação, chegando, quanto a *O Crime* a fazer a injusta acusação de plágio. O romancista português, na versão seguinte (a terceira) de seu livro, expungiu-o dos defeitos apontados, com isso inspirando o título – muito provavelmente exagerado – do livro de Machado da Rosa, *Eça, discípulo de Machado?*

A polêmica aberta pelo artigo de Machado de Assis não deve ter modificado a situação de que gozava Eça de Queiroz no Brasil. Foi nessa condição que, removido de Bristol para o Consulado em Paris, no ano de 1888, reuniu em torno de si o grupo de brasileiros, que, nas três casas em que ali viveu (5, rue Crévaux; 32, rue Charles Lafitte; 35, Avenue du Roule), o acompanharam até à morte. Amigo de Sousa Correia, secretário da Legação do Brasil em Londres, o

qual era, por sua vez, também amigo do marquês do Soveral, ministro de Portugal na Corte de St James, através deles deve ter conhecido Eduardo Prado, rico, viajado, extraordinariamente culto e, para Oliveira Lima, o homem de mais espírito que tinha o Brasil. Pertenciam ao mesmo grupo, além de Prado, Domício da Gama, Magalhães de Azeredo, o barão do Rio Branco, Paulo Prado (sobrinho de Eduardo) e, durante algum tempo, Olavo Bilac.

Uma vez em Paris, Eça de Queiroz decidiu, com Ramalho Ortigão, fundar uma revista para o Brasil e Portugal, não obstante suas restrições ao “pseudo-português”, que era como se referia ao português do Brasil. Assim nasceu a *Revista de Portugal*, cuja publicação se iniciaria a 1º de julho de 1889, menos de um ano portanto depois de sua chegada a Paris. Dirigida por Eça de Queiroz, era editada no Porto, por Luga & Genelioux, sucessores de Ernesto Chardron e antecessores de Lello & Irmão, os últimos editores do escritor.

Anunciados os colaboradores brasileiros, Eduardo Prado foi o único que, de fato, veio a colaborar, enquanto Oliveira Lima, então primeiro secretário de nossa legação em Londres, embora não anunciado, tivesse contribuído com um artigo, datado de outubro de 1889, sobre a *Evolução da Literatura Brasileira*. O único artigo assinado de Eduardo Prado tem o título de *Destinos Políticos do Brasil* e está datado de Leipzig, setembro de 1889. Os seis outros, todos publicados após a proclamação da república, saíram com pseudônimo de Frederico S., o que significava Frederico de Suábia, sob o título geral de *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*. Publicado entre dezembro de 1889 e junho de 1890, foram reunidos num volume, que atingiu a 3ª edição ainda em 1890. Devia tratar-se de edição do autor, porquanto não consta da folha de rosto qualquer indicação a respeito. Numerosas deverão ter sido as edições, pois houve três em dois anos (1889 e 1890); a de 1902 veio a ser prefaciada pelo Visconde de Ouro Preto, que, como se sabe, foi o último presidente do Conselho de Ministros do Império.

Deposta a monarquia, o próprio Eça, com o pseudônimo de João Gomes, nas *Notas do Mês da Revista de Portugal*, analisa os acontecimentos. Depois de referir-se ao terceiro reinado e tendo admitido que poucos o desejavam, acaba por vaticinar que a América do Sul ficaria “toda coberta com os cacos de um grande império”. Como explicar que Eça de Queiroz, um liberal por ancestralidade e por tradição própria e que chegara a declarar-se membro da Internacional e vagamente anarquista, se colocasse a favor da monarquia? Certamente não havia qualquer razão de ordem subalterna, mas a realidade é que monarquistas eram os Prados, era Joaquim Nabuco, era o barão do Rio Branco. Homens superiores os quatro, todos (à exceção de Eduardo Prado, que morreria muito prematuramente) viriam a servir ao país sob o regime republicano até o limite de suas vidas.

Basta ler as cartas da família Queiroz para concluir que Eduardo Prado, insinuante como era, acabou por tornar-se o amigo mais íntimo do escritor. Instalado Prado em seu belo apartamento na rue de Rivoli, 194, depois de morar em duas outras casas, foi lá que Eça de Queiroz conheceu a maioria de seus amigos de Paris, que todos eram brasileiros ou portugueses de distinção. Tímido, Eça de Queiroz isolava-se ao ponto de seu filho Antônio haver dito⁽¹¹⁾ que nunca vira um estrangeiro (excluídos os brasileiros, naturalmente) em casa de seus pais. A influência de Eduardo Prado sobre os que o cercavam era de tal ordem que não escaparia a Mário Casassanta, em sua introdução à antologia daquele grande brasileiro, o ter sido sua casa um centro de estudos portugueses e brasileiros e que, sem ela, bem diferentes haveriam de ter sido Eça, Nabuco e Rio Branco.

Refundidas as *Farpas* de 1872, as quais se metamorfosearam em *Uma Campanha Alegre*, de 1890, e, assim, explicado o equívoco anterior, ficava demonstrado que Eça mudara em relação aos brasileiros. E era natural que assim o fosse, pois antes só conhecia

uns remotos emigrantes enriquecidos na tão celebrada “árvores das patacas” (classe de onde retirara o seu Basílio) e um monarca excêntrico, criado por estranhos e cheio de manias por haver começado a reinar aos cinco anos. A interpretação que, aos poucos, passou a prevalecer era a de que os *brasileiros* que ele antes fustigara eram, na realidade, os portugueses de torna-viagem, os quais, de origem muito simples, enriqueciam no Brasil e, de volta, nem sempre se distinguiam pelas boas maneiras ou por um comportamento moral exemplar. Quem conhece literatura portuguesa do século XIX sabe que a significação de *brasileiro*, no sentido popular, é a que está definida por Cândido de Figueiredo no verbete respectivo de seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (vol. I): Portuguez que residiu no Brasil e que regressou trazendo mais ou menos haveres; homem rico.

Os brasileiros que Eça encontrava em Paris eram, porém, os representantes de um país que, havendo instituído seus cursos superiores, consolidara a independência pela superação de numerosas crises internas e externas, uma nação amadurecida e que ao longo do tempo construía seu lugar na comunidade internacional. Eduardo e Paulo Prado, Domício da Gama, Joaquim Nabuco, o barão do Rio Branco e Carlos Magalhães de Azeredo eram todos formados por faculdades brasileiras, que haveriam de constituir a matriz de nossas elites atuais.

Não tardou que a “Revista de Portugal” entrasse numa fase de dificuldades que punham em risco sua própria existência, a qual, aliás, não iria muito adiante. Eduardo Prado, atento como sempre, propôs comprar a revista, com o propósito de ajudar o amigo. Eça recusou a solução, mas não deixou de, em carta à família, louvar a “costumada generosidade brasileira”⁽¹²⁾. Extinta a *Revista de Portugal*, Martinho Botelho, filho dos condes do Pinhal, aristocrata brasileiro casado na nobreza russa, proporcionou a Eça de Queiroz o último órgão de imprensa de que efetivamente dispôs – a *Revista Moderna*.

Imaginoso, excêntrico, extravagante, Botelho chegava ao disparate de oferecer como brinde um relógio Patek Philippe de ouro a quem lhe assinasse a revista, que, depois de recolher as últimas produções de Eça, ou seja, a primeira parte de *A Ilustre Casa de Ramires*, acabaria por morrer quase ao mesmo tempo que o romancista.

Não há, por outro lado, qualquer dúvida de que o 202 dos Campos Elíseos, em *A Cidade e as Serras*, seja o 194 da rue de Rivoli, casa de Eduardo Prado, que, por sua vez, lhe inspirou a figura de Jacinto, o Príncipe da Grã-Ventura. Dele era a casa, eram os aparelhos telefônicos, as recentes invenções em que se comprazia e até o salmão retido no elevador entalado durante o jantar ao arquiduque Casemiro. Se era assim no que dizia respeito à cidade, por que não quanto à serra? Não que o Brejão fosse Tormes, como alguns, de maneira simplista, chegaram a supor, mas que a curiosidade e o interesse pela quinta em Santa Cruz do Douro tivessem sido estimulados pelas cartas de Prado, que, em sua fazenda de café, se dizia cercado de flores e de uma biblioteca que era a sua vaidade. Eduardo Prado continuava, pois, a ser o Jacinto, que abandona os requintes da vida parisiense para recolher-se ao bucolismo de Tormes, ao qual se rende por completo.

Decididamente, os últimos doze anos de Eça de Queiroz foram a sua fase brasileira. Excluídas as personalidades oficiais portuguesas que acolhia em Neuilly e os compatriotas que iam ao consulado, na rue de Berri, todos os outros que freqüentavam sua casa eram brasileiros, a cuja lista podemos acrescentar Olavo Bilac, que, chegado a Paris como correspondente do *Cidade do Rio*, no começo do inverno de 1890, já no dia 31 de dezembro era convidado à ceia de fim de ano com os Queiroz.

Em 1898, Eduardo Prado imaginou conseguir o que lhe parecia o máximo para o escritor: que Eça pudesse ser ministro no Rio de Janeiro. Ocupada a Legação de Portugal por um encarregado de negócios que seria promovido *sur place*, Prado telegrafou ao conde

de Arnoso para pedir pelo amigo. O mais provável é que o pedido viesse a ser atendido, pois Arnoso, secretário particular do rei Dom Carlos, era amigo chegado do escritor, que, em 1886, lhe escrevera um prefácio de trinta páginas para o seu livro *Azulejos*. Companheiro do romancista no famoso grupo dos *Vencidos da Vida*, do qual informalmente participava o próprio Rei, o conde de Arnoso seria, em 1904, o orador da inauguração do monumento a Eça de Queiroz, em Lisboa. Com a verve costumeira, o escritor dizia, depois do episódio da frustrada missão no Rio de Janeiro, que a idéia da legação lhe custara dois francos, o preço de um telegrama a Arnoso para que não atendesse ao pedido de Prado. É que não lhe convinha por todos os motivos – inclusive os de saúde – a mudança para o Brasil.

Habitado como estava ao convívio de brasileiros, sentia a falta deles. No verão de 1897, por exemplo, na ausência da família, muda-se para o hotel Windsor, onde vivia D. Veridiana, a mãe de Eduardo Prado, e suporta a estação de águas de Plombières, nos Vosges, porque Domício da Gama o foi acompanhar. No seu último inverno, o de 1899, vai para Arcachon e dali para Biarritz, porque lá está Joaquim Nabuco “para a convalescença da pequena”, escreve ele à mulher, referindo-se a D. Carolina, que viria a morrer quase nonagenária.

Vêm, depois disso, a última crise de saúde e a última viagem. Decidido que iria para Glion-sur-Montreux, sobranceiro ao lago de Genebra, lá o vão visitar Eduardo Prado e sua mulher. Supondo-o melhor, partem com Ramalho para a Itália, onde recebem a “*affreuse nouvelle*” como dizem no telegrama de pêsames a Emília. Precipitando o regresso a Paris, os Prados instalaram-se em nova residência, 11, rue Pergolèse, vizinhos de Anatole France e perto do *Bois de Boulogne*⁽¹³⁾. Para a nova casa levaram a viúva e os filhos do amigo até voltarem eles a Portugal.

O culto ao escritor traduz-se, um século depois, no conhecimento de suas obras e na visita aos locais relacionados com elas e com a sua vida, empresa esta hoje facilitada pelos excelentes

estudos de A. Campos Matos – *Imagens do Portugal Queiroziano*⁽¹⁴⁾ e *Dicionário de Eça de Queiroz*⁽¹⁵⁾. É freqüente ver brasileiros nessas romagens sentimentais pelos cenários queirozianos, as quais geralmente se iniciam diante da estátua do largo do Quintela, em Lisboa, obra do escultor Teixeira Lopes, e vão freqüentemente acabar nos Olivais, depois de passarem pelo antigo Hotel Bragança, pelo restaurante Tavares, pelo Aterro, pelo Camões e pela rua de São Francisco (hoje rua Ivens), diante da travessa da Parreirinha (hoje rua Capelo). Os verdadeiros iniciados discutem a localização do Ramalhete ou tentam ir a Tormes espreitar pela janela de cujo poial Jacinto assistiu ao entardecer.

Há mais de vinte anos, a senhora D. Maria da Graça de Salema de Castro, viúva de D. Manoel Benedito de Castro, neto de Eça de Queiroz, convidou-nos a Tormes e pude, então, encostar-me à mesa em que o romancista escrevia de pé e ver a famosa janela. Servidos à mesa do almoço por uma bisneta do personagem Silvério, que era o procurador de Jacinto em *A Cidade e as Serras*, também tivemos, como ele e o Zé Fernandes, no *Jantarinho de Suas Inelências*, o “louro frango assado no espeto, a salada” e o vinho da quinta. Ao sairmos, depois da visita à capela de Santo Antônio, verificamos que nossa ilustre anfitriã nos fizera uma régia surpresa, mandando acomodar em nosso automóvel um bom suprimento daquele vinho de Tormes, que, “esperto, seivoso e tendo mais alma, entrando mais na alma que muito poema ou livro santo” fora o consolo de Jacinto na primeira refeição em Tormes.

BIBLIOGRAFIA

- (1) – Heitor Lyra – *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, Livros do Brasil, Lisboa, 1965.
- (2) – Paulo Cavalcanti – *Eça de Queiroz agitador no Brasil*, São Paulo, 1959.

- (3) – Arnaldo Faro – *Eça de Queiroz e o Brasil*, São Paulo, 1977, p. 5.
- (4) – *Idem, ibid.*, p. 37.
- (5) – Cavalcanti – *Op. cit.*, p. 17.
- (6) – H. Lyra, p. 177.
- (7) – *apud* João Gaspar Simões – *Eça de Queiroz – O homem e o artista*, p. 341.
- (8) – Cf. *Anuário da Nobreza de Portugal III*, tomo I, vb. *Conde da Ponte*, p. 500.
- (9) – *Cartas de Inglaterra e Crônicas de Londres*, ed. Livros do Brasil, p. 165 e segs.
- (10) – Viana Moog – *Eça de Queiroz e o século XIX*, 4ª ed., p. 229/30.
- (11) – Joaquim Costa, *apud* H. Lyra – *O Brasil etc.*, p. 354.
- (12) – *Eça de Queiroz entre os seus*, p. 184.
- (13) – Lyra – *O Brasil etc.*, p. 533.
- (14) – 2ª edição – Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- (15) – Editorial Caminho. Lisboa, 1988.

(Resenha da palestra feita a 10 de novembro de 2000, no auditório do Departamento de Letras da UnP, dentro da programação do COLÓQUIO EÇA DE QUEIROZ 100 ANOS).

BOJADOR: “*Aqui existem dragões!*”

Lenine Pinto

Membro da Academia
Norte-rio-grandense de Letras

“Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.”

Fernando Pessoa

Nunca será demais enfatizar os obstáculos enfrentados pelos portugueses durante suas experiências marítimas, a começar pela dificuldade em vencer o Bojador depois de passado o cabo Não, na costa marroquina, porque os fenícios haviam criado lendas aterrorizantes sobre as navegações no Atlântico, amplamente difundidas pelos mouros para afastarem a concorrência de seu litoral: mares povoados por monstros, névoas densas, cheiro de podridão subindo das profundezas, recifes à flor da água e outras ameaças intimidantes.¹ O próprio Infante D. Henrique, ao conceder à Ordem de Cristo, em 26 de dezembro de 1457, a vintena dos resgates feitos na Guiné, relata que “sendo certo desde a memória dos homens que não havia notícia alguma, na cristandade, sobre mares, terras e gentes para além do cabo de Não contra o *meio dia* (ao sul do Sul) me empenhei em saber parte do que havia dali em diante, mandando muitos navios e caravelas com meus criados e servidores, os quais, por graça de Deus, passando o dito cabo avante, alguns recebendo morte e outros postos em grandes perigos, prouve Nosso Senhor me dar certa informação e sabedoria sobre aquelas partes, além das mercadorias, ouro e outras muitas coisas que de lá vêm e cada dia se descobrem.”²

Verdade que as façanhas dos marinheiros e pescadores lusitanos eram de causar espanto: esbarraram na Terra Nova, nas Antilhas, até mesmo na Flórida antes de D. Henrique estabelecer o ciclo de estudos de Sagres (c.1430) a partir de quando as expedições passaram a ser orientadas por normas científicas e concepções político-econômicas imbuídas do *espírito templário* da Ordem de Cristo: enriquecer o país com novas linhas comerciais, enquanto combatiam os infiéis sarracenos e turcos - inimigos da cristandade – a par de converterem ao Evangelho os povos pagãos.

Tristão Vaz Teixeira e João Gonçalves Zarco, adentrando o *mar tenebroso* descobriram a ilha da Madeira, D. Fernando de Castro chegou ao arquipélago das Canárias, outros circularam pela vasta região do Mar dos Sargaços no Atlântico Norte, alcançando os Açores com Diogo de Silves – ou teria sido Gonçalo Velho, um frade que, na expressão de João Ribeiro “*descora a genialidade do genovês ao iniciar o rumo de Oeste e, por setenta anos é o precursor de Colombo?*”³

Diego de Teive que, segundo Jaime Cortesão, buscava *ilhas imaginárias*, descobriu (cerca de 1452) o grupo mais avançado dos Açores - Flores e Corvo - tendo “alcançado as águas do banco da Terra Nova e recolhido indícios da proximidade de terras a ocidente...”⁴

Para o céptico almirante Samuel Eliot Morison, Teive “é o candidato favorito a uma descoberta portuguesa pré-colombiana da América.”⁵

Cortesão contempla não apenas o feito de Teive, “de veracidad historica averiguada, tanto por sí como por sus resultados”, mas também o mapa de Bianco, de 1448, “que indica la existencia de una gran tierra al suroeste de Cabo Verde”, eventos que, segundo ele, “constituyen las dos bases historicas más firmes que hemos podido averiguar para prosseguir el estudio de las demás viajes precolombinas hacia el Occidente en tiempo de Don Juan II”⁶.

Pandiá Calógeras vai adiante ao sugerir que, em meados dos anos Quatrocentos, os navegantes lusos já soubessem “que de permeio à Europa e à Índia jazia outro trecho continental.”⁷ Edgard Prestage, no entanto, remete o descobrimento da América ao ano da chegada de Colombo, embora em data anterior à do genovês: “No começo de 1492 [Colombo somente chegaria em outubro] João Fernandes e Pedro de Barcelos empreenderam uma viagem para o Norte (e) embora não saibamos que terras eles visitaram, a Groenlândia por certo foi uma delas, tal como aparece no mapa de Kretchmer, de 1502.”⁸ Por coincidência, nesse mesmo ano a península da Flórida é registrada no mapa português anônimo conhecido como *Mapa de Cantino*, apesar da Flórida somente ter sido oficialmente descoberta mais tarde, em 1513, pelo espanhol Ponce de León. Este detalhe, reconhece Duarte Leite, “denuncia a existência dum descobrimento português, forçosamente clandestino, realizado antes de 1502”⁹.

Existem argumentos concretos para comprovar essas viagens, um deles os nomes portugueses com os quais foram batizados alguns acidentes geográficos. Além dos nomes de cores, comuns na indicação dos novos lugares descobertos e apesar das exceções que confirmam a regra, Prestage alinha os toponímicos “Cabo Formoso,” “Bahia das Gamas,” “Cabo Boa Vista,” “Bahia da Conceção,” “Rio de São João” *etc.*¹⁰ Consuelo Varela acrescenta que “los Corte Real incluyeron (...) topónimos que inequívocamente querían demonstrar un conocimiento de aquellas costas: *cabo raso, fremoso, de espera, do fogo, do baccalhao, boa ventura*”¹¹.

Interessante é notar que os pescadores davam aos lugares de suas descobertas os nomes que quisessem, enquanto a nomenclatura dos descobrimentos na costa africana e no Brasil, controlados pela Ordem de Cristo, geralmente obedeciam à invocação religiosa, como Monte Pascoal (referência à páscoa) e Cananéia (alusão à localidade de um dos milagres de Jesus) ou ainda, e principalmente, à adoção dos *oragos*, dando-se a cada um dos novos pontos conhecidos o nome

do Santo do Dia: Cabos São Jorge, São Roque e S^{to}. Agostinho, rio de São Francisco, Baía de Todos os Santos e assim por diante.

No livro *Cristóbal de Haro/Banqueros y pimenteros en busca del estrecho magallanico*, Paul Gallez evoca algumas importantes expedições portuguesas, como aquela que uniu em 1477 Dom Afonso V e o rei Cristiano I, da Escandinávia, numa diligência em direção ao Noroeste do Ártico, refazendo a rota dos vikings. Menciona também que o mesmo Afonso V financiou outra expedição à procura de uma passagem ao Oriente contornando a Noruega, mas foi ela bloqueada pelo gelo. Isso mostra que os portugueses estavam verificando todas as possibilidades de alcançar a Índia e a China via Noroeste e/ou Nordeste, o que terminou acontecendo em 1701, quando o capitão David Melgueiro descobriu a passagem Pacífico-Atlântico via Ártico, no comando do navio *O Pai Eterno*, de bandeira holandesa.¹²

Além disso, existem fundadas suspeitas sobre navegações portuguesas à Antártida no período 1500-1600, e o professor Gallez menciona que a expedição de João de Lisboa em 1514 - financiada por banqueiros e não pela Coroa - avançou em direção ao Pólo Sul entre 600 e 700 milhas para além do que antes fora alcançado por Gonçalo Coelho e Vespúcio (52-53° graus de latitude Sul) devendo ter atingido 62° S ou um pouco mais.¹³

Todavia, na costa marroquina até a década de 30 do Século XV, a coragem dos bravos lusitanos não ia além do velejo *por rumo e estima*,¹⁴ de olho em terra, temerosos do provérbio segundo o qual, “Quem passar o Cabo de Não/Ou voltará ou não.”¹⁵

Amedrontava-os a simples aproximação ao malsinado Bojador, a lembrança do que dizia-se sobre vagalhões jogando navios aos arrecifes, irresistíveis correntezas que mudavam de direção cada vez que o vento variava e, pior que tudo isso, o receio ao ditame satânico que asseverava entrar-se-ia numa escuridão de breu e, navegando às cegas, corria-se o risco de passar às borbulhantes águas

equatoriais (o *término ardente* mencionado por Camões¹⁶) que exalavam vapores pestilentos. Das brumas surgiriam monstros fantasmagóricos; ouvir-se-iam atormentador ranger de dentes e gemidos lancinantes; seriam sacolejados por fortes turbulências. Enfim, quem dessas águas escapasse, correria o risco de ser tragado por redemoinhos ou arrastado ao precipício de vertiginosa cachoeira, caindo no espaço habitado por dragões. Evocava-se tanto a existência de dragões que séculos depois os cartógrafos ingleses ainda tinham por hábito assinalar em seus mapas *Hic sunt dracones* ou *here be dragons* (“aqui há dragões.”) Existem dezenas de mapas com essa indicação...

Quando nada, quem desafiasse o imponderável arribaria a uma região inóspita, onde os homens brancos tornar-se-iam, no fervor do sol, tão negros como os guinéus, vizinhos a esta quentura¹⁷

Tementes aos desígnios do maldito, os marinheiros henriquinos evitaram o Bojador por 12 anos. Até que, na 14^a ou 15^a tentativa do Infante em instigá-los a seguir adiante daquela paisagem de praias arenosas - a mil e quinhentas milhas de Lisboa - sem habitantes nem sinais de vida,¹⁸ onde estancavam ao acabarem-se as provisões por não haver portos para reabastecimento,¹⁹ finalmente Gil Eanes, em 1434, conseguiu ultrapassar o Bojador ao fazer arroteio largo em distância segura, inaugurando o que se chamaria de *voltas do mar*. Passara-se três anos do início do descobrimento dos Açores, mas o feito de Eanes era mais espetacular e merecia reprise.

D. Henrique ordena então que Eanes volte ao cabo fatídico no mesmo ano, ou no seguinte, desta vez em companhia de Afonso Gonçalves Baldaia e mais “gente de cavalo”, com o objetivo de “fazer um (as) salto para cativarem mouros”, segundo relata Duarte Pacheco Pereira.²⁰ Os dois não apenas cumprem a vontade do Infante, como prosseguem na afoiteza por mais cinquenta léguas ao sul, até darem com os costados na Angra dos Ruivos (depois

Garnet Bay) “onde acharam terra sem casas” mas puderam observar ‘o rastro de homens e de camelos’.” Em 1436, Baldaia avançou até o Rio do Ouro e à Pedra da Galé (depois *Piedra de Galéa*). Em 1450 fundou-se “numa pequena ilha costeira, a feitoria de Arguim, para onde os exploradores começaram a desviar o ouro e os escravos resgatados às caravanas de camelos que os transportavam do Sudão aos portos africanos do Mediterrâneo.”²¹ Valeu.

Por fim, Duarte Pacheco desmistifica a lenda ao ensinar que o contorno do Bojador deveria ser sempre feito “passando em mar dele oito léguas, e não devem fazer outro caminho porquanto este cabo é muito perigoso por causa de uma restinga de pedra que dele sai ao mar mais de quatro ou cinco léguas, na qual se já perderam alguns navios, por mau aviso”²²

NOTAS:

¹ Cortesão, **A Política de Sigilo nos Descobrimentos** p. 20;

² Texto do Infante D. Henrique, *apud* Cortesão, **A Carta de Pêro Vaz de Caminha** p. 179, complementado por Damiano Peres, **História dos Descobrimentos Portugueses** p. 79;³ João Ribeiro, prefácio à publicação crítica e anotada da carta de Pero Vaz de Caminha, em **O Fabordão** (1910,) *apud* Malheiros, **Introdução à História da Colonização Portuguesa do Brasil**, vol. I, p. XLVIII;

⁴ Cortesão, *ibid.* p. 56;⁵ Alm; Samuel E. Morison, **The European Discovery of America/The Northern Voyages** p. 109 e Damiano Peres, *ibid.*, p. 437;⁶ Cortesão, **Los Portugueses** (vol. III da *Historia de América/Génesis del Descubrimiento*, organizada por Antonio Ballesteros Beretta) p. 713;⁷ Pandiá Calógeras, **Formação Histórica do Brasil** p. 20;⁸ Edgard Prestage, **The Portuguese Pioneers** p. 270; ⁹ Duarte Leite, **Duarte Pacheco e o Brasil**, em **Descobridores do Brasil**, p. 20, *apud* Damiano Peres, *ibid.*, pp. 423-

424; ¹⁰ Prestage, *ibid.*, p. 275;” ¹¹ Consuelo Varela, **Las Rutas Marítimas: La Ruta del Bacalao**, em *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, coletânea organizada por Maria da Graça M. Ventura, p. 56; ¹² E-mail do professor Paulo Afonso, do grupo LusoNautica, *Sent: Tuesday, November 18, 2003 5:08 AM; Subject: [LusoN] Afonso V expedition to the Arctic*, ¹³ Paul Gallez, **Cristobal de Haro, Banqueros y Pimenteros em busca del Estrecho Magallanico**, pp. 54-56; ¹⁴ A expressão é de Amir Klink em **Cem Dias Entre o Céu e o Mar**, p. 53. Gago Coutinho referindo-se à *estima*, diz que ela era obtida pela constatação “dos pássaros que se viam, ou das sondas” (**O Roteiro de Vasco da Gama e a sua versão nos Lusíadas**, p. 11; ¹⁵ Alm. Samuel E. Morison, **The European Discovery of America/The Southern Voyages** p. 4; ¹⁶ Camões, **Lusíadas**, Canto 5º, est. XIII; ¹⁷ Agouros do Bojador, ver Charles McKew Parr, **Magallanes, Um Nobre Capitan**, pp. 27-28; Eduardo Bueno, BUENO, Eduardo – **A Viagem do Descobrimento**, p. 64; Duarte Pacheco Pereira, **Esmeraldo de Situ Orbis**, liv. I, cap. 23, *apud* Peres, *ibid.*, p. 94, nota 3; Almirante Idalino Ferreira da Costa Brochado, **Descobrimento do Atlântico**, p. 14; Morison, **The European Discovery of America/The Southern Voyages** p. 44: “... ninguém poderia voltar contra o dominante vento Norte e quem persistisse cairia nas ferventes águas do Equador;” Daniel J. Boorstin, **The Discoverers/A History of Man’s Search to Know his World and Himself**, p. 165: “...devemos reconhecer o Bojador como um entrave de primitivos obstáculos ao imaginário dos exploradores. O eloqüente Zurara nos conta o porque dos navios não ousarem passar além do Bojador: lá não existia raça humana nem lugar habitável... e o mar só se ligava à terra por uma braça rasa, enquanto as correntezas eram tão terríveis que nenhum navio tendo passado o Cabo, seria capaz de retornar...” Marjay e von Habsburg, **Portugal, Pioneer of New Horizons** pp. 16: “Aquele que se

atrevesse a passar além do Cabo certamente ouviria sinistro ranger de dentes, seguido por uma grande turbulência das águas, podendo ser petrificado de medo ao encontrar-se entre infernais grunidos na vastidão daquelas sombras, onde o mar e a terra terminam;”¹⁸ Parr, *ibid.*, pp. 29 e 35; ¹⁹ Parr, *ibid.*, p. 35; ²⁰ Duarte Pacheco, **Esmeraldo de Situ Orbis**, liv. I, cap. 23, *apud* Peres, *ibid.*, pp. 79-81; ²¹ Cortesão. **A Política de Sigilo nos Descobrimentos**, p. 24; ²² Duarte Pacheco, *ibid.*, cap. 22;

BIBLIOGRAFIA:

BOORSTIN, Daniel J. – **The Discoverers/A History of Man's Search to Know his World and Himself**, Vintage Books/Random House, New York, 1983.

BROCHADO, Almirante Idalino Ferreira da Costa - **Descobrimento do Atlântico**, Ed. Gráfica Portuguesa Ltda., Lisboa, 1958;

BUENO, Eduardo – **A Viagem do Descobrimento**, Ed. Objetiva Ltda., Rio, 1998.

CALÓGERAS, Pandiá – **Formação Histórica do Brasil**, Pimenta de Mello & Cia., Rio de Janeiro, 1930 .

CORTESÃO, Jaime – *Obras Completas*, 7 - **A Carta de Pêro Vaz de Caminha**, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

_____ - “” “” 20 – **A Política de**

Sigilo nos Descobrimientos, Imp. Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1997.

_____ - **Los Portugueses** (vol. III da *Historia de América/Gênesis del Descubrimiento*, organizada por Antonio Ballesteros Beretta) -, Salvat Editores, Barcelona-Buenos Aires, 1947. **Los Portugueses** (vol. III da *Historia de América/Gênesis del Descubrimiento*, organizada por Antonio Ballesteros Beretta) -, Salvat Editores, Barcelona-Buenos Aires, 1947.

COUTINHO, Alm; Gago - **O Roteiro da viagem de Vasco da Gama e a sua versão nos “Lusíadas”** - Portugalia Editora, Lisboa, 1930.

DIAS, Carlos Malheiros – **Introdução à História da Colonização Portuguesa do Brasil**, doravante HCPB, Litografia Nacional, Porto, 1921.

GALLEZ, Paul – **Cristobal de Haro, Banqueros e Pimenteros em busca dos Estrecho Magallanico**, Instituto Patagonico, Universidade de Bahia Blanca, Argentina, s/d. KLINK, Amir - **Cem Dias Entre o Céu e o Mar**, 3ª ed. José Olisamuel mpio Editora, Rio de Janeiro, 1985..

LEITE, Duaral. te - **O Mais Antigo Mapa do Brasil**, HCPB Vol II.

MARJAY, Frederic P. e Habsburg, Otto von - **Portugal, Pioneer of New Horizons** -, Livraria Bertrand, Lisboa, 1965.

MORISON, Alm. Samuel Eliot – **The European Discovery of America/The Northern Voyages**, Oxford University Press, New York, 1971.

_____ - **The European Discovery**

of America/*The Southern Voyages*, Oxford University Press, New York, 1974.

PARR, Charles McKew – **Magallanes, *Um Nobre Capitan***, Editorial Sapiencia, Madrid.

PERES, Damião - **História dos Descobrimentos Portugueses**, Ed. do Autor, 2ª. edição, Coimbra, 1960.

PRESTAGE, Edgard –**The Portuguese Pioneers**, Barnes & Noble, New York, 1967.

VARELA, Consuelo – Ver Maria da Graça M. VENTURA, **Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista** (Coletânea), Ed. Colibri, Lisboa, 1996.

PASSEIO NA SERRA

Nilson Patriota

Membro da ANRL

Ao ritmo cadenciado da mula, satisfeito começo a subida da Serra. O caminho, com suas passagens íngremes e estreitas, melhora ao passo que avanço. Agora está mais limpo e conservado do que na última vez em que por aqui passei. Porém já faz nove anos. O tempo passa depressa, gente; bem depressa! Nas encostas e aclives, onde antes o mato crescia livremente, agora impera a cultura do agave. Espinhentas e verdes as touceiras se erguem em formato circular. Do centro delas emergem os pendões, que atinge altura superior a de um homem a cavalo. As folhas denteadas crescem formando rosetas. Lançam-se, às vezes, espatuladas e espinhentas sobre o caminho, invadindo e roubando espaço aos caminhantes. Estes se vêem obrigados a afastá-las com cuidado a fim de não se furarem em seus pungentes espigões. Ao passo da montaria, que aqui e ali resolve empacar, desobedecendo ao comando de quem a guia, sigo resignado e até assobio olhando o panorama e a trilha orvalhada. Vejo que o caminho acha-se demarcado pelos cascos de burros e cavalos, pisoteada por pés humanos e úngulas de cabras e bovinos. O boi, epônimo da vida rural, predomina e povoa os campos ao redor da Serra. Nutridos e volumosos eles pastejam com ar pacífico e calmoso. Aqui e ali, separados do rebanho, alguns deles se deitam para malhar à rarefeita sombra das juremas. Bonito, o panorama prende a minha atenção.

Lá em baixo, antes de ultrapassar o sopé da Serra, bem junto ao declive, parei um pouco na povoação de Boacica. Olho-a e a examino entre boquiaberto e intrigado. Não acredito no que vejo. Tudo da mesma forma. O tempo, que passou correndo em toda parte, ali pôs a mão no queixo e esbarrou. Não me conformo com o

desleixo, com a morosidade que tornou o povoado estático. Parece que ainda dorme o sono da inocência. Continua mergulhado no atraso em que submergiu há muitos anos. De tão parado o povoado parece rememorar a antiga aldeia indígena dos tempos da colonização. Conversando em pé na porta do mercado avisto meu amigo Antonio Brito. Então me apeio e procuro informar-me acerca do novo caminho que dizem ter sido construído para a Serra. “Não; nada disso. Caminho nenhum foi feito, mas o antigo está bem melhorado. A estrada asfaltada já está chegando, pois vem vindo ligeira. Quando estiver concluída vai unir o sertão do Mato Grande à ao litoral e vice versa”. “Bom, me disseram que havia um novo caminho...” “Qual nada! Mas você pode ir por este mesmo” – disse ele me olhando com seu simpático sorriso. Depois pergunta: “Por que a burra?” – pergunta-me admirado. “Por nada” – respondo. Em seguida acrescento: “Mera saudade. Estou querendo saber se ainda tenho gás para fazer uma viagem em montaria”. “Claro que consegue” – incentiva-me ele. – “Você sempre foi bom cavaleiro”. Digo-lhe “obrigado” e me despeço, montando novamente e seguindo adiante. Depois de andar um bom tempo, abro a cancela que me barra a passagem e então percorro um longo corredor de arame farpado. Na frente alcanço a piçarra da estrada e sigo por ela até muito longe. Ao compasso da marcha baixeira da mula vou descortinando o panorama. Plantios e mais plantios. Há roçarias por toda parte, mas o cultivo de agave supera todos, porque se estende por toda parte, preenchendo os espaços às margens da estrada. Longe, depois de pelo menos uma hora na estrada, avisto algumas construções e um grande terreno tomado pelo agave e um plantio de capim elefante. O viço do capim traduz exatamente a fertilidade da terra. Não sei por que soltaram gado, muito gado, dentro do cercado. O capim é tão alto que só diviso o lombo das reses. Estas se movem lentamente dentro do capinzal. De vez em quando uma delas levanta a cabeçorra e emite um mugido. “Por

que será que ela geme assim?” – pergunto-me. Logo me acode a idéia de que talvez o faça para se identificar perante as outras reses que compõem o rebanho. Mas também pode ser que esteja convocando a cria para perto de si, chamando-a para as tetas túmidas de leite. Manhã cedo, o úbere intumescido precisa aliviar a pressão e o peso. A necessidade de amamentar supera a consciência do dever de nutrir sua cria que, sempre saciada, parece indiferente ao chamado.

Verifico, porém, que existem outras bocas que têm urgência do alimento, e por isso apojam os reluzentes úberes das mães. Inúmeras vacas paridas se acham separadas do rebanho, longe dos animais de grande porte, como novilhos e bois. Afastam-se por precaução, protegendo os bezerros. Estes, depois de saciados, afastam-se das mães. Impelidas por uma nova energia, correm aos pulos, fazendo escaramuças e penetrando sob as moitas de capim. Aliviadas, mas cuidadosas, as mães emitem mugidos, que a forma de se certificarem que eles estão próximos, porque ao mugido da mãe sucede a resposta da cria. Tranqüilizadas, as vacas prosseguem imperturbáveis, babujando a grama e mastigando com os molares as aparas das folhas do capim. Dentro delas o alimento vegetal transforma-se em leite, carne e gordura. Por isso aparentam uma completa indiferença a tudo mais. Auto-suficientes, os bovinos nem se dignam sequer a prestar atenção ao estranho que, sem lhes pedir licença, adentra-se cada vez mais no território que lhes foi destinado por seus donos. O território é um campo coberto de agaváceas de folhas esptiformes e espinhosas, crescendo em rosetas e ocupando, oitenta por cento, pelo menos, do fértil espaço. Nele também cresce a milhã e muitas outras gramíneas apropriadas à produção leiteira e à engorda.

Às reses já não incomoda a presença do estranho nem o odor suarento da mula. Tampouco lhes causa qualquer aboio que não seja o que estão habituadas a ouvir daqueles que cuidam de sua segurança, levando-as toldos os dias aos currais.

Na manhã luminosa o campo se enche de sons. De vez em

quando se anima com os cantos e gorjeios de irrequietos pássaros. Vindos de várias direções, pousam e esvoaçam. Repentinamente se alçam ao azul. Em seguida descem e pousam entre galhadas e ramagens. Depois novamente voam e aterrissam em meio às ervas floridas ao amanhecer. E assim o dia continuará a receber visitas sem rejeitar nenhuma. Nem mesmo as dessas estranhas e necessárias criaturas, os insetos.

Meu desejo é aproveitar a manhã luminosa de abril para cavalgar e colher informações das coisas e das pessoas. Apesar dos pássaros canoros serem vistos aos bandos, parecem-me bem mais escassos do que eram. Os moradores da Serra afirmam que a sua diminuição, bem como o desaparecimento integral de muitas espécies, são atribuídos ao uso abusivo de venenos e defensivos agrícolas na lavoura. Tais produtos vêm dando um grande abalo na população dos canários, dos galos-de-campina, dos casacas-de-couro, dos bem-te-vis, das rolas e arapongas. Os defensivos agrícolas protegem, sem dúvida, a lavoura, porém levam tremendo prejuízo às espécies de pássaros e insetos responsáveis pela polinização. Os mais prejudicados são os pássaros que se alimentam de grãos e de lagartas. Compensa usar defensivos agrícolas? Os prejudicados serão apenas os pássaros?

De férias e desobrigado da rotina, tranquilamente cavalgo pelos caminhos da Serra. Revejo panoramas familiares à distante infância. Vejo que a maior parte da paisagem serrana acha-se grandemente modificada. A mão do homem constrói, mas estraga. O preço pago pelo progresso me parece bem caro, até mesmo ilimitado. O que se construiu não corresponde à destruição do ambiente. Sofreu a ecologia e com ela as espécies vegetais e animais. Flora e fauna pagam alto preço à devastação causada pela pesada mão humana.

Fui menino vivendo em fazenda, praticando e entendendo os princípios da vida rural. Reencontro o panorama do campo como

um velho marujo reencontraria o mar de suas lutas e trabalhos. Há muito tempo não andava por aqui. Há alguns dias, porém, a saudade apertou e me fez irrecusáveis exigências. Eis que aqui me encontro. Satisfaço a vontade de rever a paisagem, auscultar a Natureza, ouvir a reclamação dos indivíduos de espécies desamparadas e próximas da extinção. Certo estava S. Paulo, “a fé é pelo ouvir”. Com uma persistência renitente a Natureza nos transmite a “oralidade” de sua longa história. Aconselha-nos o respeito à manutenção de seus hábitos e nos ensina sobre a importância do armazenamento de suas experiências acumuladas. Ensina-nos a cultivar respeitando suas leis. E nós, o que fazemos? Nada do que ela nos pede.

Hospedado em casa de Genário, todas as manhãs passeio pela Serra. Faço-o contado com o acolhimento de seus habitantes, muitos dos quais conheci na infância. Pergunto pelos novos, que mal conheço, enquanto tento lembrar os nomes esquecidos. Para onde foram? Por que se mudaram? Os mais gentis e conversadores dão-me a resposta: Foram embora a fim de atender novas necessidades. Não podiam continuar na Serra com filhos querendo estudar e crescer na vida. Com os mais íntimos levo um “papo” aberto. Falo a respeito da vida nas grandes cidades, na vitória do crime e da violência sobre a sociedade e o próprio governo. Ah, isso todos sabem. Estão cansados de saber, porque a Televisão os informa a qualquer momento sobre o que se passa no Brasil e no mundo. Há muito a Aldeia Global deixou de ser uma metáfora. Todos, agora, se sentem dentro dela, vivendo seu progresso desarticulado e perigoso, conhecendo seus problemas sempre mais agravados, reconhecendo que participam de uma sociedade em decomposição, de um mundo prestes a se declarar moralmente falido e à beira do abismo para o qual está sendo puxado. A fim de não confundir ou assustar meus interlocutores, procuro esconder minhas preocupações, ocultando o meu pessimismo quanto à falta de moralidade do homem e de suas instituições. Ora, ora, que tolice!

Todos já estão cientes. Não sou apenas eu, com minhas aflições de homem urbano esperando a hecatombe ou o milagre. São todos eles, os homens e as mulheres da Serra. Já não há paz na alma humana. A salvação já não é esperada. A recondução do homem à honradez tornou-se uma falácia.

Continuo a conduzir a conversa por caminhos longínquos. Procuo justificar o fato de ficar ausente tanto tempo. Vejo que as mudanças se processaram de todas as formas. Na maior parte dos sítios e das povoações. Aqui e ali sou informado do falecimento de velhos conhecidos. Reconheço que somente uns faleceram, porém muitos se mudaram para cidades próximas como Touros, Parazinho e João Câmara. Outros para terras mais distantes como Natal, Assu, Campina Grande, Rio de Janeiro e São Paulo. Saíram alimentando o sonho de atender ao desejo dos filhos. Pretendendo livrá-los da escravidão da foice e da enxada. Percebo que as parabólicas e o telefone celular deixaram todos por dentro dos mais inextricáveis problemas. Agora é a vez do computador. Através da Internet o mundo murchou, transformou-se numa pequena laranja prestes a se esgotar em suas reservas naturais. E depois? Depois, seja o que Deus quiser. Pelo menos, todos estão informados.

Vou de um lado a outro lado da Serra. Tão familiares me são os seus caminhos margeados de marmeleiro e de velame que jamais poderia perder-me. Tais caminhos tiveram eficaz utilidade para quantos, antigamente, praticavam a caça como forma de suplementar a alimentação de carboidratos com um pouco de proteína animal vinda da carne. Ao logo do percurso, sempre em sítios apropriados, os antigos caçadores armavam mundéus, engendravam arapucas, ocultavam armadilhas. Nessas geringonças as presas caíam fatalmente. Eram pebas, caititus, preás, cutias. Às vezes, no entanto, deixava-se prende um tamanduá, um cervo, um porco do mato.

Os primeiros povoadores da serra foram os Tapuias. Extintos durante a chamada “guerra dos bárbaros”. Concluída a matança

dos índios, para a região de Touros imigraram alguns matados de índio a troco do soldo. Quem os financiavam eram os fazendeiros interessados em novas terras para seus rebanhos. Para tanto eram incentivados pelo governo da Capitania. Assassinos convictos e já então perseguidos por inimigos tão ferozes quanto eles próprios, buscaram os lugares mais ermos para assentar morada. Como não dispunham de bens, muitos deles precisaram roubar o gado de que precisavam para ajudar no sustento da família, geralmente composta de uma indígena, das que sobraram das refregas, e dos rebentos que iam surgindo. Na Serra encontraram a paz e o clima apropriado à sobrevivência e à agricultura. Aos poucos derrubaram algumas árvores da mata ainda estava intacta, construíram suas choças, ergueram currais e semearam o solo com semente de feijão e de milho. Nos terrenos apropriados plantaram batata e mandioca e alguns outros tubérculos e legumes. Após três séculos de tentativas e malogros, seus descendentes conseguiram, afinal, conquistar um pequeno espaço da Serra. Tinha levado anos e anos a desbravar, levando vida ruim e primitiva, voltada exclusivamente para o árduo trabalho destinado à subsistência. A caça constituiu importante suporte para o sustento da família. Como eram poucos, os povoadores facilmente encontravam suas presas. Havia muitas espécies de aves e mamíferos na Serra, e por mais que fossem abatidas, conseguiram manter o próprio equilíbrio quantitativo. A Serra também se constituiu em celeiro de madeira de lei e em grande produtora de mel de abelha de espécies afamadas como a jandaíra, o uruçú, a jataí, o limão e muitas outras meliponídeas.

O número de habitantes na Serra Verde começou a crescer a partir da terceira década do século passado quando, a cargo do Departamento de Obras Contra as Secas, do Ministério de Viação e Obras Públicas, alguns poços tubulares foram perfurados, minorando o problema da escassez de água. Com o poço artesiano munido de cata-vento para trazer água das entranhas da terra,

surgiram possibilidades para a fundação de fazendas e a fixação de morada permanente na região.

Anteriormente, foram feitas várias tentativas de povoamento da Serra. Aqueles que a conheceram antes da progressiva devastação de seus recursos naturais, viram-na certamente qual espécie de “terra da promessa” e, como nos tempos bíblicos, em pensamento chamaram-na de Canaã. Seu clima e seu panorama foram grandes indutores a sugerir o povoamento. O antigo dístico de “terra da promessa” lhe teria caído muito bem, tão visível e constante a fertilidade do solo. E isso foi o que viu o sertanejo fugindo à seca de 1877 e dando início, mais uma vez, ao estimulante processo de povoar uma região muito rica e pouco habitada.

Mas, antes que isso viesse a acontecer, a Serra Verde serviu de celeiro ao indígena. Ali os Tapuias mantiveram importante reserva de caça. Dali eles desciam pela vertente oriental e alcançavam as praias de suas pescarias. Quando estavam em paz com os Tupis, conjuntamente comemoravam seus ritos e praticavam a amizade. No verão, época do caju e das frutinhas de tabuleiro era a fase das brigas. Cada tribo se achava no direito de reivindicar todas as frutas. As “guerras do caju” ainda não foram estudadas, mas foram tão freqüentes entre Tupis e Tapuias como entre as tribos de uma mesma nação. Sabemos que os indígenas da região exploravam a pesca, porém não temos conhecimento se chegaram a usar a jangada ou algo semelhante e apropriado à navegação nas piscosas enseadas. Deixaram o registro de sua permanência ou passagem nos étimos que os recordam. Acauã, Caiçara, Tapuia, etc. , etc.

O primeiro cronista a nos falar sobre a Serra Verde foi o flamengo Rodolfo Baro. Em 1644 acompanhou o “rei” Janduí numa viagem que esse chefe indígena, aliado dos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, fez à região e com intuito de fazer uma apanha no partido de milho plantado por sua iniciativa no espinhaço da Serra. Baro foi cronista e soldado a serviço da Companhia holandesa.

Por isso tinha especial atenção a Janduí, líder da coalização indígena que integrou, em 1633, as hostes flamengas que tomaram de assalto a Fortaleza dos Reis Magos aos portugueses que comandavam a Capitania do Rio Grande. Na descrição que fez dessa viagem à Serra, Rodolfo Baro se refere a uma mina de prata existente em território tapuia, a qual seria mostrada pelo tuxaua Janduí aos delegados da Companhia.

No início do século XX era pequeno o número de habitantes ali na Serra. Daí porque seu território era mais conhecido do vaqueiro do que do agricultor. A vaqueirama de Touros, Parazinho, Baixa Verde, de todo o Mato Grande, ia procurar reses da “conta de sua responsabilidade” nos aceiros da Serra. Foram os primeiros a verificar que, ali ou acolá, fixava-se um agricultor, dando início a um “chão tratado”. Um ou outro já tinha a companhia da mulher, da família. De posse do terreno explorado, e que a ninguém ocorrera requerer, asseguravam o “uti possidetis”, isto é, a posse da terra. Então, dentro de poucos anos eram possuidores de fazendas onde criavam miúca e gado graúdo, plantavam legumes e algodão. Com o passar do tempo, as fazendas foram se diversificando. O bovino, o cabrum e o ovino se tornaram partes permanentes do estabelecimento rural. Vivendo nos ermos, dificilmente os poucos habitantes poderiam contar com o auxílio de vizinhos, todos eles vivendo distantes. De uma casa à outra demandavam quilômetros.

A Serra a princípio não foi propícia à criação de gado, já pela densidade da mata, já pela presença ocasional de onças que, famintas, ficavam a rondar pastagens e currais, sempre se aproveitando da fragilidade das crias e delas se alimentando. Havia, também, a escassez de água no solo para o abastecimento das fazendas. Entretanto, a partir de 1930, algumas fazendas já se encontravam fixadas na região. Em torno de algumas delas foram surgindo arruados. Principalmente nas bordas e no chapadão da Serra. Os principais arruados se desenvolveram em Boacica e Cana Brava,

enquanto outros nasceram ao longo da “costa do sertão” – Touros a Galinhos. Atualmente, são muitos os distritos, povoações e assentamentos do MST. A Serra também foi beneficiada com energia elétrica, maior abundância de água e melhores estradas. A estrada Touros/João Câmara, totalmente asfaltada, trouxe benefícios às povoações e fazendas. Em troca, talvez, a desestabilização do ecossistema serrano. Isso representaria uma grande perda para o meio ambiente, antes tão preservado.

Da Serra Verde guardo lembrança da infância. Por ali passava acompanhando meu pai à fazenda “Jurema”, próxima à Baixinha, sertão do Mato Grande. Tais viagens aconteciam em qualquer época do ano. Sobretudo no verão, quando as cigarras fazem zunir toda a intensidade de seu estridente ‘canto’. Nessa fase os campos estavam cobertos de capuchos, aguardando a colheita. O algodão, considerado uma das alavancas da economia rural no Mato Grande, era denominado ‘ouro branco’. Ainda me impressiona o fato de meu pai se envolver com a exploração ao mesmo tempo em que se mantinha ativamente envolvido no comércio de secos e molhados e padaria.

É quase certo que ele não havia nascido para o comércio nem para a agricultura. E sim para as letras, onde não fez carreira por falta de ambiente e formação cultural mais aprimorada. Tanto, que mantinha em casa uma estante apinhada de obras literárias adquiridas nas livrarias do Recife e de Natal, lendo-as, sempre, em voz alta, para que seus filhos compreendessem a importância do aprendizado através da leitura. Não era homem que se acomodasse com pequenos negócios. Porém tinha seus hábitos diferenciados. Gostava, por exemplo, de tocar violão e de cantar modinhas.

Pelo que me recordo nele o hábito da leitura foi permanente. Meu pai lia sempre que dispunha de tempo. Mas com certeza antes de dormir. Apreciava a literatura, sobremaneira a poesia. Como a cidade não dispunha de eletricidade, ele costumava ler à luz de um

candeeiro aceso numa no cômodo que lhe servia de escritório. Em determinadas ocasiões, ele se entusiasmava e se punha a declamar, andando em torno da sala. Gostava de recitar poesias de Álvaro de Azevedo, Castro Alves, Ferreira Itajubá, Auta de Souza e outros. Da mesma forma que lia, na casa de Touros, fazia-o também na sala mal iluminada da fazenda 'Jurema', encravada como uma jóia rara no coração do semi-árido do Mato Grande. Os rudes homens do campo, seus vizinhos e, quase sempre, compadres, indeciso sobre qual juízo poderiam fazer a respeito de um homem que se dizia fazendeiro, mas que jamais se abalava num esforço capaz de justificar tal pretensão. Todos eles, analfabetos de pai e mãe, ficavam escandalizados com o fato de que um indivíduo perdesse tempo a olhar o tempo todo para as páginas dos livros. Entretanto, quando tinham problemas, corriam a sua presença para lhe pedir valimento. Embora o censurassem por seu procedimento como fazendeiro, tinha por ele grande admiração e amizade.

Na época da apanha do algodão meu pai montava seu cavalo e saía pelos lugarejos próximos a contratar trabalhadores. Os apanhadores de algodão chegavam às dezenas. Apareciam numa boca de noite, jantavam, dormiam e despertavam com as primeiras claridades. Cada um levando preso à cintura o seu bernal. Às cinco da manhã já estavam a serviço. Arregaçavam o saco preso ao e, com as grossas mãos davam início à rotineira tarefa da apanha. Em menos de trinta dias os armazéns estavam cheios de lã de algodão. Dois ou três quartos da casa se tornavam paiós e logo ficavam atarracados de sacos e fardos. Então eram chamados os caminhões de João Câmara e todo o estoque era levado para a usina de beneficiamento de Baixa Verde. Dessa forma ficava assegurando o próximo financiamento e a continuidade da fazenda.

O tempo, assim como a doce infância, passa e deixa o desgaste na cal da varanda da casa, amarela as páginas dos livros, pincela de cinza a lembrança e oculta seres e coisas que fizeram parte da 'Jurema'. Há um incessante perpassar, pois a mudança é constante.

Paisagens, matos, seres e coisas que amei, onde estais agora? Que foi feito do vosso encantamento, de tudo aquilo que constituiu o amor e a glória?

Trivial e fortuita é a passagem dos anos. As circunstâncias como as coisas acontecem semelhando o ocaso que preceder a noite. De tão notável que é, emociona. Todavia, processa-se com tanta precisão que não temos chance de avaliar a grandeza de sua trágica beleza.

No lusco-fusco da tarde ainda vejo e ouço em ondas de cores e sonoridades a paisagem da infância. Ela teima em se perenizar no claro-escuro da memória que não pretende dar chance à deslembração. Há noites em que sonho cavalgando, qual impávido ginete, entre os algodoais do Mato Grande. Quando assim me acontece sonhar, sinto-me incerto do que me reservará o destino num futuro que, no sonho não sei e nem consigo precisar.

Há, porém, outras lembranças. À sombra da mata escura e densa, uma clareira. A casa, a família amiga do íntegro Severo Victor. A suave Donana, meninos e meninas restituídos novamente à memória e ao milagre da amizade. Como a nossa família, a deles também seria desenraizada de seu torrão de origem. O irrecusável convite da civilização urbana também soou em seus ouvidos. Pode-se dizer que a falta de escrúpulos de espúrios governantes não permitiu que continuassem a plantar seu algodão. Talvez tenha sido melhor. Mesmo que se leve em conta o desconforto da adaptação, a vida em uma cidade é sempre superior que a minguada existência no campo.

De longe, lá do fundo do mato, um canto solitário anuncia o próximo anoitecer. Choraminga a rolinha, lamenta-se a araponga. Numa magia de encantos, declina a tarde entristecendo o declive da Serra.

Com os seus cascos firmes, que às vezes tateiam nas pedras e barrocas, nas valas e depressões da trilha, a mula me conduz à casa

de Genário. Lá adiante, pendendo no horizonte, o sol melancolicamente se esconde por trás da Terra. E, antes que a noite apague as últimas claridades, observo os detalhes da paisagem. A terra recendendo a humo, a casca de pau, a folha úmida e flor que desabrocha para longo em seguida murchar e fenecer.

À falta de inverno se mostra no aspecto seco e gretado da estrada. Penso comigo mesmo: Quando a estação das chuvas voltar terei de vê-la estriada por diminutos córregos, cavada de poças ocasionais, aonde chapinharão os cascos dos jumentos, os pés resistentes dos meninos que habitam a região. O cheiro acre e familiar do marmeleiro e do velame adeja no ar. Pesados e tateantes como cegos, escaravelhos se chocam contra o tronco das árvores e, pesados como chumbo, caem ao solo. Como são frágeis suas asas transparentes! Como conseguem alçar tão pesada estrutura? Vejo-os por toda parte forcejando, tentando conduzir para a toca os bolos de detritos escolhidos, enroscando-se nos montículos de estrume deixados por cavalos, reses e cabras.

Zumbindo como varejeiras, passa rente a minha cabeça um enxame de abelhas que me assusta. Mudam-se em busca de um campo florido, mas parecem aguerridas. São milhares. Dão-me a impressão de estarem sendo conduzidas pelo vento.

De um primoroso ângulo, avisto o panorama sertanejo lá embaixo. Na tarde calma, recortam-se contra o horizonte os sítios e as casas. Pendurados numa aba da serra, configuram pinturas e dão-me a ilusão de penderem do espaço. Em volta o panorama é verde e belo. Aqui e ali o caminho se bifurca em duas trilhas. O agreste cerrado vai ficando distante. Surgem em seu lugar os tratos de terra de cultivo de roça e feijão. Já rareiam as plantações de algodão, substituídas por campos de sisal. A paisagem, embora um tanto árida, me agrada. Em certos aspectos, a vegetação natural chega a ser compacta. Antes fora esplendorosa.

Num trecho mais elevado, a Serra Verde se revela qual estampa

verdejante imobilizada no tempo. Suave e pacífica é a viração que chega, vinda do oceano. O perfume das jacas, dos imbus e das pinhas recende no ar. Pelos quintais das casinhas, que margeiam o caminho, florescem cajueiros. Em alguns deles, as castanhas dos maturis já se revelam por entre a galhada.

Nas mangueiras tão gigantescas como catedrais, as vingas antecipam na tarde o cheiro agridoce dos frutos maduros.

Insetos, principalmente libélulas e borboletas, ziguezagueando, infestam o ar por toda parte. Uma saudade enorme parece provir do coração do mundo. Como que num transporte, revejo o início de tudo, como se me fosse dado perceber o sopro que alentou minha própria existência que prosperou saudável, na infância campestre, composta de momentos tão felizes e simples. De mim transbordam, como grossas raízes, sentimentos de apego à minha terra. Penso naqueles que foram responsáveis pela iniciação de meu projeto de vida. Da forma que os amo, compreendo que jamais poderei olvidá-los. Sinto-me então como se estivesse galopasse na garupa da montaria de meu pai, como no tempo em que era menino – o alazão fofoso, mas contido, obediente ao comando do ginete que, com firmeza, sabia apaziguá-lo.

Tons variados, trechos cobertos de flores amarelas e roxas. Os ipês florescem e despontam sobre a copa das árvores unidas, densas, entrelaçadas. Há cores, uma multidão de cores por toda parte. Umas mais nítidas que as outras, são intensas. Outras menos fortes. Mas há tons suaves e calmos. Na tarde, os pássaros parecem emudecidos, e somente uns poucos deles cantam. Um, ou outro, saltita alegre nos ramos.

Lento e lento o dia vai perdendo sua luz, a beleza com que se revestira hora após hora. Silenciosamente, como uma velha senhora recostando-se ao escrínio, a Natureza se recolhe. Então o sol começa seu ocaso, dando lugar à noite.

Naquela altitude, com a brisa marinha a soprar de noroeste para leste, o clima se suaviza. O calor se aplaca e a paisagem se

enlanguesce. Sinto-me feliz. E assim, nem a mula nem o viajante dão sinal de cansaço. Dir-se-ia esquecidos do desconforto ocasionado pela excursão na serra. A própria poeira que se ergue da terra é mais leve e bem menos árida. Já não incomoda como antes. Perdida foi a tonalidade avermelhada que a caracteriza. O solo do caminho por aonde vamos me parece macio, facilitando os passos do animal.

À medida que atinjo o alto da chapada, percebo a vastidão do mundo ante meus olhos. A paisagem torna-se austera. De ambos os lados a serra parece mais chã, mais verde, mais densa. Espesso e luxuriante o matagal que se fecha sobre a trilha. Marcas de úngulas, de cascos bifurcados, agora se confundem com rastros espalmados de animais silvestres, com pegadas de lenhadores e tropeiros. Está visto que, por ali, pessoas e animais transitaram desde o amanhecer.

As primeiras sombras se anunciam. Com a aproximação da noite, que parece descer lentamente, enxames de insetos, sobretudo mutucas, são atraídos pelo forte odor de suor que desprendemos, eu e a mula. Faço o que posso para afugentá-los. Munido de um ramo varejo o espaço ao meu redor. Mas mesmo assim as mutucas voejam e zumbem. Grandes moscas silvestres que se alimentam de sangue, as mutucas continuam picando. Têm abdômen transparente, de um verde platinado e asas como libélulas, transparentes. Saciam-se nos animais, mas também naqueles que os cavalgam.

Ao longo do caminho, no interior da mata, surgem clareiras. Esses espaços vazios resultam, muitas vezes, das queimadas. Estas são feitas por lavradores e criadores. Denotam a presença de atividade agrícola e de criatório na serra. Indicam, entretanto, um procedimento criminoso, porém comum, daqueles que habitam a Serra. Embora já bastante explorada, a mata ainda resiste e predomina. Em certas partes continua exuberante e cerrada. Nela ainda há portentosas árvores. Porém predominam as espécies arbustivas. Flores silvestres são vistas por toda parte.

A paisagem parece vibrar no colorido da plumagem das aves, no canto dos bem-te-vis, das rolas, das arapongas, de canções e graúnas.

Naturais, como as nuvens, surgem revoadas de periquitos e jaçanãs. Os papagaios são raros, pois foram dizimados. Tais revoadas passam, ao fim da tarde, sobre minha cabeça, e sempre em alarido. Alguns canários e pintassilgos gorjeiam à margem da trilha, revolteando a todo instante em minha frente. Um intenso e acre perfume recende no ar. A serra, como uma noiva, deslumbra a quem a vê. Parece revestida de rendas e tafetás. A folhagem dos ramos forma grinaldas. As flores silvestres adornam-lhe o vestido.

Suave vapor, em forma de sereno, já respinga sobre a capa vegetal que oculta o solo.

Espanta-me o fato de, não obstante o desmate com que os homens mutilam a mata, ela se apresente sempre linda aos olhos habituados a vê-la.

O ENIGMA DA ÁFRICA NEGRA

Tomislav R. Femenick

Escritor

Até bem pouco tempo, no mundo europeizado – “*o mundo que conta*” para certos meios intelectuais – a história da África negra, dos povos que viviam abaixo do deserto do Saara, era uma história que somente levava em conta o que diziam os gregos, romanos, árabes, portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses, franceses e outros colonizadores. Incidentalmente eram considerados alguns registros feitos por egípcios e núbios, porém citados como fontes menores. Até aí nada de mais, não fora o fato de que essa era uma história contaminada de vieses preconceituosos, uma visão dos dominadores sobre os dominados, com objetivos quase explícitos de justificativa do domínio. Esses estudos, pretensamente científicos, mostravam uma terra habitada por tribos em estado de barbárie, povos primitivos, sem nenhum conceito de humanismo, selvagens e sem consciência. Durante o século XX esse processo de deturpação recebeu o reforço da literatura popular, do cinema de Hollywood e da grande imprensa mundial. O britânico Edgar Rice Burroughs criou o seu famoso personagem Tarzan, um branco bom moço, lorde inglês criado por gorilas, condutor de negros brutos que se matavam em lutas tribais, logo transformado em lenda do cinema. Depois vieram as personagens de Jim das Selvas, Shana e muitas outras com o mesmo perfil. Os jornais e revistas em quadrinhos do mundo todo ainda apresentam aos seus leitores “*cartoons*” nos quais, invariavelmente, os africanos são expostos como canibais que cozinham suas vítimas em caldeirões, antes de devorá-las. Em síntese, a história dos colonizadores e a diversão popular

transformaram a África negra em uma terra de brutalidade e de povos ignorantes, estes com quase a mesma natureza dos macacos.

Mas fiquemos apenas nos estudos ditos históricos e antropológicos. Alguns historiadores têm realizado um devotado trabalho de garimpagem dos crimes que foram cometidos contra a verdadeira história e contra o respeito aos povos africanos negros, em nome dos credos de um pseudo conhecimento científico. Joseph Ki-Zerbo (1980, p. 15 a 20), reconhecido no meio acadêmico como um dos maiores historiadores africanos (natural de Burkina Faso, a antiga colônia francesa de Alto Volta), em seu magnífico livro *Historia del Africa Negra*, e Basil Davidson (1981, p. 23 a 28), pesquisador, historiador e jornalista (major dos serviços secretos britânicos durante a II Guerra Mundial e autor de quase 40 obras), em seu livro *Os africanos*, fizeram uma análise desses desvios da historiografia de origem européia e ocidental, que evidencia o completo desconhecimento da realidade africana e, principalmente, teorias baseadas em idéias preconcebidas, em opiniões formadas por antecipação, sem ponderação ou preocupação com os fatos objetivos; mais julgamento de valor que conceituação da verdade. Entre os absurdos elencados estão fatos impensáveis, pela glória acadêmica ou mesmo pelo rigor metodológico empregado por alguns daqueles que cometeram os pecados da desídia, preguiça, indolência, inércia, negligência, desleixo, descaso e incúria intelectual. Citamos a seguir alguns desses casos.

Em 1830, em suas *Filosofia da história*, Hegel⁽¹⁾ (1999, p. 82 a 88), um dos maiores pensadores alemães, afirmava textualmente: *“A África [...] não faz parte da histórica mundial; não tem movimento ou desenvolvimento para mostrar, e o que porventura tenha acontecido nela – melhor dizendo ao norte dela – pertence ao mundo asiático ou europeu [...] Na verdade o que entendemos por África é algo fechado sem história, que ainda está envolto no espírito natural, e que teve que ser apresentado aqui no limiar da história universal”*.

Em 1861, Paul Belloni du Chaillu ⁽²⁾, um viajante franco-americano recém chegado das florestas virgens do leste africano, a convite da Sociedade Etnográfica de Londres, apresentou uma tese em que defendia conceitos de que os habitantes da África não deveriam ser julgados incultos simplesmente por andarem seminus, ao mesmo tempo em que pedia respeito para as suas crenças religiosas. Essa postura foi desconsiderada pelos antropólogos britânicos e taxada de espúria, intelectualmente herética, uma apostasia aos dogmas da “verdadeira” ciência. Talvez essa reação tenha sido tão drástica por aqueles serem os anos do “escândalo” provocado pelas idéias evolucionistas de Charles Darwin.

Cinco anos mais tarde, em 1866, o conhecido aventureiro britânico Sir Richard Burton ⁽³⁾, externava opiniões segundo as quais, nas palavras de Basil Davidson, os africanos tinham “*falhado em qualquer tentativa de passar de primitivos a menos primitivos; tinham chegado a um ponto de incapacidade tal que, se entregues a si mesmos, nunca seriam capazes de fazer melhor. Os africanos nem sequer ocupavam um lugar na grande escala hierárquica do progresso da selvajaria até à civilização [...]. Quando o africano chega a adulto «o seu desenvolvimento mental é interrompido e, daí em diante, ele retrocede em vez de progredir»*”. No mesmo ano Sir Samuel Baker ⁽⁴⁾, afirmava, ainda segundo Davidson, que “*a mente dos africanos está tão estagnada como o pântano que forma o seu insignificante mundo*”. Sua opinião sobre os dinkas (povo do alto Nilo, no sul do Sudão) era arrasadora: “são inferiores aos animais: sua natureza não é sequer comparável a do nobre cachorro... carecem de gratidão, de amor e de compaixão”.

Já no século XX, Reginald Coupland ⁽⁵⁾, em sua história da África oriental, publicada em 1938, dizia que “*até o dr. Livingstone⁽⁶⁾, pode-se dizer que a África propriamente dita não teve história. A maioria dos seus habitantes haviam ficado, ao longo de um tempo imemorial, imersos na barbárie. Tal havia sido, ao que parece, por decreto da natureza. Permaneciam estanques, sem avançar nem retroceder*”. Por sua vez o

antropólogo suíço Eugène Pittard⁽⁷⁾, em 1953, afirmava que *“as raças africanas propriamente ditas – se deixarmos de lado a do Egito e a da parte da África Menor [Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia] – não têm participado em absoluto da história, tal como a entendem os historiadores... Eu não me nego a aceitar que tenhamos nas veias algumas gotas de sangue africano (de um africano de pele quase sem dúvida amarela), porém temos que confessar que o que pode subsistir dela é muito difícil de dizer. Só duas raças humanas que habitam na África têm jogado, então, um papel eficiente: os egípcios e, depois, os povos do norte da África”*. Um pouco mais tarde, na mesma década, em 1957, o historiador Pierre Gaxote⁽⁸⁾ escrevia, referindo-se aos povos africanos da raça negra, que *“estes povos nada deram à humanidade; e não cabe dúvida de que há algo neles que os impediu. Não produziram nada, nem um Euclides, nem um Aristóteles, nem um Galileu, nem um Lavoisier, nem um Pasteur. As suas epopéias não foram contadas por nenhum Homero”*.

Todas essas posições tinham causa se não ocultas, porém meio sombrias. Os historiadores, como cientistas que são, têm que saber escolher entre os elementos disponíveis quais deles usar para formular suas teorias. Ao desprezar a grande massa de documentação não escrita, estes pesquisadores e historiadores, caíram na armadilha da escolha implícita, apelando para o subentendido e o preconceito. Chaunu (1976, p. 68 e seguintes) diz que *“a grande aquisição da História, no decorrer dos últimos oitenta anos, situa-se ao nível de uma escolha cada vez mais consciente”*; isto é, cada vez mais explícita, mais embasada, mais sólida. Só assim a história deixa o campo da ideologia ou da prosa sem compromisso com a verdade, para se fazer ciência. No caso específico da África, há que se lançar mão de outros recursos que não os escritos em livros, papiros, pedras ou peles de animais. Há que se trabalhar com outras ciências, como a arqueologia, antropologia, etnologia, lingüística, geografia, e até com outras tidas como distantes, como a medicina, física e química. E por que não com as várias formas de manifestações artísticas: a escultura, a pintura, a arquitetura etc.?

As pesquisas arqueológicas na África negra têm sido pródigas em achados de imenso valor, que desmentem a teoria da passividade histórica do negro africano. O resultado tem sido vir à luz peças de cerâmica, bronze, cobre e ferro, madeira, marfim etc. Importantes também são as ruínas de algumas civilizações encontradas. Tão importantes que, tão logo encontradas, alguns historiadores (seguindo a mesma linha de preconceito racial) julgaram por bem atribuí-las à uma hipotética civilização branca desaparecida. As obras de arte resultado dessas descobertas dão indícios de sociedades organizadas, possuidoras de técnicas suficientemente adiantadas para produzir os materiais necessários para a sua confecção; capazes de propiciar a existências de indivíduos, artistas e artesãos, voltados a produzir obras que certamente eram apreciadas pela comunidade, se não, não existiriam. E uma sociedade somente tem sensibilidade para apreciar arte se já tiver deixado o estágio da simples selvajaria. Não nos esquecemos que os povos mais civilizados, e com grande sensibilidade artística, têm sido quase que sinônimo de povos guerreiros: Grécia, Roma, Egito, Astecas, Incas, Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, Alemanha, Rússia, Estados Unidos e tantos outros.

Outro ponto a destacar é a capacidade de se organizar politicamente, presente nos povos negros que viviam abaixo da linha desértica do Saara. E não se pode falar em instituições políticas primitivas, rudimentares, incipientes. Mesmo antes de manterem contatos com os árabes, com povos não árabes islâmicos ou com a Europa cristã, essas nações já constituíam reinos e impérios, já tinham um alto índice de vida urbana em algumas regiões, já possuíam manufaturas, exércitos, meio de pagamento padronizado, expressão cultural própria, instituições políticas se não tão estáveis como as da Europa de então porém muito próximas delas, e uma infinidade de características que dão o rótulo de “progresso” aos povos (TOYNBEE, 1986, p. 72). Faltava-lhes a escrita.

Aqui temos de voltar à questão inicial: a lógica européia. Ao se estudar alguns aspectos da realidade das relações sociais, econômicas e políticas existentes na África antes dos portugueses acostarem seus navios nas praias ocidentais do continente, isto é, antes do século XIV, e mesmo nos anos seguintes, quando os contatos desta parte da África com os europeus se tornaram mais freqüentes, nos defrontamos com um problema de ordem axiológica, pois se tende a aplicar a estes assuntos os mesmos conceitos de valor fundamentados pelo pensamento cultural do Velho Mundo, um dos mais arraigados componentes do arsenal epistemológico do saber ocidental. Não se trata de uma simples equação de direcionamento das análises para a *formação* ou *informação* do conhecimento (WEBER, 1991, p. 75 e seguintes; 1983, p. 119 e seguintes). Aqui o problema é de maior profundidade, pois envolve facetas do cognitivo que são bizarras e esdrúxulas, quando confrontadas com a suas respectivas contrapartidas mais reconhecidas pelas ciências, fundamentadas no progresso do pensamento grego-latino e judeu-cristão.

Essa digressão vem a propósito do entendimento e aplicação dos conceitos de povo, nação, país, Estado (HEGEL, 2001, p. 87 e seguintes; WEBER, 1974, p. 201 e seguintes) e reinos, quando aplicado a essa imensa região da África subsaariana, de épocas anterior ou posterior à presença dos europeus. Nessa região não há como aplicar os saberes tradicionais. Os termos povo, nação, país, Estado e reinos podem ser aplicados indistintamente para um conjunto de indivíduos que *têm* ou *não têm* a mesma língua, costumes, tradições ou organização política e administrativa, diferenciando-se tão somente pelo grau de intensidade das estruturas sociais, políticas e econômicas em determinado agrupamento social, em dado tempo histórico e em certo espaço geográfico e, não menos importante, pela relevância qualificativa e quantitativa de cada um desses fenômenos.

Da mesma forma que na Europa até a época medieval (e em alguns casos até depois o tempo presente), na África os Estados não possuíam estabilidade geográfica. Podiam crescer, diminuir, se fragmentar ou simplesmente desaparecerem. Esta realidade era verdade também na Europa de então e é ainda nos tempos presentes, onde países deixam de existir enquanto outros surgem ou ressurgem no cenário mundial. Outros aspectos da história africana também não podem ser encarados como aberrações caracterizadoras somente de povos atrasados. A longa lista de revoltas, revolução, lutas e guerras são tanto marcos do comportamento africano como europeu, americano e asiático e, pelo que se sabe, também dos polinésios e dos aborígenes australianos. Da mesma forma devem ser vistos os problemas de ordem interna das formações sociais. Nas sucessões e nas disputas pelo poder das casas reinantes da *civilizada* Europa sempre houve histórias de traição, mortes, envenenamentos e assassinatos, mesmo entre marido e mulher, pais e filhos e entre irmãos. Isto não quer dizer que a África era menos violenta, poderia ser até mais; mas o fenômeno era o mesmo.

Portanto não há por que se esperar Estados nacionais com fronteiras perfeitamente delineadas e com continuidade temporal na África de séculos atrás, quando nem hoje isso é exigido para se entender as nações européias, americanas ou asiáticas; como também não se deve esperar por relações de absoluta cortesia e urbanidade em povos com menos recursos de supra-estrutura que aqueles que, por imposição, lhes são dados como parâmetro cultural. Temos que nos livrar desses condicionamentos de compreensões históricas, infiltradas de elemento de quase magia hipnótica, se quisermos buscar o desejado nível de isenção científica. No caso específico das sociedades da África Negra, há que se ater meramente aos fatos e sua interpretação crítica, policiando-se quando do uso dos conceitos de valor usualmente adotados, de modo que esses não se transformem em objetos e não mais simples meios para o entendimento da história dos povos africanos.

Existiram vários impérios e reinos na África Negra, antes e depois da chegada dos europeus. Alguns com grande importância política ou relevo militar, religioso ou cultural, enquanto que outros eram pequenos e tributários de Estados mais poderosos.

OS KUCHITAS NÚBIOS

Os kuchitas (ou cuxitas) estão entre os mais antigos povos da África Negra, da mesma forma que os seus reinos se encontram entre as mais antigas organizações políticas estruturadas dos povos negros. O povo kush (cuxe ou koush) habitava a antiga Núbia, região localizada no nordeste do continente, que atualmente integra o sul do Egito e o norte do Sudão. Há evidências de que suas relações com o Antigo Egito retroagem aos anos 5000 e 3000 a.C., de tal forma intensas e permanentes que, segundo o historiador Mohamed Sherif, *“a história da Núbia é quase inseparável da do Egito”* (1983, p. 247).

Embora alguns pesquisadores tentem atribuir ascendências mediterrânicas, amarela ou mista para os kuchitas, os pesquisadores Adam e Vercoutter (1983, p. 225 a 227) afirmam que *“a Núbia era, e é, uma terra povoada por negros. Os egípcios sempre retrataram os habitantes da Núbia com uma pele muito mais escura do que a sua. Os gregos, e posteriormente os romanos, chamavam-nos de ‘etíopes’, isto é, ‘os que possuem pele queimada’, enquanto os primeiros viajantes árabes se referiam à Núbia como **Bilad-al-Suden**, o país dos negros”*.

Em 767 a.C., um dos seus reis derrotou os egípcios, assumiu o governo do país e instituiu a XXV dinastia, fato que fez com que cinco núbios ocupassem o posto de Faraó do Egito. Note-se que, embora tenha havido uma grande troca de culturas e costumes, nunca houve uma união total desses dois povos nem dos dois reinos, apesar das tentativas de união política. A dominação núbica sobre o Egito perdurou até cerca de 655 a.C., quando os assírios ocuparam o baixo

Egito, subiram o rio Nilo, chegando até Tebas, onde realizaram um grande saque. As lutas dos assírios contra a XXV dinastia foram intensas e cruéis. Algumas dessas lutas são descritas no Segundo Livro dos Reis, no Antigo Testamento (OLIVER e FAGE, 1994, p. 35; PALMER, 1977, p. 23 e 24).

OS MONOMOPATAS

Entre os anos 300 e 850 d.C., chegaram à região onde hoje se localizam as atuais repúblicas de Zimbábue, Zâmbia e Malawi, povos vindos de terras próximas ao lago Taganica. Eram da etnia chona (shona ou xona). As primeiras informações escritas que se tem a respeito desse povo data do ano 945, quando um historiador árabe escreveu sobre um reino *uaclimo*, grande produtor de ouro, marfim e ferro. Segundo ele, o rei desse povo era poderoso e dominava vários outros reinos, que lhe prestavam vassalagem e lhe pagavam tributos. A religião era teísta (que aceita a existência de deuses humanos), admitindo a existência de vários deuses, inclusive o rei. Entretanto esse mesmo rei-deus era passível de ser morto pelos seus súditos, quando não seguia os costumes e a lei consuetudinária.

Oitocentos anos depois da chegada dos chonas, foram realizadas as primeiras edificações de pedra que integram um dos mais intrigantes monumentos da história da raça negra e uma das maiores e mais notáveis construções da Idade do Ferro, conhecida como o Grande Zimbábue. Os primeiros prédios teriam sido erigidos por volta de 1100 e as grandes muralhas entre os anos 1350 e 1400. Acredita-se que tenha sido a corte real e um centro de rituais religiosos.

Ao serem redescobertas, em 1905, a monumentalidade dessas obras levou alguns estudiosos ocidentais, que possuíam larga carga de preconceito, a propor a teoria de que eram realizações de um povo perdido, não natural da África ou até mesmo que teriam sido

os árabes que haviam projetado as grandes construções de pedra. Hoje o Grande Zimbábue é reconhecidamente um dos mais importantes sítios arqueológicos da África Negra. E não há mais dúvidas; esta é uma realização dos chonas (DAVIDSON, 1981, p. 39 a 41 e 154; GIORDANI, 1985, p. 99; PAULME, 1977, p. 52. FAGAN, 1988, p. 553), um povo negro.

No princípio do século XV o reino já tinha atingido um grau sofisticado de organização política, transformando-se em um império. Foi nesse período que Vasco da Gama aportou na ilha de Moçambique, então um simples enclave árabe. Os relatos de seus diários de bordo fazem referência à riqueza e cultura desse povo da costa oriental africana. Antes de partir, o navegador luso mandou bombardear a cidade. Na sua chegada a Lisboa, recebe “honrarias e mercês”, entre outros motivos por ter localizado as famosas minas de ouro. O nome Monomopata lhe foi dado pelos primeiros portugueses que dele tomaram conhecimento (KI-ZERBO, 2001, p. 277; FAGAN, 1988, p. 129; OLIVER, 1994, p. 150).

Em 1501, Pedro Alvares Cabral, de regresso das Índias, para onde foi após ter descoberto o Brasil, enviou um emissário à “terra do ouro”, objetivando trocar tecidos de algodão e miçangas pelo metal precioso. No ano seguinte Vasco da Gama voltou à região, onde estabeleceu a primeira feitoria portuguesa na ilha de Moçambique e iniciou os estudos para a construção de uma fortaleza e outra feitoria, em Sofala, que serviria para canalizar a corrente de ouro que devia brotar das minas monomopatas (ALMEIDA, 1978-1979, vol. I, p. 67, 73, 75, 77, 82, 84).

O mito, a verdade, o simbolismo e o fascínio do ouro contagiaram até Luís de Camões. Em seu grandiloqüentíssimo poema laudatório dos feitos e conquistas portuguesas, Sofala é citada em pelo menos três ocasiões. “...as ondas navegamos, de Quíloa, de Mumbaça e Sofala [...], donde a rica Sofala o ouro manda [...]. Olha a casa dos negros [...], qual bando espesso e negro de estorninhos, combaterá em Sofala a

fortaleza Nhaia com destreza” – Primeiro Canto, verso 54; Quinto Canto, verso 73, e Décimo Canto, verso 94, respectivamente (CAMÕES, 1974, p. 34, 158 e 285).

O IMPÉRIO DE GANA

O Império de Gana surgiu no século IV, situado em área que hoje integra as Repúblicas de Mali, Mauritânia, Senegal e, provavelmente, de Guiné. Alguns pesquisadores atribuem sua formação aos povos berberes, enquanto outros, mais corretamente, dizem que seus fundadores foram negros da etnia soninquê (soninke, saracolê ou sarakolle). Segundo Alberto da Costa e Silva, (1996, p. 256 e 257) a primeira dessas teorias foi formulada *“sob o influxo do islão, com o objetivo de dar prestígio a famílias nobres que pretendiam entroncar nos herdeiros de Maomé. Essa era uma forma de afirmar legitimidade: detinham o senhorio porque do mesmo sangue dos iniciadores dos grandes reinos, e aqueles, sendo brancos, deveriam ser árabes, chefes árabes, e portanto xerIfes”*. O que se tem comprovado é que sua população era composta, em sua maioria, por soninquês; negra, portanto. Tem-se como certo que, *“antes da introdução do islamismo [...] e, com maior razão, antes de toda [e qualquer] intervenção européia, os negros alcançaram o grau de cultura suficiente para construir Estados estáveis, perfeitamente comparáveis em muitos aspectos aos Estados orientais e europeus da mesma época”* (DELAFOSSÉ, 1931, p. 29.).

Gana teve o seu apogeu entre os séculos VII e XI, quando controlava as *“principais rotas de comércio entre o norte e o sul [...]”. Por esse controle, que sucessivos reis estenderam para o leste, ao longo do Níger, até o Sudão central, e para o oeste, até ao oceano Atlântico, Gana floresceu e enriqueceu*”. Politicamente o império subjugava vários outros reinos de menor poder, exigindo vassalagem e tributos em ouro, outras mercadorias e escravos.

Sua capital era Kumbi Saleh e a cidade de Audagoste, próximo ao deserto, era o principal entreposto de comércio com os berberes

do norte. A primeira era composta por dois bairros, um para o rei e os nativos e outro para os comerciantes muçulmanos. Havia “*uma dúzia de mesquitas com muezins [anunciadores das preces], letrados e professores assalariados. Existiam muitos juristas e homens cultos*”. As casas eram de pedra e madeira. O palácio real era ornado por esculturas, pinturas e vitrais. Havia belas construções, casas elegantes e mesquitas também em Audagoste onde, além do comércio de ouro e sal, se negociava produtos agropecuários e, também, escravos. A administração do reino era organizada sobre uma extensa rede de influências pessoais, que atingia desde os mais baixos escalões do poder até a figura do próprio rei. A sociedade era dividida em quatro estamentos ou classes: a nobreza, os homens livres, os servos e os escravos.

Desde o século VIII Gana era conhecida no norte da África como a “terra do ouro” e durante a Idade Média foi o principal fornecedor do produto aos povos mediterrâneos.

O IMPÉRIO MALI

O povo mandinga compreende vários grupos e subgrupos que se expandiram por toda a região subsaariana, que vai do oceano Atlântico e das montanhas de Air, na atual Níger, até as florestas do golfo de Benim. O Império Mali foi estruturado na primeira metade do século XIII, no vale do Níger Superior, quando o reino de Gana, ao qual era subordinado, estava se desmoronando. Grande parte de sua história nos é contada por estudiosos árabes. Os malineses se organizaram politicamente e se estruturaram economicamente, tendo como uma das bases a produção de ouro. Segundo Basil Davidson, “*o Mali expandiu-se sem cessar até se transformar num dos maiores Estados de qualquer parte do mundo da época, em África, quer fora dela [...]. O Mali dominou a vida do Sudão ocidental e de grande parte do Sudão central durante quase dois séculos. A sua influência ia do*

Atlântico até muito para leste e para o norte e o sul em cada lado”. Alberto da Costa e Silva complementa esta afirmação ao dizer que “*nas mãos do Mali fica todo o império de Gana [...]. Pela primeira vez, um mesmo poder domina os mananciais do ouro, os portos caravaneiros do Sael e os caminhos que levam de uns a outros*”. Sua época de apogeu ocorreu na primeira metade do século XIV, quando o reino contava com cerca de 400 cidades e, pela primeira vez, apareceu nos mapas-múndi europeus; fato até então não acontecido com países da África Negra.

Originalmente foi um Estado não muçulmano, porém seus governantes adotaram o islamismo como religião oficial, isto porque a religião era uma forma de facilitar os negócios com os mercadores e os governos muçulmanos do Norte da África. Em 1324, o seu rei Mansa Musa (Kankan Mussa, Kanku Musa ou Congo Muza) fez uma peregrinação à cidade de Meca, acompanhado de 800 cortesões e 60 mil carregadores, 12 mil escravos, 500 servidores com vestimentas ornadas de ouro e uma bengala do mesmo material. Levou também cerca de duas toneladas de ouro. Quando de sua passagem pelo Egito gastou tanto ouro que provocou a desvalorização do metal no país, cujo valor somente foi recuperado doze anos depois. Essa peregrinação colocou o reino no imaginário da Europa mediterrânea e do mundo islâmico. De volta ao Mali, Mansa Musa mandou construir várias mesquitas e atraiu para a sua corte um grande número de letrados muçulmanos, fato que ensejou o aparecimento de uma literatura negra, de expressão árabe.

O IMPÉRIO SONGAI (GAO)

O Songai (Songay, Sonray, Sonrhäi, Songhoy ou Songopi) faz parte da trilogia de impérios que se sobrepuseram, sucessivamente, na mesma área geográfica da África Ocidental, isto é, entre a grande curva do rio Níger e a embocadura do rio Senegal. Por volta de 800 d.C., os songai se fixaram nas férteis terras localizadas entre a região

do Sahel e as montanhas Hombori. Aproximadamente no século X, uma primeira dinastia assumiu o poder, escolhendo um rei. Em algum momento seus governantes transferiram a capital para Gao, onde o rei se manteve no lado ocidental do rio e os comerciantes no leste. O comércio transaariano era a principal ocupação desse Estado, pois de Gao partiam duas importantes vias comerciais, ligando-a a Líbia e ao Egito. As transações comerciais logo deram lugar às transações religiosas e, desde muito cedo, Gao esteve sob a influência islâmica. Já no século XI seus reis adotaram o islamismo (CISSOKO, 1988, p. 207 e 208) como a religião oficial.

Os songais se organizaram como império quando do enfraquecimento do Império Mali, no século XV, e seu apogeu durou até o século seguinte. O período de maior prosperidade teve início na segunda metade do século XV, quando foram ampliadas suas fronteiras e realizadas importantes obras para favorecer as atividades agropecuárias, inclusive um longo canal de irrigação. O império continuou a sua expansão geográfica, a se firmar como potência comercial. Como seu predecessor malinês, em 1496 o rei Mohammed Torodo (ou Askia Mohammed), realizou uma peregrinação a Meca levando 500 ou 800 soldados com montaria de raça e 1.000 a pé, e *“trezentas mil peças de ouro”*. Após esta viagem, recebeu o título de “califa da África sudanesa ocidental”.

O Império Songai continuava no apogeu na segunda metade do século XVI, época em que as caravanas que cruzavam o Saara eram muito mais numerosas do que as que iam em direção ao Atlântico (GODINHO, 1983, 1984, 1985, 1987, p. 151 a 164). Desde o final do século XV que a exportação de ouro foi desviada para o norte, para o Magrebe. Para o leste, o Atlântico, foi intensificado o tráfico de escravos. Macina, Kano, Katisina, Agadez, Mali, as federações tuaregues de Kel Antessar e de Magcharen eram reinos tributários do Império Songai. As cidades de Gao, Tumbuctu e Djenné contavam com cerca de 100 mil, 80 mil e 30 ou 40 mil habitantes, respectivamente (CISSOKO, 1988., p. 218, 224 e 225).

OS REINOS IORUBAS DE IFÉ E OYO

O povo ioruba (yorubas) é uma etnia originária do sul do Egito ou da Etiópia, sedimentada no Sudão Ocidental, formada pela integração de diversos grupos mais antigos. Entre os séculos VI e XI, foram aglutinados pela religiosidade animista comum. No primeiro milênio da era cristã, provavelmente, já teriam desenvolvido uma certa organização política, formando pequenos Estados. Entretanto a principal característica dos iorubas – e seu principal elo de ligação – certamente foi a crença religiosa una. Sua religião emanava daquela que era tida como a cidade santa de Ifé (Ilê ou Ife), que admitia alguns deuses cultuados individualmente, por grupos familiares, clãs ou em determinadas regiões (COSTA, 1995, p. 22 e seguintes), formando uma escala hierárquica com um deus supremo, Olodumaré ou Olorum, e mais uma infinidade de deuses menores e espíritos iluminados, com sacerdotes e cultos para cada uma das várias ramificações.

Como era comum nas nações africanas e mesmo nas européias da época, a organização política estava bastante imbricada com as crenças religiosas, de tal forma que na sua primeira capital, Ifé (do século XII ao século XV), o poder político se confundia com a chefia religiosa. O crescimento de Ifé deu-se em função de sua localização geográfica, como ponto convergente de um amplo comércio de troca de produtos da região tropical para a costa atlântica e vice-versa. Escravos eram uma dessas mercadorias, que eram usados como moeda de permuta por produtos de cobre, latão, armas, tecidos e outros objetos, fornecidos pelos povos do norte. Tempo depois o poder político e a capital foram transferidos para Oyo (Oio ou Ulcumy).

Uma das características do reino era a formação de uma sociedade com grandes cidades. Essa tendência de urbanização espontânea necessariamente implica o uso de técnicas avançadas de constituição política, social e econômica, tais como a organização

do governo, a utilização de normas jurídicas, o uso de moeda, a divisão e diversificação do trabalho. Suas cidades tinham toda a infra-estrutura governamental (governo, justiça e força militar) e religiosa. Possuíam, ainda, uma grande concentração de artesãos especializados em seus respectivos setores, destacando-se os tecelões e tingidores de tecidos de algodão e os escultores em bronze, marfim e terracota e, ainda, mercadores e agricultores. Segundo Basil Davidson, *“em 1700 o império de Oyo englobava grande parte da Nigéria, do lado oeste do rio Níger, a norte da floresta, assim como a maior parte dos bosques espessos do Daomé (atualmente chamado Benim), no Golfo de Benim. Oyo manteve-se poderoso durante mais de cem anos”* (DAVIDSON, 1981, p. 125 a 126; GIORDANI, 1985, p. 114 a 115; BERTAUX, 1974, p. 59 e 60; LOPES, 1988, p. 22 e 23).

Brasil, Cuba e Caribe têm em sua formação uma importante influência cultural desse povo africano. Ela se mostra na religião, música, culinária, costumes e até na própria língua falada nesses países. Na Bahia, os iorubas eram chamados de nagôs; no Rio de Janeiro e outros Estados do Sul, de negros-minas (CASCUDO, 1968, v. I, p. 177 e seguintes; RODRIGUES, 1945, p. 200, 251 a 250; MENDONÇA, 1935, p. 101 e seguintes).

O REINO DE DAOMÉ

Originário da cidade ioruba de Ketu, o povo fulani (fula, fom ou fon – jeje, gêge ou efã, como são conhecidos no Brasil; evés para os franceses; ewes para os ingleses) no século XVII organizou o reino de Daomé (Dahomé, Dahomei, Dangomé ou Danxomé), porém sua sistematização política data de período bem anterior. O núcleo do seu crescimento foi a cidade de Abomé (Abomey) que, gradativamente, estendeu seus domínios para a maior parte do território que corresponde à parte sul da atual República de Benim, cuja capital era a cidade de Porto Novo, fundada no final do século XVI como capital de um pequeno domínio tribal. A estrutura

política do reino estava subordinada à estrutura militar, com os seus respectivos “ministro da direita” e “ministro da esquerda”, o primeiro o chefe militar e o segundo o encarregado dos problemas rurais. A criação de um Estado, com forte grau de centralização, somente foi possível porque a sociedade tribal tradicional estava desorganizada e também porque esta foi uma forma de defesa contra as constantes incursões de outros reinos africanos, em busca de escravos. A falta de outros recursos (e ainda devido a outros fatores) fez com que o próprio Estado se envolvesse com o tráfico negreiro.

O IMPÉRIO AXANTI

Os axantis (achantis) são descendentes diretos dos akan (acã ou asent) e com eles se confundem. São originários da África ocidental, mais precisamente de terras que hoje integram os atuais Estados de Gana, Togo e Costa do Marfim. No seu processo de expansão, os axantis migraram para o sul em direção à costa marítima. Por volta do ano 1200 já tinham organizado alguns Estados tribais, porém a formação de suas cidades só aconteceu no século XIV. Dedicavam-se à lavra de ouro e à colheita da noz de cola. No início do século XV existiam alguns Estados akans relativamente fortes, destacando-se entre eles os reinos Fanti, Akim (Atch-im) e Denkyira (Dentchi-ra). Habitando uma região de imensa floresta tropical, o processo de crescimento demográfico e de urbanização dos akans os obrigou a desbravar a floresta virgem para ampliar a área de produção de alimentos. *“Esse processo foi talvez acelerado pela descoberta de ouro no nível do alicerce rochoso de muitos dos vales da floresta. Foi necessário, para explorar o ouro, empregar trabalho escravo [...]. Apoiadas no interesse internacional pelo comércio do ouro, hierarquias políticas começaram a se desenvolver entre os assentamentos urbanos por volta do século XVII e culminaram com a emergência do grande Estado de Asent [Axanti] no século XVIII”* (OLIVER, 1994, p. 112; GIORDANI, 1985, p. 116).

As tribos axantis, além de guerrear entre si, entraram em

choque com os novos vizinhos (KI-ZERBO, 1980, vol. I, p. 394). O resultado dessas guerras foi transformar toda a região em uma área de exportação de escravos, que eram negociados com os compradores europeus. A união das tribos axantis deu-se no século XVIII, com o uso de um instrumento mágico-religioso: um sacerdote fez aparecer um trono de ouro, para significar a união de todas as tribos. *“Até então, o trono real (um tamborete) tinha sido o símbolo do governante como indivíduo, mas [a partir de então] embora o governante pudesse morrer, a nação sobreviveria através daquela cadeira”* (MURRAY, 1997, vol. I, p. 53). No início do século XIX os axantis tinham imposto a sua suserania da floresta tropical até a costa atlântica, comercializando ouro e escravos.

OS REINOS HAUÇÁS

Os reinos dos hauçás (haussas, haussás ou usaás) se localizavam entre o lago Chade e o baixo rio Níger. Há várias linhas de pensamento que tentam explicar a sua origem, porém todas elas evidenciam que foi uma das maiores migrações da história da humanidade, que comprimiu em um território restrito povos de diferentes raças e origens, provocando uma simbiose cultural que resultou, principalmente, em uma unidade lingüística, a língua hauçá (BERTAUX, 1974, p. 68 e 69; MURRAY, 1997, vol. I, p. 24). É uma das poucas culturas africanas que contam com uma história escrita (em árabe, adaptado à língua local).

Embora algumas tentativas tenha havido, principalmente por parte da cidade-estado de Kano, nunca houve uma unificação do povo hauçá sob um único Estado nacional ou mesmo sob uma única hegemonia. Pierre Bertaux (1974, p. 72), tenta racionalizar este aspecto dizendo que: *“É que estes povos encontraram uma forma muito particular de equilíbrio político e econômico [...]. Seu interesse comercial consistia precisamente em manter suas divisões, suas guerras periódicas, nas quais obtinham muitos cativos que tinham um grande valor mercantil. Nestas guerras,*

sem massacres, o objetivo principal não era a aniquilação do adversário, porém a colheita de seres humanos: a obtenção periódica de um tributo que se pagava com cativos. Alguns cálculos fazem pensar que, no transcurso dos séculos, uns dois milhões de cativos foram reunidos e expedidos em caravanas até o Norte". Esse raciocínio encontra confirmação na teoria de Ki-Zerbo, segundo a qual a demanda externa por escravos era, talvez, o estímulo principal para as guerras ininterruptas entre os Estados de Hauçás, com os vencidos sendo vendidos no mercado negreiro.

Embora suas atividades econômicas estivessem ligadas à agropecuária e ao comércio de escravos, a sua localização ensejou o aparecimento de um grande número de mercadores, fazendo com que algumas cidades se transformaram em centros de manufatura (tecidos de algodão, artigos de couro e vidros coloridos), artesanato, e comércio da noz de cola, cereais e de metais (KI-ZERBO, 1980, vol. I, p. 216 e 217; MURRAY, 1997, vol. I, p. 51).

O REINO KANEM-BORNU

O reino, que primeiro foi chamado Kanem (Canem) e depois Bornu foi formado por diversos povos, no século IX, e se localizava ao sul do deserto de Saara. Várias etnias compunham esse Estado: os kanuris (canúris), os zaghawas (zagauas), os tubus (toubous ou tibus), os garamantes, além dos bulalas, saôs (sos, saw, ssos, sôs) etc. A primeira capital que se conhece foi Ndchimi, porém tem-se que a cidade de Yeri Arbasan foi fundada por volta do ano 800. Foi no século X que se deu o primeiro período de expansão do reino, iniciado com a conquista de novas terras e o controle das rotas comerciais em direção ao norte, incluindo as vias cameleiras de Fezzan, região desértica com muitos oásis e caminho obrigatório para as cavernas, como provam as pinturas que datam do ano 3000 a.C.

No século XIV, procurando solidificar o reino, a corte se estabeleceu em Gaga, no Bornu. Na segunda metade do século XV

houve um período de crescimento, quando se obteve escravos e se formou um tráfico estável com algumas regiões arabizadas. Por volta de 1600 os governantes de Bornu controlavam parte das rotas norte-sul do deserto do Saara, que ligavam o reino às cidades comerciais do sul da Tunísia, Líbia e Egito (KI-ZERBO, 1980, p. 221 e seguintes; DAVIDSON, 1981, p. 91). A influência do reino, no momento de maior apogeu, estendia-se do noroeste da Líbia e do Egito até o norte da atual República de Camarões; da atual República Níger ao Nilo. Foi uma monarquia descentralizada, à cuja frente estava o sultão que, em uma heresia islâmica, era considerado como um deus pelos seus súditos. Seu exército era formado por uma cavalaria de até 100 mil componentes e uma infantaria de até 180 mil combatentes. Era um dos maiores exércitos de seu tempo. Equipado com armas de fogo, era composto por soldados profissionais e por batalhões recrutados nas provinciais.

A economia do reino não sofreu grandes alterações no desenrolar dos séculos, até o desaparecimento de sua autonomia política, em 1846. A pecuária, a agricultura, o comércio nas rotas transaarianas e o tráfico de escravo eram as principais atividades econômicas (OLIVER e FAGE, 1980, p. 44 e 45).

O REINO DO CONGO

O reino do Congo foi formado no século XIII por conquistadores da etnia ambundo (mbundu), povo banto que se estabeleceu sua capital na cidade de Mbanza Kongo, a atual cidade de São Salvador, na República de Angola. O reino era integrado por indivíduos pertencentes a várias etnias: bacongos (bakongo, congos ou kongos), bundos, quimbundos (kimbundus), ovibundos (ovimbundus), quicongos (kikongos) etc. A legitimação da posse do território ocupado deu-se pela integração dos novos senhores com os habitantes originais. No século XV, o reino do Congo compreendia seis ou oito províncias, que se dividiam em distritos.

A economia era tanto primária (agropecuária em vários estágios de desenvolvimento) quanto manufatureira, com predominância da primeira. As principais manufaturas eram a tecelagem, usando fibras de ráfia ou de outras palmeiras, fundições de ferro, olaria, fabricação de óleos de origem animal e vegetal, além de peças artesanais. Embora não houvesse metais preciosos, havia ferro e cobre (BOXER, 1977, p. 120). Os escravos, prisioneiros de guerra ou nativos que tinham perdido seus direitos, eram obrigados a trabalhar para seus donos, na agricultura e como servos domésticos.

Apesar de não obrigatoriamente hereditária, pois a sua indicação dependia de um colégio eleitoral formado por chefes tribais, a autoridade do rei era absoluta, pois dele derivavam os poderes provinciais, a justiça e o comando militar. O exército era formado por combatentes de infantaria, equipados com arcos, flechas, lanças e escudos e armas de fogo – estas compradas aos europeus. Eles causavam pavor aos seus oponentes, principalmente pela crueldade com que tratavam os inimigos. As finanças do Estado eram provenientes de recursos oriundos dos monopólios reais (exportações, por exemplo).

Em 1482 o navegador português Diogo Cão foi o primeiro europeu a tomar conhecimento do Reino do Congo, ao visitar a foz do rio Congo ou Zaire. Nove anos depois, em 1491, as caravelas portuguesas chegaram à capital, Mbanza Kongo. As relações foram tão amistosas que o rei converteu-se ao cristianismo. Em 1543 as relações com os portugueses se deterioraram de forma crescente. Paralelamente à presença portuguesa – e até por sua causa – desenvolveu-se um intenso tráfico de seres humanos. Mercadores de escravos aprisionavam inclusive nobres e parentes do rei, transformando-os em cativos para serem vendidos na Europa ou na América (KI-ZERBO, 1980, p. 262, 263 e 295 a 298. COQUERY-VIDROVITCH, 1981, p. 93 e 94). Em 1576, existiam cerca de trezentos portugueses no Congo, todos diretamente

envolvidos com o tráfico negreiro. Anualmente eram exportados em torno de 12 mil ou 14 mil “peças da Índia”, sendo que a mortandade dos escravos atingia uma média de 30% deles (CAPELA, 1978, p. 119).

O REINO DE NDUNGO (OU NGOLA)

No século XIV, povos bantos vindo da região central da África se instalaram na região de Matamba e ocuparam terras marginais do rio Cuanza (Kwanza), chegando quase à costa atlântica. Formaram um reino – inicialmente tributário do reino do Congo –, cuja capital era Mbanza Kabassa, situada no atual Distrito de Dongo, na República de Angola. Seus limites eram formados pelo rio Dande e as terras de Ambuíla, ao norte; pelo Platô de Bie, ao sul; pela região de Cassanje ao leste e pela região de Kissama, ao sudeste. Os principais grupos e subgrupos étnicos eram os ndongo, quimbundos, ambundos, ndemdos, gangalas e imbangalas.

Tentando conquistar mais autonomia em relação ao Congo, o Ngola (rei) de Ndungo se aproximou dos portugueses, então verdadeiros mandatários daquele reino africano. No início do século XVI, um representante do Ngola expressou aos lusos o desejo de seu rei se converter ao catolicismo, ao mesmo tempo em que enviou ao soberano de Portugal uma determinada porção de prata. Dezesesseis anos depois, dois embaixadores trouxeram presentes para o rei português, instruções para realizar o seu batismo, um pedido para o estabelecimento de uma feitoria negreira no reino e o desejo de conhecerem o local das minas de prata. Só conseguiram entregar os presentes.

Em 1540, o governador português de São Tomé iniciou a captura de escravos nas costas atlânticas de Ndongo (então já chamado Reino de Angola), o rei do Congo protestou, alegando ter preferência no fornecimento de escravos aos traficantes lusitanos. A partir daí a história dos reinos Ndongo e Congo se entrelaçam em uma sucessão de lutas, em que os portugueses participam, ora

favorecendo uma, ora outra parte. Mesmo os portugueses, em certas ocasiões, também se dividem: a burguesia comercial vez ou outra entra em choque com os interesses da coroa e, dependendo da ocasião, fica ao lado de um ou de outro dos contentores. Em 1555 o Ndongo se proclama independente do Congo, porém dele permanece tributário até 1563.

NOTAS ONOMÁSTICAS

(1) **Hegel** (Georg Wilhelm Friedrich Hegel - 1770-1831). Filósofo alemão e o representante máximo do idealismo. Lançou as bases da maior parte das tendências filosóficas e ideológicas posteriores, como o marxismo, o existencialismo e a fenomenologia. Para Hegel, o fundamento supremo da realidade é a “idéia”, que se desenvolve na “dialética”, realizada em três fases: tese, antítese e síntese.

(2) **Paul du Chaillu** (1835-1903). Viajante e antropólogo franco-americano. Em sua juventude acompanhou seu pai, um comerciante francês, à costa ocidental de África, onde recebeu alguma instrução dos missionários e adquiriu interesse pela história dos nativos, fato que o guiou sua carreira. Até 1859 explorou regularmente as regiões de África Ocidental na vizinhança do equador, o delta do rio de Ogowe e do estuário do Gabun. Durante suas incursões conheceu os grandes macacos, que chamou de gorilas. Publicou duas importantes obras: *Explorations and Adventures in Equatorial Africa, with Accounts of the Manners and Customs of the People, and of the Chace of the Gorilla, Crocodile, and other Animals*; e *A Journey to Ashango-land, and further penetration into Equatorial Africa*.

(3) **Richard Burton**, Sir Richard Francis Burton (1821-1890). Linguísta, militar, aventureiro, explorador, antropólogo, orientalista e diplomata inglês. Realizou estudos sobre a vida e costumes dos povos islâmicos, organizou uma expedição em buscar

as nascentes do rio Nilo, sendo considerado o primeiro europeu a chegar ao lago Tanganica. Publicou cinco livros sobre suas viagens à África, com estudos sobre os hábitos tribais, o canibalismo e práticas sexuais dos povos negros. Foi cônsul na cidade de Santos-SP, durante cinco, quando aprendeu o português e o tupi. Sobre o Brasil publicou *Viagens aos planaltos do Brasil* (1869), em que demonstrava desprezo pelo povo brasileiro. Traduziu para o inglês poemas de Catulo, *Os lusíadas* de Camões, manuais eróticos da literatura oriental, inclusive o *Kama sutra* e uma versão das *Mil e uma noites*. Muitas das suas produções foram queimadas por sua viúva, após sua morte, restando 43 obras próprias e 30 traduções.

(4) **Samuel Baker**, Samuel White Baker (1821-1893). Explorador inglês e governador-geral do Sudão. Foi um dos descobridores das nascentes do rio Nilo e do lago Mobuto Sese Seko.

(5) **Reginald Coupland** (1884-1952). Professor de história da Oxford University e o mais influente integrante da comissão nomeada pelo governo britânico para examinar o problema da Palestina e que, em julho de 1937, recomendou a partilha desse território em um Estado Judeu e um outro Árabe. Em 1938 publicou *East Africa and its invaders from the earliest times to the death of Seyyid in 1856*.

(6) **Livingstone**, David Livingstone (1813-1873). Médico, missionário e explorador escocês, que realizou várias viagens à África, atingindo regiões onde nenhum homem branco chegara antes. No meado do século XIX explorou o deserto e a região do Kalahari, descobriu os lagos Ngami, Dilolo, Niassa, Muero e Bangueolo; atravessou a África meridional, atingiu as costas ocidental e oriental da África; percorreu o rio Zambeze, quando descobriu e batizou as cataratas de Vitória e tentou descobrir as nascentes dos rios Nilo, Congo e Zambeze. Combateu o tráfico de escravos. Em 1857 publicou o livro *Viagens missionárias e pesquisas na África do Sul* (Missionary Travels and Researches in South Africa). Morreu em Chitambo, atual Zâmbia, quando realizava mais uma expedição.

(7) **Eugène Pittard** (1867-1962). Pesquisador suíço, fundador do Museu de Antropologia e professor antropologia e paleontologia humanas, na Faculdade de Ciência, da Universidade de Genebra. Efetuou diversas pesquisas sobre antropologia e etnologia sobre povos da pré-história (*Histoire des premiers hommes*), dos Bálcãs (*Les peuples des Balkans, Contribution à l'étude anthropologique des bulgares, A travers l'Asie Mineure: le visa nouveau de la Turquie, L'Étude Antropologique des Tsiganes, Les Tziganes ou Bohémiens. Recherches anthropologiques dans la Péninsule des Balkans*), nativos americanos (*Les civilisations précolombiennes*) e do norte da África (*Les races et l'histoire*).

(8) **Pierre Gaxotte** (1895-1982). Historiador, jornalista e membro da Academia Francesa. Suas obras mais conhecidas são *La Revolution française, Le siècle de Louis XIV, Histoire des français, Histoire de l'Allemagne*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADAM, Shehata e VERCOUTTER, J. (colaboração). A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo, in MOKHTAR, G. (coord.). *A África antiga*. Tradução de Carlos Henrique Davidoff. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1983. (História Geral da África, volume 2).

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Estampa, 1978-1979. 3 volumes.

AMARAL, Braz do. As tribos negras importadas: estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil, in SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, 1988. Volume 1.

BERTAUX, Pierre. *África desde la prehistoria hasta los Estados actuales*. 3.^a ed. Madri: Siglo Veintiuno, 1974. (Coleção Historia Universal 32).

BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Setenta, 1977.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Introdução, fixação do texto e glossário por Vítor Ramos. 3.^a ed. São Paulo: Cultrix-MEC, 1974; *Os lusíadas*. Fac-símile da edição princeps. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Xerox, 1972.

CAPELA, José. *Escravidura – conceitos: a empresa de saque*. 2.^a ed. Porto: Afrontamento, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967 e 1968. 2 volumes.

_____. *Made in África*. 5.^a ed. São Paulo: Global, 2001.

CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Tradução de Fernando Faro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CISSOKO, Sékéné Mody. Os songai do século XII ao XVI, in NIANE, Djibril Tamsir (coord.). *A África do século XII ao século XVI*. Tradução de Paulo Anderson F. Dias, Marina Appenzeller e Renato Janine Ribeiro. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1988. (História Geral da África, volume 4).

COQUERY-VIDROVICH, Catherine (org.). *A descoberta de África*. Tradução de Isabel Braga. Lisboa: Edição 70, 1981.

COSTA, Ivan Horácio. *Ifá: o ôrixá do destino: o jogo de ôpón e do ôpón ifá*. São Paulo: Ícone, 1995.

DAVIDSON, Basil. *À descoberta do passado de África*. Tradução de José Maia Alexandre. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

DELAFOSSÉ, Maurice. *Los negros*. Tradução de Joaquim Gallardo. Barcelona: Labor, 1931.

FAGAN, Brian Murray (coord.). A bacia do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500, in NIANE, Djibril Tamsir (coord.). *A África do século XII ao século XVI*. Tradução de Paulo Anderson F.

Dias, Marina Appenzeller e Renato Janine Ribeiro. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1988. (História Geral da África, volume 4)

GIORDANI, Mario Curtis. *História da África: anterior aos descobrimentos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 2.^a ed. Lisboa: Presença, 1983, 1984, 1985, 1987. 4 volumes.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão da história*. Tradução de Beatriz Sidou. 2.^a ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Filosofia da história*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. 2.^a ed. Brasília: UnB, 1999.

LOPES, Nei. *Bantos e malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. História crítica da África ao sul do Saara, in JAGUARIBE, Helio. *Um estudo crítico da história*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Historia del Africa negra*. Tradução de Carlo Caranci. Madri: Alianza, 1980. 2 volumes.

MENDONÇA, Renato. *A Influência africana no português do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Nacional, 1935.

MURRAY, Jocelyn. *África: despertar de um continente*. Madri: Del Prado, 1997.

OLIVER, Rolando. *A experiência africana: da pré-história aos anos atuais*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

OLIVER, Rolando e FAGE, J. D. *Breve história de África*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

PALMER, Denise. *As civilizações africanas*. Lisboa: Europa-América, 1977.

SHERIF, Nagm-el-Din Mohamed. A Núbia antes de Napata: 3100 a 750 antes da era cristã, in MOKHTAR, G. (coord.). *A África antiga*. Tradução de Carlos Henrique Davidoff. São Paulo/Paris: Ática/Unesco, 1983. (História Geral da África, volume 2).

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 3.^a ed. São Paulo: Nacional, 1945.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

TOYNBEE, Arnold Joseph. *Um estudo da história*. Tradução de Isa Silveira Leal e Miroel Silveira. Brasília/São Paulo: UnB/Martins Fontes, 1986.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia e outros escritos*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. Szmrecsányi. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *Fundamentos da sociologia*. Tradução de Mário Rietsch Monteiro. 2.^a ed. Porto: Rés, 1983.

_____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

POESIA

O FUNDADOR MÍTICO DAS QUINTAS, CAPITÃO
PEDRO DA NÓVOA, CONTEMPLA A PONTE
NEWTON NAVARRO

Jarbas Martins *

Uma estrela nova, acima dos telhados,
há muito assinalava o bairro. O rio
era um espelho de nomes ignorados.
Dispersava-se entanto, fugidio,

o mangue. Seus exércitos molhados.
Debruçou-se, na tarde, o casario.
Bares e sonhos, trens descarrilhados.
O outdoor – seu esplendor vazio.

Barcaças à deriva a Esperança –
farol avariado, sol minúsculo,
parabólica insone – mal descansa.

Nóvoa, o seu olhar (névoa, salsugem)
procura uma ponte, longe, no crepúsculo
- áspero céu de sol e de ferrugem

* Poeta e escritor.

Hai-Kais das Dimensões

Lívio Oliveira

Poeta e escritor

Tempo

Pertenço à época
de uma tensão freqüente
feita à mão das horas.

Lugar

Poema onde vivo
todo espanto melífluo
que faz o meu canto.

Sono

Acordo, não durmo.
Pássaro improvisando
um jazz no meu sono.

Vôo

Museu, porto no ar:
os termos que a vida cobra
pra glória aterrar.



Hai-Kais do Mar Alto

Lívio Oliveira

I

Árvore que canta.
Vento e uivo no deserto.
O sonho passeia.

II

Música real:
as imagens se misturam
nas dunas que dançam.

III

Pensamento livre:
barco em vagas defloradas,
sereias nadam.

IV

Surtos das marés.
Mar engole tristezas,
lágrimas mistura.

V

O sal na língua.
Os olhos que se ardem
em lábio pungente.

DISCURSOS

ILUMINURAS

(Discurso de Posse da Acadêmica
Sônia Maria Fernandes Ferreira)

“... só me resta um procedimento. É preciso que eu pegue o leitor pela mão, que solicite de sua parte uma complacência bastante grande, suplicando-lhe de se deixar conduzir, com o risco de se entediar, pelos meus longos desvios, afirmando-lhe que provará a sua recompensa quando se encontrar enfim trazido, pelos meus cuidados, ao coração do pequeno Bosque de Mimosas, entre dois infinitos azuis.”

(Francis Ponge - in A Mimosa)

Em uma certa manhã de agosto, no momento em que a divina Gaia abria as venezianas da terra para deixar passar o luminoso cortejo da deusa Aurora, uma canção de vida se fez ouvir naquela casa da Praça da Matriz, da pequena cidade do nordeste brasileiro.

Apesar do caráter privado das festas de batizado, aquele se tornou público em razão da presença, no lugar, do dirigente do Estado e sua comitiva, cuja figura mais ilustre era a do honrado Professor Severino Bezerra, Diretor do Departamento de Educação, hoje Secretaria de Educação, o qual, juntamente com sua esposa Judith, foram os padrinhos da primogênita dos seus amigos Lindalva e José Fernandes de Melo.

O nome da menina teve inspiração literária. Além de admirador do anarquismo liderado por Barkunin, o seu pai tinha uma predileção pela literatura russa do século XIX. Ele gostava de explicar que aquele nome significava também Sofia. Tempos depois,

lendo *Crime e Castigo*, em tradução direta para nossa língua, em nota de rodapé, o tradutor explicava que na Rússia arcaica, Sofia era o nome carinhoso de Sônia, e só depois viria a se constituir em nome autônomo. Muitas vezes o escutei chamá-la afetivamente por *Sonietcka*...

E assim, cercada pelo carinho dos pais, avós, tios, primos, vizinhos, compadres, araras, asas brancas e muitos outros pássaros “reais e altaneiros” dos viveiros da casa do Pe. Caminha, aquela criança foi aprendendo a distinguir sons e cores até chegar às letras do alfabeto através da sua mãe, sua primeira e encantadora mestra, que colocava em suas mãos belos cubos de madeira coloridos, além de cartilhas e livros ilustrados vindos de Natal. Dia após dia, “os desenhos de consoantes e vogais surgiam como pontos luminosos” em sua plástica mente.

Senhoras e Senhores Acadêmicos:

À maneira de Borges, também se constituiu em motivo de espanto e encantamento o encontro com os livros do meu Pai no seu franciscano consultório médico. Os habitantes daquelas estantes empoeiradas me fizeram viajar para “além, muito além daquelas serras azuis” do oeste potiguar. Aqueles silentes signos até hoje bailam diante dos meus olhos.

Mesmo assim, caro Nilson Patriota, os rapsodos de Pau dos Ferros não perderam a importância depois que fui apresentada a Kipling, Conrad, Dickens, Maughan e Morgan. Nem mesmo quando conheci Flaubert, Romain Roland e Roger Martin du Gard, Faulkner e Hemingwai, ou mesmo quando encontrei Eric Maria Remarque, Rilke e Nietzsche, além dos camaradas Ivan Turgueniev, Tchecov, Tolstoi, Dostoievski e Ilya Erenburg, todos eles, longe de abalarem as raízes regionais, adentraram mais as minhas origens até as entranhas profundas da mãe terra, para buscar o sentido universal

da cultura humana. Os matizes da especificidade nos são dados pelos signos que nos envolvem, pelas crenças que nos infundem, pelos mitos que nos precedem. E, assim, o fabuloso mundo das escrituras, bem sabe o caro Murilo Mello Filho, se forma, analogicamente, como um fenômeno de reverberação semelhante aos círculos, cada vez mais amplos, que se formam na água, quando nela jogamos uma única pedrinha...

Caros Lenine Pinto, Olavo Medeiros e Vicente Serejo, também sou aluna da grande escola do sertão, a mesma do ilustre catedrático Oswaldo Lamartine. Rêgo eu sou de raiz, um riacho a céu aberto, alimentado pelas chuvas manheiras que, de tempos em tempos, regam a alma nordestina. Os meus primeiros mestres foram o avô Elias, o amigo de verdade do Padre Cícero, a avó Maria, amiga de Maria Santíssima. A avó Nia, amiga de verdade da Professora Ozelita Cascudo e o avô Gaudêncio que despachou os filhos em caçuas para Lagoa de Cima, transformando sua casa em Fortim para enfrentar as tropas de Lampião. Este, não se sabe por qual motivo, desistiu de subir a serra de Luis Gomes. Poucos anos antes desse fato, o Comandante da Coluna Prestes deixara os seus soldados **“apeados”** no mesmo sítio e subiu a serra para abastecer as tropas com mantimentos levados do armazém de Gaudêncio Torquato, deixando lá um vale com a assinatura L. C. Prestes, o qual era mostrado com incontido orgulho, a todos os visitantes da casa do meu avô.

E como aqui cheguei, peço licença a todos para reverenciar outros Doutores que me acalentaram, me sorriram, me afagaram e me ensinaram: A benção Madrinha Alice, preta velha desaforada, que me trazia pão de ló. Joana Mirim, dos retalhos de hóstia da casa paroquial, Dadinha das goiabas, Joaquina dos labirintos, Nair Sales, Nila Rêgo e Prof. Dubas, bondosos mestres-escolas. Véio Zé, foragido do bando de Lampião/Fumo, Edvaldo e Bastinho/Chica Velha, Prazeres e Brandina/mãe Tomasa, Marola e Bebi/tia Izidora,

Mariquinha , tia Bentinha e Zefinha/ tio Honorato, Chico Rêgo e tio Elino/tio Luis e Geraldo/ Didi, Jader e Zé Torquato – Alberto e Maria Stella/Rita Miranda e Dona Antônia/seu Maninho da ED, seu Louro do TC. Pois não é, poeta Sanderson, que estão todos dormindo... Quem sabe ouvindo o cantar de Auta, Miriam, Zila, Jorge, Navarro, Luis Carlos, Gilberto, Jasiello e Manoel Bandeira?

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Chegar a esta Academia, contando com o entusiástico apoio de uma significativa e seleta torcida, é muito gratificante. Esta noite se constitui para mim, motivo de regozijo e gratidão a tantos e tão bons companheiros desta instituição e membros do Conselho de Cultura. Esta noite é atalho e ponte na objetivação de mais um campo da minha experiência e do meu destino, sempre direcionado e circunscrito à atividade do pensamento, sempre comprometido em viver em condições de liberdade política.

Faço aqui, um interlúdio, para ressaltar o apoio carinhoso que recebi do professor João Faustino, companheiro de caminhada há quarenta anos. Quantas estradas temos percorrido juntos, lado a lado, em viagens árduas, estafantes, às vezes amenas e alegres. seguindo trilhas e abrindo veredas, encontrando porteiras que ora se abrem ora se fecham. Passagens íngremes ou aplainadas, mas seguindo sempre confiantes em Deus e, como se diz na minha terra, **sem perder o rumo e o prumo.**

Desde muito cedo finquei o pé na estrada de oeste para o leste, de norte para o sul, tocada sempre pelo sopro da sorte, tangida pela brisa noturna do vento nordeste e pelo embalo leve e suave dos aliseos. Tendo o Cruzeiro do Sul como guia, construí minha casa em um plano alto para que eu possa vislumbrar de qualquer direção o sorriso de João Victor, Mariana, Melissa e João Felipe.

São esses sentimentos de raízes que me motivam e me impulsionam a buscar sempre a cidadela do esclarecimento...

Movida por esse sentido de busca, certa vez vesti uma elegante roupa de montaria e saí a galope em um cavalo azul voador. Levava como passaporte uma vistosa corrente com um medalhão dourado, onde mandei gravar minha efígie e um dístico bem conhecido pelos membros desta Academia.

Atravessei dunas e serrotes, mares e montanhas até chegar à região do Périgord, no sudoeste da França. Fazia uma bela noite de verão, realçada por uma *blanca luna*, quando cheguei ao castelo. Ao bater à porta, fui recebida pelo seu proprietário, que me sorriu ao ler a inscrição no meu colar dourado. De modo cortez conduziu-me à sua biblioteca bem provida de livros de história antiga e moderna, inclusive sobre o Brasil recém-descoberto, uma obra de autoria do missionário Jean de Léry.

Passados alguns minutos, comecei a explicar-lhe o motivo da minha visita:

Gostaria que o senhor me desse as coordenadas para que eu possa chegar à mágica montanha do *Aufklärung*...

A seguir, fui logo avisando-lhe:

Não desejo passar nem perto da cidade dos *malvados de Ponerópolis*, muito menos da Alephiana, cidade dos imortais. A propósito, quando fui por esses dias a Alcalá de Henares, para visitar uma bem encadernada biblioteca, pedi ao seu dono que deixasse nas *Cuevas de Montesinos* a soberba da crítica literária – Portanto, peço-lhe, nobre senhor, que não me indique a direção de nenhum oráculo, nenhum diviníssimo e nóbile castelo até mesmo priorados ou confrarias secretas, tudo isso porque tenho medo de escuridão, subterrâneos palacianos e nefandos labirintos...

Àquelas alturas, o dono do Castelo me olhava perplexo... Sem cessar de tagarelar, afirmava que, depois daquela noite, iria desdobrar meu bilhete de passagem para fazer mais três visitas. Há 10, 15, 20

séculos distantes dali. Pela ordem iria a *Tagaste*, acolhendo sugestão de Milosz e Cléa Figueró, visitar Mônica e Agostinho. Depois passaria em *Éfeso*, por indicação das queridas Noilde Ramalho e Diavani Fernandes, para reverenciar a mais Graciosa de todas as Mulheres. De lá iria a *Oenoanda*, por recomendação das amadas filhas Lissa Valéria e Maria de Fátima, para ler as inscrições dos murais de filosofia com ensinamentos éticos e anti-consumistas.

– Conhecimento, para mim, caros Dom Nivaldo Monte, José Mário e Jurandyr Navarro, tem que vir revestido com aura do bem (*Kaloskagathia*), como me ensinou Cléa Bezerra. Tem que ter mensagens de luz e compaixão como as que nos ensina, através dos séculos, o mais Sábio dos Sábios no seu Sermão da Montanha...

Mas, voltando ao castelo, o meu impaciente interlocutor assim falou:

– Distinta senhora, diante de tantas certezas, por que veio então me procurar?

– Caro senhor das terras de Montaigne, sei que seus ensaios inspiraram seus amigos por séculos afora:

Shakespeare, Goethe, Nietzsche, Zweig e Cascudo (tenho provas documentais do que afirmo)... Não poderia também o senhor emprestar um pouquinho da sua *sapientia* para que esta sertaneja do Brasil profundo, possa comparecer diante dos sábios da sua terra?

Vejam o que ele me respondeu:

“O conhecimento dos sábios não passa de vaidade (...) tantas coisas que eu não gostaria de dizer a ninguém digo-as à minha gente e sobre os meus mais secretos pensamentos remeto-os aos livreiros meus amigos mais leais...”

– Quando ele me falou essas coisas, caros Cláudio Emerenciano e Ernani Rosado, me bateu uma saudade danada do amigo Carlos Lima.

“Vamos para frente quando a correnteza nos leva, porque trilhar nosso caminho ao contrário é movimento penoso. O mar se confunde quando é compelido contra si mesmo”.

Na hora da despedida, veio a recomendação final:

“Olha para dentro de ti, volve-te para ti mesmo, devolve para ti o teu espírito e a tua vontade”.

Afastei-me dali com a convicção de ter dialogado com o mais socrático de todos os filósofos dos tempos, ditos modernos.

E o nosso tempo, caros amigos Dorian Gray e Paulo Macedo? Com certeza, hoje como ontem, é um tempo assustador, com dilúvios e maremotos advindos das entranhas mais profundas do Homem e da Natureza. Este é também o tempo da revelação, da informação, da superação dos preconceitos Não é mesmo queridas irmãs Nía e Virgínia? Hoje, mais do que ontem, é possível unir razão e emoção, cultivar e compartilhar amor e compaixão. Dialogar, expor, discordar, protestar, argumentar como nos ensina Jürgen Habermas, formulador da Teoria da Ação Comunicativa, defensor de um discurso ético político respaldado não em sofismas, mas em razões bem fundamentadas em premissas verdadeiras.

Hoje o conhecimento acessado até nos confins da terra, deve servir para iluminar mentes e corações e não para projetar obscuros desejos de dominação ou para acender a perigosa fogueira das vaidades. Dessa consciência de tempo mutante, viver, construir, transcender, numa perspectiva de presente enquanto futuro, apoiada num passado clássico e por isso mesmo eterno, é que os fundadores desta instituição adotaram o lema do Pe. Monte *Ad Lucem Versus*, em direção à luz.

Esta Academia, que nasceu da inspiração de Câmara Cascudo, Aderbal de França, Henrique Castriciano, Ivo Filho, Otto Guerra, entre outros, deve ser sempre farol dos tempos futuros. Assim a fizeram, com o brilho das suas inteligências, Manoel Rodrigues, Paulo Viveiros e Onofre Lopes, bem como, Américo de Oliveira Costa, Edgar Barbosa, Floriano Cavalcanti, Alvarado Furtado. Quase todos meus Pro-fessores, na Faculdade de Direito ou na querida Escola Doméstica de Natal.

O criador deste templo, foi “um brasileiro feliz” que nunca foi tocado pela indisponibilidade para o outro. Nunca me pareceu que o Prof. Câmara Cascudo estivesse repleto de si mesmo, (essa foi a minha grande descoberta). Em sua presença experimentava o inexprimível. Desde a ad/miração, quando o via caminhando para dar aulas, atravessando a praça Augusto Severo, a câmara do meu olhar registrava a sua figura através de um dos janelões da antiga Faculdade de Direito, até as duas entrevistas face a face, dialogando, rindo e aprendendo com ele, instalado confortavelmente de pijama em sua cadeira de balanço. – Encontro autêntico com um sábio de Natal da estatura daquele outro sábio francês que tão bem ele conhecia. – Por isso, naquelas duas tardes descí as escadarias do solar da Junqueira Aires, com sentimento de leveza que liberta. Daí pude construir o meu passaporte de entrada para o campo intelectual, através dos livros *Sonância* e o *De Como Câmara Cascudo se tornou um Autor Consagrado*, obra convalidada por Francisco das Chagas Pereira, Carlos Lima, Mário Moacir Porto, Chicuta Nolasco, Ecilda Ramos, Gizelda Lopes, João Batista Cabral e Sanderson Negreiros que me disse certa vez estar adotando aquele ensaio sobre Cascudo (de cunho metodológico) nos seus cursos da UFRN.

Muitas outras vezes voltei àquele casarão a convite dos seus nobres habitantes, por motivos de atos advindos da esfera pública. Em uma dessas ocasiões, João Faustino, então Secretário de Educação, se fez acompanhar dos amigos Deífilo Gurgel, Eulício Farias, Arnaldo Azevedo e Laércio Segundo de Oliveira. Mas a frequência maior era motivada por festas da vida privada com meus meninos, no aniversário das crianças do querido casal Ana Maria e Camilo Barreto.

Nos seus últimos anos, o dia do seu nascimento era celebrado com festas de caráter público, no interior daquele luminoso mirante, onde brindávamos a saúde do seu nobre proprietário que sabia conciliar, tão bem, o real e o espiritual.

Considero, portanto, um grande privilégio ter sido uma das biógrafas do consagrado Luís da Câmara Cascudo, fundador desta Academia, um dos maiores, senão, o melhor dos brasileiros.

Senhoras e Senhores Acadêmicos:

O meu cântico de louvor e gratidão não se completará no espaço desta liturgia. Após este momento fugaz e eterno renovarei minha caminhada como aprendiz, na intermitente busca do esclarecimento.

Nietzsche afirmava ser a comunicação um ato aviltante. Por isso acreditava que deixávamos de amar o conhecimento toda vez que o repartíamos com os demais. Nessa perspectiva jamais poderia ter sido Professor, mesmo sendo considerado por seus biógrafos, um grande pedagogo.

Para a minha alegria assumo nesta noite uma Cátedra antes ocupada por Professores e Poetas. O magistério tem o dom de não permitir o conhecimento fora de órbita. Que o digam tantos colegas professores aqui presentes.

A poesia, que para o mestre do *Jardim de Academus* (Platão), era filosofia e teologia, para nós se constitui em um *chip* poderoso que põe em funcionamento a máquina humana em busca da sua inatingível verdade.

O patrono da cadeira vinte quatro era um poeta parnasiano que radicalizou a sua vida, como homem do seu tempo, no gesto da entrega do amor romântico. Por isso, cedo partiu em busca da sua musa Mercedes. Deixou-nos *Folhas Mortas*, obra póstuma, editada pelos seus amigos da oficina literária “Lourival Açucena”.

Gothardo Emerenciano, sobrinho neto do nosso patrono, nos presenteou com um bem elaborado perfil do poeta, que foi também jornalista e ativista político, filho do consagrado Prof. Zuza, mestre-escola de muitos norte-rio-grandenses.

Advogado, teatrólogo, político, poeta e professor Francisco Ivo Calvacanti foi o responsável pela preparação de vários norte-

rio-grandenses ilustres, destacando entre eles João Café Filho, Onofre Lopes e Luís da Câmara Cascudo. Ao pesquisar, em 1980, sobre o processo de educação de Cascudo analisei um interessante relato da experiência pedagógica do professor Francisco Ivo com o seu aluno particular, o menino Cascudinho, orientando-o durante toda a fase dos seus estudos preparatórios nos dias afetivos e ensolarados do principado do Tirol.

Entre as mais de 10 peças que o professor "Chico Ivo" escreveu para o teatro uma foi intitulada *Sônia*. O seu filho André Cavalcanti, de boa vontade me abriu as portas para conhecer melhor o Prof. Francisco Ivo. Com o mesmo gesto de amizade as queridas Zilda Lopes e Sônia Cavalcanti emprestaram-me expressiva documentação para a pesquisa biográfica dos meus antecessores.

O grande poeta da cadeira vinte e quatro é o proprietário das terras do Sombrio, Senhor de todos os Jardins, autodidata, como o foram vários homens da sua geração.

Como afirmou o seu biógrafo e sucessor Antônio Soares Filho, o Poeta Antídio de Azevedo foi Escritor não somente nos artigos de Jornais: foi conferencista (sobre Olavo Bilac) historiador (escreveu História do Jardim do Seridó), biógrafo de Felinto Elycio. Seus principais livros no campo da Poesia foram: *Zelações, Pirilampos, Fagulhas e Cartas ao Malaquias*. Tornou-se o mais conhecido poeta trovador fora do Estado e em países da língua portuguesa.

Foram Josefina e Max Azevedo, padrinhos de casamento e amigos de toda a vida, que me apresentaram e me familiarizaram com o Grão Senhor Antídio de Azevedo, trovador dos poéticos Jardins do Seridó, do Brasil e do Além Mar.

O quarto romântico da cadeira 24, caro Valério Mesquita, foi o nosso professor de processo penal na Faculdade de Direito, Dr. Antônio Soares Filho. Na Assembléia Constituinte de 1947 foi colega de José Fernandes de Melo, e nos seus outros mandatos

legislativos, além de companheiro do meu pai foi também colega dos meus tios Jader e José e da minha mãe Lindalva Torquato.

O saudoso Veríssimo de Melo destacou as suas atividades como político, administrador, advogado, astrônomo amador e desportista, por ocasião da sua recepção nesta Academia.

Como os seus antecessores também fez Poesia e Teatro. A *Terra tem duas luas, Doze Temas e Dicionário Bibliográfico do Rio Grande do Norte* figuram entre suas principais escrituras. O seu filho, Dr. Jorge Boucinhas, fez um esboço afetivo do seu perfil para compor a trajetória biográfica dos acadêmicos da cadeira que ele tanto honrou, a qual foi ocupada a seguir pelo seu querido primo Tarcísio Medeiros.

Em 1945 o Dr. Tarcísio da Natividade Medeiros concluiu o seu curso superior, na histórica Faculdade de Direito de Recife onde foi colega de turma do Dr. Edson Maranhão Ferreira juntamente com outro ilustre norte-rio-grandense, Dr. Rômulo Wanderley. Esse registro faço para transmitir ao querido filho Edson José Fernandes Ferreira a admiração que sempre cultivamos pelo colega do seu avô, que além de advogado fez-se Professor e Pesquisador dos atos, dos fatos e da gente do nosso Estado.

Ao escrever os *Estudos de História do Rio Grande do Norte* já era autor consagrado e membro da Academia. Essa obra, segundo o Acadêmico João Wilson Mendes de Melo, dever-se-ia chamar Lições de História, e a historiadora Marlene Mariz, sua discí-pula, afirma ser a síntese de toda a sua produção acadêmica no campo da História, da Economia, da Antropologia, da Geopolítica e da Educação.

Analisando os Aspectos Geopolíticos e Antropológicos que focaliza fatos que vão desde a edificação do Forte dos Reis Magos até a construção, em 1927, de Parnamirim e a sua intensa movimentação, nos deparamos com um seqüenciado passado bem percorrido nos seus estudos de preciosas fontes. Entre elas, os documentos pesquisados no arquivo Histórico Ultramarino, no arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de

Lisboa, onde seu filho, Dr. Ivoncísio Meira de Medeiros, levantou inéditas provas documentais e iconográficas do início da colonização portuguesa, até o Século XIX. Complementa esta obra um amplo e singular estudo sobre o processo civilizatório do nosso Estado no século XX.

Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte se constitui na minha visão de Professora de Sociologia da Educação, uma obra original que, ultrapassando os aspectos do conteúdo, apresenta uma metodologia didaticamente bem ordenada com os capítulos divididos em séculos, oferecendo cada capítulo uma visão de conjunto (visão gestáltica em teoria da aprendizagem). Recomendo esse trabalho, com a autoridade que esta Academia nos confere, como essencial para o conhecimento da terra e da gente do Rio Grande do Norte e que bem poderia ser adotado pelas nossas escolas, para formar e informar a nossa juventude, bem como, aos novos habitantes do nosso Estado.

Em Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte, (segundo volume), editado pelo Instituto Histórico e Geográfico com prefácio do seu Presidente Enélio Petrovich, o mestre Tarcísio Medeiros, dá continuidade à pesquisa iniciada por seu avô materno, também historiador, o Desembargador Vicente Lemos. Avô e neto pesquisaram o melhor da nossa história, com seriedade, profundidade e originalidade. (A pesquisa regimental que realizei sobre os meus antecessores, compõe a segunda parte do Livro ILUMINURAS que nesta noite entrego ao público leitor da minha querida Cidade do Natal).

Senhoras e Senhores:

Bem sabemos que parte da história dos homens foi escrita com tintas do sangue da liberdade. Os atos de barbáries muitas vezes são advindos de interesses mesquinhos de dominação comercial ou política personalista. A narrativa mais apaixonante do

historiador Tarcísio Medeiros é a que ressalta a coragem do acorrentado do Forte dos Reis Magos, André de Albuquerque, diante do seu algoz.

Mas, ao mesmo tempo em que vivem e pontificam os senhores da guerra, vivem e agem os artífices do bem, como o exemplo de Ritinha Coelho, enfrentando as baionetas, para cometer um nobre gesto de humanidade. Da mesma forma, são muitas as artesãs e artífices que, no anonimato do dia a dia desafiando as circunstâncias adversas, tecem os fios da solidariedade e da compaixão humanas.

Gestos de bem-querer e da boa convivência me ligaram aos familiares de Dr. Tarcísio Medeiros desde Maria Isaura sua sobrinha irmã, minha colega e minha orientadora de Mestrado na U.F.R.N., até o convívio com sua filha Taône Maria nos luminosos e dourados tempos da juventude, na Escola Doméstica de Natal.

Foi um gesto simples, da mais pura amizade que inspirou Maria das Graças Soares a compor um Poema dedicado ao mestre Tarcísio, cuja imortalidade diz a autora: “já estava consagrada nas aulas que ministrou, no exemplo que legou como pai, marido, amigo e avô e sobretudo no seu cotidiano exercício de professor”.

Aproveito este momento para, através das minhas amigas da Academia Feminina de Letras, render um tributo às anônimas e combativas mulheres do Rio Grande do Norte, verdadeiras artesãs da concórdia e da paz.

De Poetas e Professores foi constituída, portanto, a Cadeira 24 desta Academia. Todos homens dignos, de famílias dignas, que tanto enobrecem o chão da nossa terra, como bem sabe o Professor e Poeta Paulo de Tarso Correia de Melo.

O atual guardião deste Templo é também um Poeta dos mais consagrados. Com elegância e sabedoria ele conduz a sua lanterna pelas alamedas da nossa cidade, pelos caminhos do Brasil e pelas cordilheiras do Continente Latino Americano. (Diferente do outro Diógenes que mesmo portando sua luz, andava maltrapilho pelas

ruas de Atenas, quem sabe se para provocar as graciosas musas e cariátides). Quantas vezes Diógenes da Cunha Lima emprestou com boa vontade, a sua lanterna para que muitos de nós pudéssemos subir com segurança as escadarias desta Academia de Letras, uma das muitas estações de acesso à montanha mágica do esclarecimento.

Caro amigo Iaperi Araújo,

Hoje estamos, eu e você, nesta instância de consagração. Estamos nós comprometidos com nossa memória, nosso passado, nosso acervo de vida, formado a partir dos nossos relacionamentos e das lições recebidas dos nossos ancestrais. Comprometidos estamos com a nossa geração que tem o privilégio de dividir, ainda hoje, as suas experiências com os mais jovens, nas instituições de ensino, nos laboratórios, nos estúdios, nos escritórios, nas oficinas, nos ateliês de artes, nos centros de pesquisas, enfim...

A racionalidade do Século XX formatou a nossa visão de mundo e nos preparou para vivenciar o terrível e admirável tempo novo. Presenciamos a ascensão e queda das ideologias. Participamos e nos beneficiamos dos extraordinários avanços tecnológicos. Acompanhamos e sofremos com as revoluções e guerras tenebrosas jamais produzidas por séculos anteriores.

No entanto, sentimo-nos revigorados ao saber ser imensurável o número de artífices do bem que estão construindo as bases de novos paradigmas e novas esperanças para a vida humana, a partir do legado de cientistas, matemáticos, filósofos, poetas, antropólogos e artistas da Escola de Viena, do Círculo de Milão, do Movimento Modernista do Brasil, da Escola de Frankfurt, da Bauhaus, do Grupo Cristão da Sorbonne, do Círculo de Bloomsbury, enfim, uma procissão de idealistas muitos dos quais foram vitimados pelas polícias nazi-fascistas não só da Europa mas dos quatro cantos do mundo.

No canto de cá do Atlântico a nossa geração brincou livre nos lajedos, nos quintais, nas ruas e nas praças, até que na florida

juventude, em plenos anos 60, as flores foram pisadas pelas botas da intolerância ideológica e do radicalismo político.

Foi justamente no início de uma noite de vinte e um anos que um grupo de jovens inquietos e ousados recém-chegados à Universidade se constituiu e elegeu o sítio da cultura como campo privilegiado de luta em busca da perdida liberdade de expressão. Desde então, cultivamos a solidariedade como valor supremo da polis, a amizade como reconhecimento da nossa própria humanidade, a lealdade como bem essencial a orientar as nossas atividades profissionais.

Queridos Amigos aqui presentes,

Nos tempos inaugurais da nossa civilização ocidental, perguntaram certo dia a Homero o que ele considerava ser o melhor para o ser humano. Ao que ele respondeu: — Não nascer. Mas, a seguir, acrescentou: o melhor da vida é um banquete com muita poesia. Se lá eu estivesse teria enfatizado: só se tiver a presença de amigos. Sem eles, mesmo com muita canção ou versos, seria monótono como os banquetes oficiais de Brasília... Mas o tom descontraído da lenda Homérica nos conduz a uma síntese metafórica para o sentido da vida, através do alimento material (banquete) e espiritual (poesia).

Nesta noite fugaz e eterna pela força da amizade que pavimenta a minha vida, permiti-me compor uma sinfonia entre o passado e o presente. Contemplar o hoje a partir da perspectiva do ontem foi a ponte que construí sedimentada nos ensinamentos dos meus antecessores. Esta tem sido a razão e a motivação maior da nossa Academia. Esta é também uma perspectiva feminina quando gera, ensina, educa e ama a sua prole...

O olhar sobre o passado não deve nos imobilizar, uma vez que sabemos ser o impulso inovador e não o imobilismo conservador que nos dá a direção da luz. Os inovadores são profetas, jamais sumos sacerdotes, por isso muitos deles se tornaram sábios. Nísia, Castriciano e Cascudo foram os nossos Profetas maiores.

Somos todos seres de palavras, formando círculos de reverberação ou *signos em rotação*. Com nossas escrituras transpomos e transgredimos o tempo finito da vida. Nisso consiste a nossa paradoxal, limitada e simples imortalidade.

Entre a fantasia da juventude e a maturidade da minha razão construí ILUMINURAS com palavras e letras e as ornei com aquarelas do sertão e do mar, para matizar os gemidos do mundo e os meus. A seguir, ofereci agradecida a todas as pessoas que me fizeram ser o que Sou, saber o que Sei e o que muito falta para aprender a Ser.

E para encerrar esta noite de gratidão e oração fui pedir emprestada à Deusa Atena a sua fala na Oréstia:

“...que a lide pelo bem,
nos perpetue a vitória,
pelos séculos afora”.

Muito obrigada!

A FELICIDADE DE SER POETA

Discurso de posse do acadêmico

Ticiano Duarte

Edson Nery da Fonseca conta em seu “Alumbramentos e perplexidades” que, Álvaro Lins dizia: “Os homens que não nasceram com a sorte de ser poeta, são os que têm mais necessidade de poesia”. E o autor de “A biblioteconomia brasileira no contexto mundial”, fala em não ter tido a felicidade de ser poeta, confessando que não saberia viver sem eles, através dos quais exprime seus sentimentos.

Vossa generosidade abriu-me as portas desta Casa, de Luiz da Câmara Cascudo, mestre de todos nós, retratado por Diógenes da Cunha Lima, com justiça, como um “Brasileiro Feliz”, biografado pela filha, Anna Maria Cascudo Barreto, na intimidade de sua vida de pai, mostrando o lado afetivo do homem que é orgulho não somente de nossa gente, de nossa terra, de sua geração, mas do país inteiro, pela sua extraordinária contribuição à cultura e inteligência brasileiras.

Em crônica que publiquei, em março de 2004, sobre “O Colecionador de Crepúsculos”, inserta em , “Críticas e Depoimentos”, lançados pela referida autora, relembrei passagens inesquecíveis da convivência que tive com quem para mim marcou, subindo no curso das águas, como gostava de dizer, o universalíssimo no regional.

Vossa generosidade, repito, acolhendo-me na Casa que Henrique Castriciano presidiu pela primeira vez, proporciona-me o privilégio de saudar a poesia, em três tempos distintos, mas ligados por uma linguagem única, tecida de beleza e encantamento. Poesia que Hégel chamou de “Reino infinito do espírito”.

Sou um velho contador de histórias e estórias. Em certo período, jornalista político engajado nas lutas partidárias de minha terra, mas, sem jamais abdicar da convivência com a poesia e com os poetas. Meus livros de cabeceira vão do bom gosto parnasiano às asas do verso livre e liberto de Bandeira, Drumond, Joaquim Cardozo, Vinícius e da inseparável companhia de Pablo Neruda.

A minha geração que veio pós o movimento modernista de 1922, já conheceu com maior ênfase a reforma contra as formas consagradas e acadêmicas, mas, sem desprezar a poesia estilizada de forte mensagem de beleza, concisa, comunicativa, às vezes pungente. Poesia que é a jóia da literatura ficcional que, Haroldo Bloom, distinguiu, “por se tratar de um gênero profético”.

Sérgio Boarque de Holanda, estudando a criação de Guilherme de Almeida, seu estilo, diz que ele compôs musicalmente: “O ritmo interior da sua poesia é uma caprichosa melodia, que a dança das palavras acompanha”.

Mas, já nos albores da redemocratização do país, 1945, Tristão de Athaíde, descreve a realidade literária do país: “A fase literária pós-modernismo possui características próprias. O espírito das letras atuais”, dizia, “é mais grave, mais profundo, mais sensível e mais espiritual que o do modernismo. É prematuro todo juízo definitivo sobre a qualidade das nossas produções atuais”.

Os poetas dialogam entre o seu mundo íntimo e a vida circundante. E para tal exercício que é imprescindível talento e genialidade, chegou-se à conclusão da desnecessidade dos hermetísimos, dos estetísimos – definidos pelos mesmo Sérgio Boarque de Holanda, estudando a obra de Bandeira, como “formas aritméticas de reclusão, intoleráveis para quem aspira vencer, através da poesia, sua própria reclusão e confinamento:

“Mas para que
tanto sofrimento
Se o meu pensamento
É livre na noite”.

No ano de 1883, no mês de abril, nascia no engenho “Outeiro”, no vale do Ceará Mirim, Juvenal Antunes. Era da aristocracia rural de uma região de cores visíveis e invisíveis, na contemplação Sanderson Negreiros – “de antigos donatários da civilização do açúcar”. Reino de Nilo Pereira, das suas lembranças lúdicas e míticas, que Edgar Barbosa assinalou, “poucas terras mereceram ser redescobertas com tanto instinto filial e tanta fidelidade evocativas, referindo-se ao seu livro, “Imagens do Ceará Mirim”.

Juvenal Antunes de Oliveira nasceu nesse encantado mundo, cuja contemplação lembra o verso de Ledo Ivo – “Como a paisagem era azul em excesso, plantaram canaviais até bem perto do mar”.

Menino irrequieto, adolescente revoltado, bacharelou-se em direito, pela Faculdade do Recife, em 1902. Promotor Público em Ceará Mirim. Jornalista de “A Capital”, nesta cidade, periódico de vida efêmera. Transferindo-se para o Acre, foi Promotor Público em Rio Branco. Cascudo o descreve – “pequenininho, magro, nariz notado, queixo em rosto de galera, boca de zombaria, olhar de espeto quente e face vermelha, salpicada de sardas, como confete dourado num ramalhete de flamboyant, testa de projeção convexa, ampliando a imponência da calva, passo miúdo, voz elétrica, espalhava amizade e bom humor na irresponsabilidade da improvisação”.

Solteiro. Em Natal, publicou um livrinho de versos, ano de 1909, “Scismas”. Em 1922, imprimiu no Rio de Janeiro, “Acreanas”. É o autor de “Elogio da preguiça”:

-Bendita seja, Preguiça amada
Que não consentes que eu me ocupe
em nada!

No Acre, ganhou notoriedade pelos repentes e tiradas inteligentes. Inquirido, certa feita, por jornalistas, sobre o futuro daquele então território Federal, respondeu: “Devolver a Bolívia,

pedindo desculpas pela demora”. E ao seu irmão querido, promovido a Major, telegrafou: - Parabéns! Um galão em cada pata”.

Conferencista e orador aclamado. Apesar de cético, espécie de “órfão da tempestade”, do seu tempo, Juvenal Antunes amou profundamente sua musa inspiradora, Laura, de “Olhos negros, macios e clementes, luminosos, fatais fosforescentes! Olhos de febre, exaltações, delírio. Olhos que são meu primeiro ardor e meu mistério! E eu que não preveni esses abrolhos. E me despedacei contra os teus olhos!... Faze, querida Laura, como os cisnes... As asas da tu'alma nunca tises.

Ao sobrinho Vicente Inácio Pereira que, viajou ao Rio de Janeiro, em busca de emprego e lá fixou-se com êxito, recomendou em forma de decálogo, numa explosão do seu espírito irreverente, entre outras coisas: Nunca te cases, nem mesmo com uma moribunda milionária... Ame os vícios. Eles só têm o defeito de custar dinheiro. Quando este é muito, aqueles ficam dourados... Não mates nunca. Não por amor à espécie humana, medo do inferno ou respeito às leis, mas, porque isso é inútil. Matas um malvado, nascem dois... Sê bacharel, médico, parteiro, comerciante, vagabundo, político ou coisa pior, mas não seja tolo. Encantou-se em Manaus, em 1941.

Mas esse demolidor intransigente, essa voz inclemente a derrubar ídolos, conceitos, tabus, de repente se transformava e docemente cantava o amor, lírico, em “Dor Calada”:

“Nunca ouvirás de mim um só queixume
 Que te provoque um riso zombeteiro!,
 Sei sufocar os ecos do ciúme
 Pois tu não és o meu amor primeiro.
 Como das flores o sutil perfume,
 O afeto da mulher sempre é ligeiro.
 Mas, a abraçar-me nesse estranho lume,
 Hei consumido o meu viver inteiro.

Seja bonito ou feio, rico ou pobre,
 Neste vasto planeta, que o sol cobre,
 Ainda ninguém amou, que não sofresse.
 Todo amante se julga um desgraçado,
 No entanto, se eu me visse condenado,
 A existir sem amar, antes morresse!

Outro poeta, nascia, em Macau, em 17 de julho de 1898, José Edinor Pinheiro Avelino. Estudou em escolas particulares de sua terra e depois, em Natal, com o professor Francisco Ivo Cavalcante, de saudosa memória, e em seguida, no velho Atheneu.

Jovem ainda iniciou suas atividades poéticas, colaborando para jornais e revistas, “Folha Nova”, de Macau; a “Cidade”, do Açu; o “Mossoroense” e o “Nordeste”, de Mossoró; “Ilustração Brasileira”, “Amanhã” e “Seleta”, do Rio de Janeiro. Exerceu o magistério em sua cidade, ensinando e alfabetizando gratuitamente crianças pobres.

Ainda alcancei Edinor Avelino, funcionário autárquico, agente do IAPETEC, em Macau, nas suas andanças e viagens a esta capital, a serviço da repartição que dirigia. Era calmo, tranqüilo, sossegado. Bem vestido, cabeleira preta, bem penteada, extravasava bondade, cordialidade, olhar contemplativo, admirava a beleza, à porta do cinema Rex, assistindo a chegada e o bota-fora de elegantes damas da sociedade que prestigiavam as sessões noturnas do velho cinema.

O seu primo, senador Georgino Avelino, filho do jornalista Pedro Avelino que era irmão do pai do poeta, o ex-provisionado e ex-deputado por aquela região, Emídio Avelino, à época militante da imprensa do Rio de Janeiro, levou-o para a então capital da República, em busca do sonho de ali realizar a carreira nas letras, no jornalismo.

O poeta provinciano foi vencido pela cidade de vida trepidante, que começava a ter ritmo de grande metrópole,

avassaladora, embora, maravilhosa pelas suas belezas naturais, pelos encantos da vida social.

Sentia saudades de sua Macau e lá, no Rio, assim como se estivesse no exílio, escreveu o poema que tem o nome da sua terra, declamado no Rio Grande do Norte inteiro, como peça antológica, musicado por Fernando Almeida, cantado com sucesso pelos boêmios das vigílias noturnas, e também na voz maviosa de Santos Lima: - : “A minha terra, calma e boa, trago-a nas cismas de saudade em que ando atento, contemplando-a com os olhos cheios d’água, nos grandes vôos do meu pensamento”. Fala nas salinas, na riqueza da terra amada, descrevendo a beleza dos morros e coqueiros; a enseada, o mangue, o alvor da areia, o farol de Alagamar, ilha que chama de “Bom destino, rosa do litoral”:

“Conduza-a na retina, por onde ande,
Macau, canção do meu amor, doce ária,
Meu sentimento que se tornou grande,
Lá na tristeza da angra solitária”

Que beleza de verso:

“Ninho embalado no rumor da brisa,
Terra de néveas garças e de moinhos,
Cidade nobre que se primatiza
Entre miragens e painéis marinhos!

E termina com essa evocação de grande fôlego poético:

“...porto das águas, pouso das baleeiras,
ilha saudosa, plácido recanto, berço
das minhas afeições primeiras
A minha terra calma e boa, trago-a
Nas cismas de saudade em que ando atento,
Contemplando-a com os olhos cheios d’água,
Nos grandes vôo do meu pensamento!”

Produziu um poema, “Apologia do Silêncio”, que, Henrique Castriciano consagrou: “Este poema vale um livro”.

“És a paz e és, também, a origem
do mistério transcendental, que alarga o
manto sobre nós. Eu, para interrogar o teu
segredo etéreo, horas inteiras fico
emudecido e a sós”.

Adiante ele canta:

“As aflições cruéis, as angústias supremas,
vão achar, no teu seio a ternura precisa
Tens a atração propícia ao lirismo
dos poemas, propicia à obra em que o
gênio splende e se eterniza”.

Os sonetos de Edinor Avelino são ontológicos, uma poesia que Veríssimo de Melo ressaltou como expressiva de sentimento superiores, amando a natureza, a vida, acreditando na bondade humana. Era um homem de fé.

Publicou “Divagações”, escrito na mocidade e preparou outros, que ficaram inéditos, entre os quais, “Sínteses”. Sua irmã, Olda Avelino, foi considerada por muitos, como uma das melhores poetisas norte-rio-grandenses.

Nestor dos Santos Lima Sobrinho, embaixador e membro desta Casa, falou-me da responsabilidade em ocupar a Cadeira que ele chamou de feudo poético macauense, de pai para filho, ambos donatários dos sonhos, dos devaneios, dos encantos, do mar, da ilha, como se fosse à Pasagarda de Bandeira, o mundo mágico que os inspirou para cantar, como cantou o pai Edinor: ...”a enseada, o mangue que pompeia, um sugestivo ponto de abrigar, a costa se alongando, o alvor da areia, o velante farol de Alagamar...”.

O filho, Gilberto Edinor Cabral Avelino, nasceu na cidade de

Assú, no dia 09 de julho de 1928, vindo em seguida morar na terra do pai, Macau, que seria a cidade, na qual, durante toda sua existência, na escalada dos anos, de menino, adolescente, homem maduro, o eterno morador da Rua da Frente, que Vicente Serejo revelou ter ocupado e andado no mesmo chão, “irmão do mesmo rio e do mesmo mar antigo”, dizendo em prosa que se iguala a verso : “a poesia de Gilberto Avelino acorda o cheiro e os gostos de infância e o azul que ele acende nas pontas dos dedos”.

A primeira vez que o vi, foi no início do ano letivo, no Atheneu, no ano de 1948. Estava fardado de recruta do exército brasileiro, desarrumado, parecia uma figura chapliniana, na forma de vestir àquela indumentária que sobrava no seu corpo frágil. Poucos dias depois desse encontro, era dispensado do serviço militar por razões de saúde. Foram os primeiros sintomas dos problemas de visão que iriam atormentá-lo por um longo período de vida, superados com o progresso da medicina, mas, que levaram o pai, Edinor, à escuridão da cegueira.

Jamais perdeu o bom humor nas inúmeras fases de vida, desde os tempos em que morava no abrigo Melo Matos, na condição de professor dos meninos de rua abandonados, aos instantes de luta pela sobrevivência, amargando decepções e demissões de cargos de confiança na administração estadual, nas mudanças de governo. Uma luta vitoriosa que o elevou à condição de profissional respeitado, sem problemas de ordem material, com banca de advogado em Macau e nesta cidade. Era apaixonado pelas causas que abraçava, guerreiro, as armas não descansavam nas batalhas que empreendeu nos fóruns cíveis, trabalhistas e criminais, do Rio Grande do Norte. Incansável combatente no campo do direito, da advocacia que ele amava com a mesma paixão que alentava pelo canto poético.

Do terreno de batalha nas questões de direito, do estado de espírito dos entreveros advocatícios, de repente se transmudava ao contemplar o mar que marcou o seu coração. Confessou: “desde

menino que o mar fez-me assim”. E no prelúdio de suas evocações à cidade que o viu menino, nos convidou a todos: “vem comigo. Vem andar pelas ruas de infância. Eu te chamo, vem”!

Eu e ele, pertencemos a uma geração que foi testemunha de acontecimentos traumáticos, da vida brasileira. Meninos, na ditadura de Vargas, na revolta comunista de 1935, que foi menos de conteúdo marxista-leninista e mais um alerta de comunista e aliancistas contra o fascismo que começava a ganhar corpo no país. Plínio Salgado, seu chefe maior, trabalhava para ocupação de um ministério no governo Vargas. Em 1937 veio o Estado Novo, o DIP. O ensaio nazi-fascista que a segunda guerra mundial varreu do mundo e em consequência, sepultando o sonho dos seu adeptos que por aqui proliferavam.

Já estávamos de pescoço duro, em 1945, quando redemocratizou-se o país. Éramos ginásianos. Três anos depois cursávamos o clássico, aprendendo as primeiras lições de literatura, o gosto pela leitura, pelo discurso, à convivência inteligente dos mestres, dos grêmios literários, do batente do jornalzinho que editávamos, “Expressão”, colaborando no tradicional órgão, “O Estudante”: Aderbal Morelli, Epitácio Andrade, Roberto Furtado, Amauri Pires de Medeiros, José Fagundes de Menezes, Ferdinando Pereira do Couto, Jurandir Navarro, Afrânio Pires Lemos, Dorian Gray Caldas, Nagib Assi, Lenine Pinto, João Batista Pinto, Guarací Queiroz, Aldovrando e Adalberto Veras, Deífilo Gurgel, Aluizio Furtado de Mendonça, Geraldo Carvalho, Nilson e José Patriota, Zila Mamede, Moacir de Góes, Paulo Rosas, Mailde Pinto, Marcelo Fernandes de Oliveira, Newton Navarro, Antônio Serejo, Amaro Pedrosa, Leonardo Bezerra, Dorian Jorge Freire, Jaime Hipólito Dantas, José Maria Guilherme, João Ururahí do Nascimento, Joanilo de Paulo Rego, Valtércio Bandeira de Melo, Nabor Pires Maia de Azevedo Maia, José Fernandes Dantas, Francisco das Chagas Rocha, Geraldo Inácio de Azevedo, Ítalo Suassuna, Ademar Rubens de Paula, Garcia Neto.

Gilberto iniciava sua obra criadora. De grande força talássica. Cantando também o vento leste, os veleiros, o mangue, a rampa, as barças, os convés dos navios de onde partiam os cânticos de marítimos e estivadores, disse ele que “molham o mar de suor”.

Relembro a sua fase, nesses primeiros passos, no exercício de um gênero literário que Croce considerou único, negando a existência de outros. Dizia ele – “tudo é poesia. Tudo é criatividade”. Tristão de Athaíde completa a assertiva: “prosa e poesia são apenas distinções acidentais daquilo que é fundamental: a visão poética através da realidade histórica ou da mentalidade filosófica e, portanto, da universalidade de pensamento aplicado à criatividade pessoal, com base no continuismo desse mesmo pensamento, sem o isolar em gêneros literários, como na tradição clássica”.

Gilberto dava vôos ao seu sentimento criativo, primoroso. Ao tempo de estudante de direito, ao deixar a cidade de Maceió, sem se despedir da namorada que morava na Rua do Sol, lamentou: “Rua do Sol, rua longa, mas longo o adeus que não dei”.

Pouco depois, ele acrescentava: “teu rosto, claro de mar, teu claro rosto, aparece na branca transparência das salinas. Visão de enseada, visão que exprime a doce ternura dos teus dedos leves. Estás tão ausente. E os girassóis se abrem mais vivos do que nunca”.

Ele sempre procurou assinalar, refletir na sua poesia, o estado d’alma que o cercava, o dominava, de forma lírica, pungente. O seu canto tem água do mar, salsugem, sargaços, búzios dourados, cheiro prolongado de maresia. Água da fonte. Os moinhos. O coração de marinheiro que jamais deixou de pulsar, mesmo que as âncoras não caíssem de leve, como sempre quis, num mundo atribulado que enfrentou em busca de um porto seguro.

Alguém disse com muita propriedade que em tempos de repressão, de censura como o que o Brasil viveu durante recentes 20 anos, ocorre a revivência da poesia. Tristão de Athaíde descobriu a mesma coisa em fases que a criação está encurralada, reprimida.

A poesia cresce como forma de libertação, os poetas se distinguem. Foi o que ocorreu no Rio Grande do Norte, durante os anos de chumbo, para falar nos da minha geração: Zila Mamede, Newton Navarro, Mirian Coeli, Walflan de Queirós, Doryan Gray Caldas, Luiz Carlos Guimarães, Diógenes da Cunha Lima, Sanderson Negreiros, Gilberto Avelino, Berilo Wanderley, João Batista Pinto, talentos criadores nos últimos tempos, mesmo em períodos que impunham silêncio e medo.

Gosto de citar Tristão de Athaíde, meu mestre: “O talento humano é realmente imortal. Não se sujeita às épocas, fases ou ditaduras, que são superadas pela grandeza do ser humano. A arte tem uma soberania que é semelhante à da fé. A fé vence os períodos mais incrédulos da história, e ressurgir mais tarde.

Em tempos escuros, Gilberto cantou -: “Canções noturnas nas tuas mãos, leves de auroras. Mãos que são pássaros ferindo ventos e montanhas... Fundas noites que mais lembram o silêncio dos desertos. A lua quebra a calma dos vitrais”. Em louvor do Mestre, ele disse que, de repente descobriu o doce mistério”.

Vejam a força desta mensagem: “a dor humana transporta o silêncio das cores. Fazia uma manhã de cinza. E chorei pura e simplesmente por vós”. E mais adiante confessa: “idos os tempos, compreendi que não foi por vós, Mestre, que chorei. E sim por mim mesmo. O coração do menino haveria de ser tocado pelas impurezas do mundo”.

Sua poesia sempre marcada pela evocação de pedaços de seu chão sagrado. De contemplações que o fazem parado no tempo, restituindo-lhe a essencial pureza do menino que se fez adulto, sem jamais macular a fidelidade que dominou seu coração, seu mundo de lembranças admiráveis. É o menino sempre voltando na viagem, por excelência sentimental, sua poesia realizando o milagre de uma espécie de ressurreição.

Nilo Pereira, falando sobre seu permanente reencontro com o Vale do Ceará Mirim, seu mundo de infância, disse: “quem ama

contempla. A contemplação é uma ascese, um culto, uma adoração mitológica”. Disse ainda, o nosso Nilo: “Há os mitos interiores, que se não fazem o herói, criam a divindade, a casa, o cotidiano longínquo, o altar doméstico, as estrelas particulares”.

A poesia de Gilberto Avelino é uma permanente descoberta que em seu redor, tudo é terno, a paisagem, os homens, as coisas, os lugares, as marés e a ilha. Tem “o sal”, disse Diógenes da Cunha Lima, “a limpidez e a emoção da lágrima”.

Vicente Serejo falou que, “Feito, ele mesmo de mar e de ilha, vai buscar o mesmo medo e o mesmo amor dos navegadores, do toque da quilha cortando ondas, zingando correntes”. E o que o faz grande poeta, diz ainda Serejo, “é a capacidade de salvar a sua ilha, levando para o continente os seu homens, suas mulheres”. A Ilha que em certo instante do canto, o faz revelar sua lenda e as luminosas cicatrizes que marcaram seus pescadores e salineiros, enfatizando: “em noites de lua de agosto, quando o mar reveste-se de brancos algodoais, os pescadores escutam cantos de sinos, que vêm da capelinha insepulta, e identificam a voz – tão leve e pura, da Vigem da Conceição falando as águas.

Casou-se com Gilda Avelino e constituiu uma família bonita. Themis, Rilke, Graça de Maria e Fernanda. Deixou os netos que tanto amou. Gilda Avelino é poetisa, integrante da Academia Feminina de Letras, com obra publicada.

Neste instante, de homenagem a sua memória, debruço-me no tempo e na nostalgia de uma fase rica de acontecimentos e aventuras. Há saudades espalhadas em cada canto de nossa convivência de irmãos. É tarde, quase por do sol, na casa dos meus pais, na rua Princesa Isabel. É tarde na Praça Pio X, onde sentávamos nos bancos em redor dos jardins, cujas flores se encantaram, também.

Parecia que a nossa alma de jovens se alimentava de tempestade. Lembro da sua voz quente de poesia. Transbordava amor, sentimentos nobres, pureza, vontade de fazer e de conquistar o mundo.

Em certo período, tudo foi leve, calmo e exato. Nenhum atropelo, nenhum cansaço. Tempo que se foi, verdade que descubro no poema de Hélio Peregrino ao amigo inseparável, “nascíamos para a vida como que recebe uma herança, ironicamente, desprezando-a”.

Gilberto se exaure, se entrega, se convoca, se envolve e canta : “cansado os braços, a madrugada no rio, em cujas águas o rosto dela reflete. Tento deslembrar as águas boiando, na fina doçura dos olhos dela. Marinheiros trazendo nas mãos pedaços de viagens... não definas nunca o segredo das conchas”.

O seu louvor à Macau, terra escolhida e amada, tem dimensão, transcende aos muros da cidade, alcança vãos inimagináveis: Sinos “dobrai pelas papoulas mortas, de flores que amareleciam às manhãs e pelos meus e amigos que estais, além dos astros. Por meu pai, dobrai, arrebatado da voz do atlântico, de coração de piloto incendiado de auroras e crepúsculos marinhos, exaltando o teu chão: Macau, canção do meu amor, doce ária. Meu sentimento que se tornou grande, lá na tristeza da angra solitária”.

Busco novamente o verso de Hélio Peregrino ao seu amigo Oto Lara Rezende, para despedir-me. “Tu tinhas nas mãos o grande fogo sinaleiro, capaz de acender nas noites a vasta bandeira das conquistas. Carregava nos lábios um sabor de aventura”, digo eu, pouco de tédio. “E de teus braços esguios brotavam marujos acostumados à peleja do mar. Eras belo como uma flor rebelada. Puro como um jato de aurora. limpo e profundo como a água onde os musgos envelhecem... Nossas confidências venciam o vento e caíam por terra, como um fruto farto...Eras o irmão, carne da mesma carne, raça da mesma raça. Superando o silêncio e a morte”.

SAUDAÇÃO A TICIANO DUARTE

Exmo. Sr. Presidente da Academia Norte-
Rio-Grandes de Letras: Acadêmico *Diógenes
da Cunha Lima*,
Digníssimas Autoridades já devidamente
personalizadas,
Senhoras e Senhores Acadêmicos,
Senhora, meus Senhores:

Ocupo esta tribuna para proferir a saudação protocolar ao novo Acadêmico. Outro, faria melhor discurso. Aqui estou em razão dos laços de amizade que contraí, desde a adolescência, com o empossado desta noite festiva.

A amizade pode-se chamar uma espécie de virtude heróica, vencedora de muitos obstáculos. É conhecida como “**o vinho da vida**”, fortalecida que é para confiança.

A Cadeira nº 35 teve Gilberto Avelino como seu segundo ocupante, em substituição ao genitor Edinor. Juvenal Antunes é o seu Patrono.

Todos eles imortalizados na Poesia.

Os Avelino, pai e filho, abrilhantaram a nossa literatura, pela inspiração e inteligência, reveladas nas suas produções literárias.

Juvenal Antunes de Oliveira pertenceu a uma das famílias da chamada aristocracia rural, do verdejante vale do Ceará-Mirim. Foi um intelectual amoroso e irreverente, sendo autor dos livros **Cismas** e **Acreanas**. Teve o seu perfil literário e humano descrito no Ensaio – **Um Boêmio Inolvidável**, de Esmeraldo Siqueira.

O ramo familiar de Juvenal Antunes revelou-se pelo devotamento às Letras. Belas páginas foram escritas nesse álbum familiar, registradas no livro **Oiteiro**, de Madalena Antunes, em forma de memória; a evocação sentimental, expressa na publicação

intitulada – **Mucuripe – o mundo encantado de Ruy Antunes Pereira** – da filha deste, Denise Pereira Gaspar; as reflexões literárias de Nilo de Oliveira Pereira e a poesia de Lúcia Helena Pereira.

São recordações que ligam o passado ao presente, projetando-se para o futuro, seguindo a marcha do tempo.

A Cadeira nº 35 terá, a partir de hoje, o seu terceiro ocupante. Será um humanista, de visão social e política.

O intelectual que tenho a satisfação de saudar nesta festiva noite, chega a esta Casa unguído pelo sufrágio unânime dos sócios desta Academia. É que os ilustres pares, nele enxergaram, as credenciais indispensáveis para receber o pergaminho da qualificação acadêmica.

Senhoras, meus Senhores:

Ticiano Duarte pertence a uma geração, em que a qualidade de vida era melhor do que a oferecida à mocidade dos dias presentes. A violência descontrolada de hoje, substituiu a tranqüilidade de outrora, assim como a educação de então deu lugar à incivilidade ora reinante.

Havia mais respeito pela hierarquia ética e religiosa. O conceito de moral, revestido de certa sacralidade. As chamadas leis culturais da sociedade, exibiam um caráter mais autêntico, sendo mais íntegro o Direito e a Moral mais respeitada. O que não se verifica com a geração atual, vivendo num ambiente social onde predomina certa irresponsabilidade, em relação à coisa pública, com a imposição da inversão dos valores axiológicos e culturais, cuja ação deletéria atinge a Política, macula a Administração, compromete a Justiça e, por via de conseqüência, causa malefício a todo organismo social.

A pequenina Natal, recorde, se apresentava como a verdadeira **Cidade Presépio**, onde a paz possível tranqüilizava o coração da sua gente, gerando uma vida mais *digna e mais humana*.

Os encantos naturais aprazíveis, tais os das praias da Redinha e da Areia Preta, nos seus longos verões das pescarias descontraídas e das serenetas ao luar. E o enverdeado mar lembrava as palavras de Anatole France, ditas na sua posse na Academia Francesa – a Casa de Richelieu –, na ternura do seu lirismo. Dizia ele:

“... O mar que banha estas costas recortadas como a vinha e o acanto, onde povos engenhosos criaram as artes, a geometria e a beleza, o mar de onde saiu Vênus ao oceano de onde vêm as pérolas e o marfim, os tesouros e os sonhos da Índia...”

Natal toda era encantamento, na visão esperançosa da idade jovem, quando tudo exala perfume, e o devancio cria a imagística de uma vida que parece eterna.

Por esse tempo, o Brasil atravessava dias de incerteza social do após-guerra. Natural, portanto, que os estudantes se interessassem pelos seus destinos políticos. Dessa forma, apaixonava a literatura dos ideais de liberdade, dos ideais de paz e dos Direitos do Homem, bebidos na Carta Magna Americana; na eclosão da Revolução Francesa e na Campanha da Abolição da Escravatura, fatos históricos marcantes dos últimos séculos.

E, então, recitava-se os versos de Castro Alves, lia-se os textos de Rui Barbosa, meditava-se a prosa de Machado de Assis, debatia-se os discursos de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio e cantava-se a Marselhesa...

Tais reflexões do pensamento erudito nacional, nos livros gravadas, geravam profunda impressão em nossa alma adolescente.

E foi nessa atmosfera sócio-cultural, que Ticiano Duarte deu os primeiros passos na sua formação intelectual, despertando o interesse pela literatura.

Tanto a emotividade da poesia, quanto a beleza da prosa, influenciaram a sua vocação humanística e, debruçado em ambas, alongaria verdadeiras promenades pelos jardins floridos das musas.

As leituras de Cervantes, de Tchecov e Montaigne, para citar apenas estes, o induziriam ao contato com os gêneros literários do romance, do conto e do ensaio. E, com o passar do tempo, a sua leitura iria selecionar textos de outros autores renomados. A sua biblioteca sempre ostentou os melhores, dentre nacionais e estrangeiros.

Sem as luzes do Saber, a inteligência humana fica embrutecida. Urge, portanto, sua nutrição para elevá-la ao trono de rainha das nossas faculdades superiores. E esse alimento primordial é o hábito salutar do estudo, da leitura e da reflexão.

Pedagogo dos mais admiráveis, Sertilanges enumera os tipos de leitura: - *de formação intelectual; de ocasião; de estímulo ou formação moral e leitura de repouso.*

A leitura dos bons livros revigora as faculdades da imaginação, da razão e da memória. Disse René Descartes:

“O encanto das fábulas anima o espírito; os atos heróicos da história o reanimam; a eloquência tem forma e beleza incomparáveis; a poesia, delicadeza encantadora; os escritos que tratam dos costumes, contém exortações utilíssimas para a prática das virtudes”.

Senhoras, meus Senhores:

Uma trajetória de atividades importantes marcou a vida social, política e profissional do homenageado desta sessão solene.

Inicialmente, foi atraído pelas lides da imprensa, colaborando no jornal de existência efêmera, intitulado a “**Expressão**”, pertencente a um grupo restrito de colegas do velho Atheneu, ao lado de Aderbal Morelli e Gilberto Avelino, dentre outros.

No mesmo colégio, concluído o ginásio, Ticiano Duarte optaria pelo curso clássico, área de disciplinas humanísticas e sociais, que o preparariam à graduação do Direito. Durante o curso da ciência

das leis, paralelamente frequentaria a redação dos jornais, onde daria continuidade ao pendor vocacional pela imprensa, escrevendo, fazendo entrevistas e reportagens. Em seguida, participaria do programa **Memória Viva**, da TV – Universitária, por ocasião do surgimento da imagem televisiva em nossa terra. E, assim, firmou o nome no jornalismo da cidade dos Reis Magos.

Recém formado em Direito, ingressaria na política partidária por ocasião da campanha de Djalma Maranhão, em 1960, para a Prefeitura de Natal, sendo Chefe da Casa Civil desta gestão. Logo depois, seria investido no cargo de Secretário de Estado do Interior e Justiça do governo Aluizio Alves. Na administração José Sarney, nomeado Delegado Regional do Trabalho e na gestão Garibaldi Filho seria Diretor Administrativo da Fundação “José Augusto”.

Atualmente pertence aos quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, tendo sido, em passado recente, o presidente do seu Diretório Municipal.

Devotando-se à Política, muito escreveu sobre o tema na imprensa natalense, chegando a editar um livro sobre o assunto, intitulado “**Anotações do meu Caderno**”, o qual alcançaria grande repercussão. Nas suas páginas narra episódios, menciona e comenta a atuação dos gestores da coisa pública potiguar, revelando-se como dos mais entendidos da difícil e complexa arte de governar. O seu nome figura dentre os principais memorialistas da nossa política.

Inteligente e talentoso, Ticiano Duarte direcionou, também, a sua atenção para a Universidade, habilitando-se à docência pública. O lastro do curso jurídico e a experiência jornalística o capacitariam a exercer, com proficiência, a cátedra universitária.

No serviço público o novo Acadêmico ocupou o cargo de Procurador do Estado, exercitando, por algum tempo, a Advocacia Pública, sendo, presentemente, Auditor aposentado do Tribunal de Contas do Estado.

A intensidade de sua vida social reservaria-lhe, a inda,

apreciável responsabilidade: - a de ocupar, através o sufrágio, lugar de proeminência na cúpula da Maçonaria do Rio Grande do Norte, sendo empossado nessa posição de relevo, exercendo-a em plenitude.

A abrangência dessas atividades diversificadas, influenciaram na formação profissional e humanística do empossado desta noite festiva, quando lhe é prestada a devida homenagem pela sua eleição.

O grau acadêmico, distinção das mais raras, tem sido conferido a intelectuais dos tempos novos

Seja bem-vindo a esta Casa, acadêmico Ticiano Duarte.

JURANDYR NAVARRO

Natal, abril, 2006

IN MEMORIAM DE
UMBERTO PEREGRINO E ORIANO DE ALMEIDA

(Sessão Solene – ANL – 28/09/2004)

Enélio Lima Petrovich

Membro da Academia

Norte-rio-grandense de Letras

Estamos vivendo, sem dúvida, instantes de evocação e saudade. Sobremaneira telúricos e emocionais.

É que reúne-se nesta noite tropical e primaveril, impregnada de recordações, a Academia Norte-rio-grandense de Letras, com a moldura de fisionomias gratificantes, para tributar a homenagem singela a dois de seus inesquecíveis integrantes, já na morada celestial.

Convenhamos, sob a égide das normas estatutárias, realiza-se esta solenidade a fim de permitir que pleiteantes, intelectuais, se inscrevam nas respectivas vagas, na certeza de configurar-se uma renovação salutar nos quadros da respeitável entidade cultural.

Daí, pois, esta hora solene em louvor merecido e oportuno ao escritor Umberto Peregrino, falecido em 5 de setembro de 2003, ocupante da cadeira nº 15 – cujo patrono é Pedro Velho, e Oriano de Almeida, musicista consagrado e homem de letras de escol, tendo sido o maior intérprete de Chopin, sócio efetivo do secular Instituto Histórico e Geográfico, ocupante da Cadeira nº 13 – Patrono Luiz Fernandes, sucedendo o mestre Câmara Cascudo, genial e humilde, fundador deste templo da literatura. Encantou-se a 11 de maio do corrente ano.

Então, aflora à mente a lembrança de ambos, pelos laços da saudade, com o coração genuflexo e sempre agradecido. Fixaremos,

assim, passagens da vida e da obra dos eruditos acadêmicos que tanto dignificaram a cultura potiguar e brasileira.

Evidentemente % aceitamos as ponderações – o tempo não nos oferece uma abordagem mais ampla, multiforme, para que tudo ou quase tudo pudesse ser evidenciado, atendendo à convocação da presidência desta Academia, à frente o escritor e poeta Diógenes da Cunha Lima.

Com efeito, na síntese que registraremos, emergem alguns aspectos da trajetória vivencial dos inolvidáveis acadêmicos.

Sim, de Umberto Peregrino, criatura humana das melhores, quer no aconchego da Casa São Saruê, em Santa Tereza, seu 2º lar, quer no seu apartamento em Copacabana, transmitia os influxos benfazejos de sua personalidade forte, vibrante, detentor de um caráter ilibado.

Sua Íris Peregrino Seabra Fagundes, inesquecível companheira de todas as horas, ainda sente a sua ausência e nos oferece a dádiva da conformação e do consolo espiritual, mesmo que alguns percalços tenham ocorrido durante o convívio matrimonial e fraterno.

A ele – já se vão algumas décadas % dedicamos profunda admiração, através de uma amizade desinteressada, em meio aos freqüentes encontros cordiais e descontraídos, quando de nossa andanças em plagas cariocas.

Quase sempre nas sessões de nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual somos sócios eméritos, ou mesmo em reuniões culturais, a presença do general acadêmico valorizava o ambiente de alegria, dignidade e conagração.

Era aquele júbilo irradiante quando se falava em Natal. E com que emoção, chegando até às lágrimas, recordava os tempos idos e vividos, para lembrar Machado de Assis. Com que capacidade dirigiu a Biblioteca do Exército (de 1960 a 1964) e também o Instituto Nacional do Livro, durante 3 anos (de 1967 a 1970)!

Decerto, seu semblante denotava um irresistível carinho, ao

escrever acerca da terra natalense, a querida cidade do Natal, em seu livro: “Nossas Vidas, nossas Almas”.

Eis alguns trechos:

“Há dias em que sinto saudade da luz dos seus dias de sol, do rumor soturno que vem do mar, em perpétuo embate com a muralha negra e lustrosa dos recifes, que se estendem ao longo do litoral.

Há dias em que desejo intensamente rever aquelas dunas de areias alvas e macias; dias em que meus olhos reclamam a paisagem do rio Potengí visto do patamar da Igreja do Rosário.

Outras vezes tenho saudade do perfume dos cajueiros de Natal ou do silêncio das imensas avenidas, a cuja margem eles viçam, agrupados em sítios tão pobres quanto pitorescos.

Tenho saudade do Baldo, quando era uma concorrida lagoa, em que lavadeiras lavavam roupa e homens banhavam cavalos. Tenho saudade do mar, que eu avistava do Monte, um mar infinito e misterioso, povoado de navios orgulhosos, que cruzavam ao longe, muito ao longe, perfis vagos, muitas vezes simples sombras esbatidas no horizonte...

Quanto mais longe de Natal, no tempo e no espaço, mais estimo a minha cidade. Gosto de vê-la progressista, importante, elogiada, mas quisera que não perdesse as suas graças naturais. Natal para mim é o Potengí, é o mar vistro do Monte, são as quietas avenidas do Tirol e da Lagoa Seca, são os costumes ingênuos e saudáveis, são as mangabas da semana Santa, e os cajú de novembro, é a cantiga dos seus trovadores, são as cadeiras na calçada.”

Aliás, Veríssimo de Melo, escritor e imortal, para nós Vivi, assim se expressou à luz do seu bom senso, discípulo e admirador fervoroso, ao saudá-lo na magna sessão de posse, em:

“A presença de Umberto Peregrino na Academia Norte-riograndense de Letras tem significação emocional que ultrapassa os limites desta hora solene de recepção acadêmica. O que assistimos,

antes de tudo, é um autêntico escritor, exilado há anos de sua Província pelas circunstâncias de brilhante carreira militar, sentir-se afinal restituído um pouco à sua amada cidade do Natal.

Poucos têm amado tanto sua cidade quanto Umberto Peregrino. Amor telúrico. Entranhado sentimento de carinho pela sua terra e sua gente. Paixão que a distância e os anos esfriaram e que transparece em tantas páginas de seus livros de crônicas e contos.

UMBERTO PEREGRINO Seabra Fagundes nasceu na cidade do Natal, a 3 de novembro de 1911. É o sexto filho do casal sr. João Peregrino da Rocha Fagundes % d. Cornélia Seabra Fagundes, ambos falecidos, sendo membro da academia Brasileira de Letras; Joaquim Tuiut. Seabra Fagundes, falecido.”

E arrematou o saudoso Veríssimo de Melo:

“Num aspecto de sua atividade intelectual, Umberto Peregrino agigantou-se e tem prestado serviço inestimável ao Rio Grande do Norte e ao Brasil: É como animador e incentivador das atividades literárias nas províncias.

O seu Boletim da Biblioteca do Exército, durante anos, foi veículo poderoso de informações literárias, na qual a nossa cidade sempre teve a sua página generosa e amiga. Nada se fazia por aqui sem registro carinhoso no Boletim, a ponto do poeta Newton Navarro ter declarado, certa vez, que aquele é que era o verdadeiro boletim da Cidade do Natal.

É preciso que se ressalte nessa louvável atividade de Umberto Peregrino, aproximando homens de letras das mais longínquas regiões brasileiras e valorizando o trabalho de formiga na Província, a largueza de seu coração, onde jamais coube o egoísmo, tendência, infelizmente, tão generalizada entre intelectuais. Umberto, nesse setor, tem sido exceção honrosa.”

Na verdade, reiterando e seguindo esse mesmo raciocínio, cabe-nos acrescentar:

“Vejam os outros dados sobre a adolescência e mocidade de Umberto. Sendo seu pai adotivo, cel. Apolônio Seabra, nomeado delegado do Ceará-Mirim, vai Umberto ainda garoto residir naquela cidade, já tendo feito, porém, o curso primário no colégio Diocesano Santo Antônio, em Natal. No Ceará-Mirim inicia o seu curso secundário, freqüentando o Colégio Pedro II. De sua passagem pela cidade dos canaviais, registrou Nilo Pereira em crônica: “No Ceará-Mirim, quem não for senhor de engenho, tem de ser poeta.

Umberto não foi senhor de engenho; o destino reservou-lhe aquele mundo encantado, aquela doce pasárgada, aquela bíblica terra prometida, onde o seu espírito tem encontrado tantas sugestões.” (omissis),

“A vocação literária de Umberto, % cedo se manifestou, como decorrência natural de sua rica sensibilidade. Posteriormente, influências de Peregrino Júnior e do seu tio Armando Seabra, % este último honra com o seu nome a galeria dos patronos desta academia, % foram também decisivas no aprimoramento do seu espírito e no gosto pela boa literatura.

É que Umberto Peregrino é assim mesmo. Suas atitudes, suas soluções na vida quotidiana quase sempre fogem à rotina. Dentro de sua modéstia, ele tem modo personalíssimo de agir, de sugerir ou defender arduamente pontos de vista, de desfrutar também, saboreando, as delícias da própria existência.

Entre sua contribuição propriamente literária, podemos citar três bons livros, sendo dois de contos, “DESENCONTROS” e “3 MULHERES”, e um de crônicas e reflexões, que se intitula “NOSSAS VIDAS, NOSSAS ALMAS”.

E do exame sucinto de sua obra e de sua vida pública já se podem inferir aquelas constantes morais do acadêmico ao enumerá-las:

- 1º) % O amor da nossa terra e da nossa gente.
- 2º) % O espírito público e o gosto da administração

3º) % A vocação literária e a paixão da cultura.”

Mas ainda válido é depoimento de Cláudio Moreira Bento, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e também sócio correspondente de nosso Instituto Histórico, proferido na sessão solene, em homenagem ao Umberto Peregrino a 19 de novembro de 2003 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

“Certa vez, fomos convidados com nossa equipe do arquivo histórico do exército, que dirigíamos, a visitar a Sua Casa de Cultura São Saruê, um enorme complexo cultural privado em Santa Tereza. Lembro a alegria e a satisfação com que nos recebeu e mostrou-nos tudo. Lembro da sua notável biblioteca e de sua expressiva coleção de literatura de Cordel.

Ao final da visita nos fez deixar nossa assinatura, a carvão, numa parede, ao lado de muitos outros visitantes. E com muita alegria e satisfação, notamos um pouco de gratidão com que se despediu de nós.

Parece que o estou vendo chegar ao IHGB, para as reuniões da CEPHAS, dirigindo o seu fusca e o ouvindo falar de sua amada terra natal, onde possuía uma casa de praia, do mestre Câmara Cascudo e de seus amigos de lá! Natal, terra e gente, que referenciou em sua obra: *Crônica de uma cidade chamada Natal.*”

Igualmente, o caríssimo confrade e acadêmico Manuel Onofre Júnior dedica-lhe breve registro: “Polígrafo na exata acepção da palavra. Ficcionista, cronista, sobretudo ensaísta, historiador, biógrafo, estudioso da literatura de Cordel.”

Este, em síntese, o nosso inesquecível Umberto Peregrino, escritor, poeta, pesquisador e memorialista, que deixou nosso convívio em 5 de setembro no ano que passou.

Em outras dimensões, eternas e sagradas, este o registro para a história, pela grandeza e projeção das letras e das artes norte-rio-grandense e nacionais.

Que o seu sucessor saiba honrar e espargir a sua memória como exemplo de vida, de gratidão e de reconhecimento.

*“As grades saudades trazem uma brisa de
ternura. As últimas uma nuvem de
amargura.”*

ORIANO DE ALMEIDA

E o que dizer, agora, acerca de outro ícono da sabedoria e do bem-querer!

Referimo-nos a Oriano de Almeida, que se encantou a 11 de maio findo, deixando uma lacuna expressiva.

Mesmo assim, na perenidade do tempo ainda continua ministrando a todos nós, efêmeras criatura humanas, as lições de humanismo, de sensibilidade e de inteligência. Ora, a imagem pode esmaecer. O exemplo, porém, jamais. Permanece *ad perpetuam rei memoriam*.

Ah, Oriano de Almeida, quanta saudade! Era uma presença sempre constante e sentimental. Com ele estávamos quase diariamente no Hotel Sol, seu refúgio há quase vinte anos. Conversas amenas, gestos de amizade espontânea, sentimentos de fraternidade. A tona, edições de seus livros, comentários dispersos, risos, as vezes segundos de angústia, momentos de euforia, júbilos reiterados, ansiedades. Eis a sua caminhada percorrida, sob essas manifestações da sua mente e do seu espírito.

Fomos testemunha dessas circunstâncias e episódios temporais, e bem podemos compreender e sentir a magnitude de sua alma, sempre desprovida de quaisquer resquícios de mágoas e rancores, porque a distância dos pensamentos negativos e odientos. Um espírito altruístico e fraternal.

Evidentemente, não nos é possível descrever o *modus vivendi e faciendi* de Oriano de Almeida de uma, cerimônia como esta, protocolar.

Sem dúvida, ele foi um homem feliz ao lado de seus amigos e admiradores incontáveis. Guardava a lembrança de sua filha Lílian e netos Nicola e Thomas, residentes no Canadá, e de Íris Bianchi, sua esposa, no Rio.

Recordamos, com profunda emoção quando dele despedíamos, este apelo, “*não me abandone*”, exaltando a sua memória, o consideramos fiel mensageiro da amizade, peregrino do saber.

Tomou posse nesta academia em sessão magna e concorrida em 12 de setembro de 1996, por nós saudado, sucedendo o mestre fundador Luís da Câmara Cascudo. Ninguém melhor do que ele...

Hoje, decorridos oito anos, aqui estamos nesta mesma tribuna, louvando-o, condignamente, na singeleza deste encontro cultural.

Decerto, quisera que Deus tivesse nos concedido o dom da concisão para focalizar mais e melhor a existência e as obras, literárias e musicais de Oriano de Almeida.

Contudo, sem adotar a conduta de muitos que atinge o exagero de louvações cortejadoras e pueris, evidenciamos, com sobriedade, alguns ângulos existenciais que ornaram a personalidade do saudoso acadêmico.

Calderón de La Barca nos ensina que “*o valor e filho da prudência e não da temeridade.*”

À sombra, pois, dessa acertiva do genial dramaturgo espanhol somos mesmos prudentes.

Ora, já se vão mais de onze anos – há vinte de abril de 1993, gravamos uma conversa com Oriano de Almeida. Esta uma parte de seu depoimento:

“Nasci em Belém e me criei em Natal. Considero-me bicristão. O Veríssimo me disse que eu era biestadual.

Foi aos cinco anos, já me lembro, brincando com o piano, em nossa casa em Belém. Meus pais gostava de ouvir músicas e minha mãe era pianista. Meu pai fora ator de teatro. Uma voz de tenor. Pela minha vocação, chamaram a professora.

Depois deles Valdemar de Almeida foi, realmente o primeiro e grande mestre.”

Mais adiante Oriano pondera:

“Tinha eu 17 anos. Terminei o Atheneu e fui muito moço para o Rio estudar medicina. Chegando lá, sabe o que aconteceu? Comecei a tocar piano. Fiz as minhas aparições ganhando um dinheirinho. Não ficando seis anos a estudar medicina, preferi a música.

Como Carlyle, talvez pensava o jovem Oriano: *“acertou quem disse que a música e a língua dos anjos.”*

Entre as suas grandes emoções salienta:

“Ao responder “o céu é o limite”, em São Paulo – TV Tupi – 1958, sob Chopin, dei um concerto no Teatro Municipal. O teatro estava tão cheio que havia gente no palco e 200 cadeiras extras em torno do piano.

Quando estava calmamente interpretando Chopin, eis que choveu em cima do piano. Eram pétalas de rosas multicores jogadas pela assistência.”

Destacou ainda Oriano de Almeida:

“Na capital da Polônia, Varsóvia, participei de um concurso em 1949. Fui classificado com diploma de Honra. Prosseguiram as sucessivas turnês – Itália, França, Suíça, Espanha, dezenas de cidades dos Estados Unidos, Montevidéu, Argentina, Paraguai. Enfim, Europa, América do Norte e do Sul”.

Ai, lhe indagamos: E as suas memórias? Respondeu, em tom irônico, sorridente:

“Ainda não sei, porque já estou perdendo a minha infância”.

Conclui-se, dessa forma, quanta sensibilidade arraigada na sua alma.

Com tantas honrarias, na idade em que os meninos se divertem em brincadeiras triviais, preferiu aprimorar seus dotes e conhecimentos pianísticos. Mais tarde, no Rio de Janeiro, com Magdalena Tagliaferro, sobre quem escreveu magnífico livro, por nós editado e lançado, em 1993, no Rio, Salvador, Recife e Natal. Edição esgotada.

Eclético, exímio intérprete de Bach, Beethoven, Debussy, Mozart, Ravel, sobretudo Frederic Chopin, aderiu à Escola Romântica.

Anteriormente às excursões ao exterior, percorreu o Brasil, apresentando-se em cerca de 200 concertos.

Autor de uma centena de peças para piano e algumas dezenas para voz e também piano, de sua autoria são os “Prelúdios Potigüares”, aos quais dedicou grande afeição, pois nasceram da fonte tradicional nordestina.

Durante mais de vinte anos, integrou a Rádio MEC, escrevendo e dirigindo programa de música. Ali, interpretou e gravou a obra completa de Chopin.

Sobre ele, nos escreveu Heitor Alimonda, titular da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“Oriano de Almeida, há tanto tempo querido amigo e colega. Meu primeiro curso com Magdalena Tagliaferro foi em São Paulo – 1941. Depois, no Rio, até 1945, quando viajei para New York.

Todos esses anos convivemos, soldamos verdadeira amizade e, creio, muita admiração, à sombra daquela personalidade ímpar – a dona Magdalena.

Aos poucos, a vida de cada um de nós nos levou de cá para lá. O tempo passou e cada um de nós marcou sua carreira à sua individualidade, às suas aspirações, às suas paixões.

E o Oriano, contemplativo, sonhador, poeta mesmo da música e da vida, ficou na lembrança viva, sempre”.

Ah, também quão sentimental a mensagem de Luíza Maria Dantas Cavalcanti, sua eterna aluna e admiradora. Ei-la:

“Na memória do passado e no conhecimento do presente, através do tempo, é Oriano de Almeida um dos maiores valores da cultura artística e literária do seu povo.

Fazendo justiça ao Professor, Pianista, Compositor e Escritor Oriano de Almeida, registro, com alegria, a inteligência do seu trabalho construtivo para a efetivação da arte e da cultura do nosso país.

Sua seriedade profissional e sensibilidade de artista nos iluminam através do brilho colorido dos sons que emergem das suas composições musicais, bem como nos fazem buscar ensinamentos na sua obra literária”.

E conclui a congreira Luíza Maria:

“Com Oriano, meu eterno mestre, também vivenciei uma outra arte tão nobre quanto a música, aquela cujo o instrumento musical é o coração, com batidas rítmicas que determinam a nobre expressão da humanidade: a amizade.

Suas missões, exemplos, reflexões e emoções, transmitidas durante nossa convivência caíram como “pingos e respingos”, embalando com puro amor parte de minha vida”.

Por sua vez, em “Pingos e Respingos”, livro de Oriano que

iremos editar, escreve o ilustrado médico, escritor e confrade Caio Flávio Fernandes, aqui presente.

“São três, as principais atividades humanas que promovem a harmonia do homem com a natureza e mais nos aproximam de Deus: as artes plásticas, a música e a literatura. De tempos em tempos, os deuses do Olimpo se reúnem e ungem o agraciado com talento e sabedoria. Oriano de Almeida é um deles. Paraense de nascimento e natalense de coração – agora oficialmente, pois agraciado com o título conferido pela Câmara Municipal de Natal. Ele é, sem sombra de dúvida, um cidadão do mundo.

A música, sua principal atividade, entrou logo cedo na sua vida, quando aos doze anos de idade diplomou-se no Instituto de Música do Rio Grande do Norte, sob orientação do grande maestro Waldemar de Almeida. Posteriormente, completou seus estudos no Rio de Janeiro com a virtuose pianista Magdalena Tagliaferro, a grande embaixadora da música como ele próprio a denominava. Daí, para os palcos do mundo, foi um pulo, onde o seu talento foi reconhecido e aplaudido por platéias de toda América do Sul, Europa e Estados Unidos”.

Realmente, “Oriano é um dos maiores nomes da música erudita nacional. A sua História está em livros, revistas, programas de concertos.

Ele se impôs diante de nós e se revelou tão digno de nossa admiração, como escritor, pianista e compositor.

Não estamos discorrendo sobre um artista que se queira mostrar, também, intelectual, mas de um autêntico homem de letras, durante tantos anos embutido no musicista que encontrou tempo e oportunidade de se expandir em textos vivos, ágeis, cheios de flagrante e verdade humana, conforme o escritor, amigo e confrade pernambucano Lucilo Varejão Filho.

Vejamos, a seguir, um histórico diálogo entre o próprio Oriano de Almeida e Veríssimo de Melo, também na eternidade:

“O que pensou em saber que iria substituir Cascudo na nossa Academia de Letras?

Oriano respondeu: Se é mesmo verdade o que dizem, é possível sonhar de olhos abertos.

E você tem medo da morte?

De pronto, Oriano comenta:

Eis um assunto que não tenho pensado, mas se um dia (remoto) for convidado a fazer turismo no “outro mundo”, espero conhecer Carlitos e Greta Garbo”. (Tribuna do Norte 04-11-1995).

Neste ensejo, é digno de referência outro livro: “A música através dos tempos” – 1991, com apresentação do acadêmico e consócio Jurandyr Navarro, aqui presente, na qual se lê este trecho:

“Hoje, ele vive as suas memórias de virtuoso do teclado. Goza o ócio merecido de que falava os romanos, numa vida plácida, escrevendo para posteridade lições magníficas do gênio artístico que o encantou, transmitindo aos mais moços a doce sabedoria haurida dos seus estudos e da sua inspiração criadora”.

Outrossim, mister ressaltar o quanto nos sensibilizou haver inaugurado, em 17 de julho de 2001, o Memorial Oriano de Almeida, no anexo do Instituto Histórico e Geográfico, entidade da qual ele fazia parte.

Ali, compareceu Oriano, alegre e emocionado, levando um séquito de admiradores e confrades.

O consócio e amigo Valério Mesquita, quando deputado estadual, lhe entregou o título de *cidadão norte-rio-grandense*, como autor da proposição, em nome da Assembléia Legislativa do Estado. E aí está, aberto ao público, o memorial com quase tudo de Oriano de Almeida, para maior conhecimento de sua vida e obra.

Vê-se, portanto, que a irradiação cultural, nos planos da música e da literatura, consolida a projeção do homenageado, sobre quem, de igual modo, também evoca Valério Mesquita, assim se pronunciando:

“Resta a esperança de que o nome, a importância do que fez como musicista, intérprete, compositor e escritor, não desapareça. Não tenho dúvidas de que Oriano de Almeida é maior do que os ausentes. A sua obra tem abrangência nacional e internacional. Simples, não buscava os refletores da fama. Eles vinham até ele. Nem o elogio fácil”. (O Jornal de Hoje – 25-05-2004).

Ainda concedam-nos um instante para o acadêmico Armando Negreiros, membro desta casa, ao declarar que Oriano de Almeida é “autor de uma biografia de Chopin com 460 páginas datilografadas, mas não editada. Realizou trabalho de pesquisa sobre a vida cultural (pintura, música, literatura, teatro, ciência, política), em Paris, das últimas décadas do século XIX, para a redação e produção de um programa de rádio – teatro transmitido pela Rádio Ministério da Educação”. E adianta Armando Negreiros:

“Em 1932, Oriano estudou no recém fundado Instituto de Música – sonho dourado do maestro Waldemar de Almeida, na Ribeira, cuja vizinhança formava um harmonioso conjunto arquitetônico: Teatro Carlos Gomes (hoje Alberto Maranhão), Colégio Pedro II, Grupo Escolar Augusto Severo e Escola Doméstica. Foi aluno de Waldemar de Almeida, Tomazzo Babini e Luís da Câmara Cascudo. Na convivência, também, das professoras Dulce Wanderlei, Donana Cicco e Lélia Petrovich”. (*esta minha tia*) - Diário de Natal – 16-05-2004.

Um belo livro – “O Sonho era o Limite”, é de autoria de Cláudio Pinto Galvão, confrade e escritor de mérito. Em nosso poder estão os originais e iremos publicá-lo em convênio com a Editora do Senado Federal.

Trata-se de uma pesquisa obstinada, séria, à altura, sem retoques, pois Cláudio Pinto Galvão se insere entre os maiores admiradores e estudiosos de Oriano de Almeida.

Eis, senhoras e senhores, autoridades, partícipes desta romaria lírica e emocional, peregrinos da sabedoria, itinerantes do bem-querer, samaritanos da inteligência, que ornamentam este salão dourado, para citar Cavour, a nossa homenagem singela e evocativa, tributada aos saudosos acadêmicos Umberto Peregrino e Oriano de Almeida, imortais.

Enfim, na emoção do momento, a nossa palavra, espontânea, solidária e comovida, repleta de sentimentos altos e nobres, bem pode representar e traduzir, no presente e na posteridade, como que uma mensagem fraternal e ontológica, em louvor e aplauso a Umberto Peregrino e Oriano de Almeida, exemplos e testemunhos de amor à terra Natal e ao Brasil, à Cultura, à Literatura, à Música popular e erudita, através do carinho, respeito e da admiração que a ambos dedicamos, sob as bênçãos de Deus.

DORIAN JORGE FREIRE

Necrológio – 14.10.1933 a 24.08.2005

Na minha adolescência em Mossoró sempre acompanhava o meu pai, Rafael Negreiros, nas longas conversas com os seus amigos, madrugada adentro. Muitas vezes vinha à tona o nome de Dorian Jorge Freire. Embora todos fossem unânimes na qualidade do seu estilo jornalístico, as opiniões se dividiam quando o assunto era política. As discussões eram tão acirradas que facilmente se passava do campo das idéias para as malquerenças pessoais. Assim, saiu de Mossoró meio brigado com seu Rafael. A amizade voltaria no ano de 1970, ocasião em que enviou uma longa carta para os meus pais lamentando o falecimento precoce do meu irmão Ricardo, aos 17 anos de idade. Apesar do momento trágico por que passávamos impressionou-me o estilo de Dorian. Frases curtas. Raciocínio límpido. Emoção à flor da pele. Sem pieguice.

Havia alguns aspectos em comum. Rafael nascera a 15 de outubro de 1924, Dorian, 9 anos depois, em 14 de outubro de 1933. Rafael faleceu próximo dos setenta anos, em 04 de abril de 1994. Dorian partiu no dia 24 de agosto de 2005, próximo dos 72 anos. O gosto pelo jornalismo, a facilidade em escrever, a farta produção intelectual, a leitura compulsiva e diversificada, o prazer em conversar com os amigos, a memória prodigiosa e o conhecimento profundo da arte cinematográfica eram pontos convergentes.

Mais ainda: por iniciativa da vereadora mossoroense Isabel Montenegro, a prefeita Fátima Rosado acrescentou à **Praça da Redenção** o nome do seu ilustre morador, **Jornalista Dorian Jorge Freire**, assim como à **Praça da Independência**, o nome do **Jornalista Rafael Negreiros**.

Começou no jornalismo em **O Mossoroense** aos 14 anos,

em 1948, a convite do grande Lauro da Escóssia, com o efêmero pseudônimo de Fenelon Gray. Provavelmente uma mistura do sacerdote e escritor francês François de Salignac de La Mothe-Fénelon (que escreveu **As aventuras de Telémeco** e viveu entre 1651-1715) e **O retrato de Dorian Gray**, famoso livro do escritor irlandês Oscar Wilde (1854 – 1900). Na sua auto-apresentação já podemos observar o seu espírito quixotesco:

Convidado pelo diretor desta folha, venho preencher uma falta que já se ressentia este órgão, como seja, uma Crônica da Cidade. Precisávamos de uma coluna em que se reportasse do que está acontecendo em Mossoró, dos seus problemas, seus assuntos em foco e suas necessidades, que infelizmente não são poucas. Nesta seção, semanalmente aparecerá minha crônica, que falará um pouco de tudo que estiver acontecendo nesta boa terra.

Com a máxima isenção de ânimo, combaterei os erros, os crimes, porventura praticados contra o povo, pedindo a quem de direito, a solução para as nossas necessidades.

Procurarei traçar minhas palavras, dentro do direito e da verdade e isto farei, fira a quem ferir, pois, sinceramente, isto, para mim, será de importância secundária. Aqui fica, portanto, uma pequena nota ou explicação do que virá a ser a nova seção de **O Mossoroense**.

Em 1950 foi trabalhar no Diário de Natal sob os auspícios de Djalma Maranhão. Em 21 junho de 1954 escreve a Edmar Morel uma carta da qual extraímos alguns trechos para que apreciemos o seu estilo aos 20 anos de idade:

Ouçã o drama que estou vivendo. Dirá você que todos vivemos um drama ou quando não uma grotesca comédia e que a ninguém sobra tempo suficiente nem disposição bastante para ouvir as queixas alheias e os gemidos que saem de peitos que não são nossos. Bem sei que isso é verdade. Tudo é tragicamente verdadeiro. Cada um de nós carrega pela vida uma cruz. Umas pesadas, outras

nem tanto. Mas todas, indistintamente, cruzes. Alguns conseguem carregar o lenho até o topo da montanha. Outros no sopé desfalecem, jogam a cruz de lado e desaparecem engolidos na sua própria impotência. (...)

Sou um jovem. Vacinado, reservista, datilógrafo e sem qualquer religião ou dependência política. Não possuo nada além de uma vontade obsessiva de vencer, de fazer alguma coisa, de empregar minha vida em algo útil. (...)

(Dorian, se referindo ao avô, João Freire de Andrade, casado com Olympia Caminha Freire de Andrade):

Naquela época distante, perdida na memória do povo, teve um gesto de singular ousadia que diz perfeitamente de sua têmpera de aço: fundou um jornal, O Jaguaribe, e com ele viveu, lutou, sofreu, até morrer. Jornal que existe ainda hoje, agora dirigido por um tio e tendo meu pai como redator-chefe.

(O pai de Dorian era Jorge Freire de Andrade, casado com Maria Dolores Couto Freire de Andrade, esta filha de João Capistrano do Couto e de dona Irinéia dos Reis Couto).

(...)

Infelizmente, isso não é tudo e eu quero mais. Estou resolvido a sair de Mossoró, a emigrar. São Paulo. É uma aventura, bem o sei. Mas preciso o salto. Do contrário viverei sempre aqui, aqui casarei, aqui terei uma mulher muito bondosa, filhos ramelentos, um ordenado “compensador” e só.

(Casou em 1954, aos 21 anos, com Maria Cândida Medeiros Freire de Andrade, com quem teve cinco filhos: Luís Fausto, também jornalista, Dorian Filho, Jorge Freire Neto, Raíssa e Saudade Freire. Mais 13 netos e uma bisneta.)

Paz campesina que não me interessa. Ramerrão que me entedia. Prefiro a luta. Os embates. Por isso pretendo arribar ainda este ano. Lá por dezembro. E para tanto peço seus conselhos, sua ajuda, sua simpatia que me será extremamente preciosa.

A carta a Edmar Morel surtiu efeito e em 1955 Dorian começou a escrever no jornal Última Hora, em São Paulo, chefiado por Samuel Wainer. Foi colega de redação de nomes em evidência na imprensa nacional: Moacir Werneck de Castro, Sérgio Porto (o conhecido Stanislaw Ponte Preta, autor da série Febeapá – Festival de Besteira que Assola o País), Ignácio de Loyola Brandão, Nelson Rodrigues, entre outros. Foi chefe de reportagem política, secretário de redação e colunista.

Dorian sempre se referia nos seus escritos, com muito orgulho, ao fato de ter sido fundador, em 1963, do primeiro jornal alternativo de circulação nacional o **Brasil Urgente**, em São Paulo, fechado em 1964 pela ditadura militar. Em uma de suas edições, trazia como manchete principal uma previsão do golpe militar que estaria por vir: “Gorilas preparam o Golpe.”

Era coerente com os seus ideais socialistas, que defendia com coragem e ousadia. Perseguido e desempregado, vivendo com enorme dificuldade, encontrou apoio em jornalistas de peso como Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, Ruy do Espírito Santo, Luiz Antonio Pinto Moreira e Wladimir Araújo.

Em 1968, em plena ditadura, sem poder exercer o jornalismo, foi dono de uma livraria em São Paulo.

Dorian Jorge Freire, além da Última Hora, escreveu para o Correio Paulistano, Revista Brasiliense, Realidade, Diário Carioca, Tribuna do Norte, Diário de Natal, Editora Abril - Revista Escola e Saber, O Mossoroense e GAZETA DO OESTE, onde manteve, durante quase 20 anos, uma das colunas mais lidas da imprensa do Rio Grande do Norte.

Por conta de suas posições políticas radicais, a situação de Dorian em São Paulo, em pleno regime militar, tornou-se crítica. Precisava voltar para a província. Mais uma carta de Dorian. Rafael Negreiros, como já fizera com muitos outros amigos – tanto os que queriam sair da província, como os que desejavam voltar –, patrocinou o regresso de Dorian.

A partir de então as divergências ideológicas cederam lugar a uma amizade amadurecida, cada qual respeitando o ponto de vista um do outro. É bem certo que, a maioria das vezes, em pólos diametralmente opostos.

Nos anos setentas foi editor-chefe da Tribuna do Norte em Natal. Fundou uma agência de publicidade – Painel – com Woden Madruga que afirmou: “era um dos maiores da imprensa potiguar e teve uma brilhante passagem pela imprensa nacional... suas crônicas são deliciosas de ler. Um dos maiores cronistas dos últimos tempos no Rio Grande do Norte.”

A primeira obra de Dorian Jorge Freire foi lançada em 1989, com o título **Os Dias de Domingo**, coletânea de textos publicados no jornal Tribuna Do Norte, em coluna dominical.

Os temas são os mais diversos: passagens cotidianas, histórias do jornalismo, memórias, reflexões cristãs e lembranças de amigos e parentes. O escritor, pesquisador da literatura norte-rio-grandense e professor do departamento de Letras da UFRN, Tarcísio Gurgel, foi quem propôs o lançamento do livro a Dorian, que já foi reeditado por duas vezes.

Em outubro de 2001, foi lançado um segundo livro, **Veredas do meu caminho**, reunindo artigos e crônicas publicados em vários jornais e revistas pelo Brasil afora. A seleção literária só foi possível porque o historiador Raimundo Soares de Brito havia feito o trabalho minucioso de recolher e catalogar cada matéria publicada pelo jornalista, incluindo os 76 principais artigos de Dorian, publicados durante dez anos de trabalho n’**O Mossoroense**.

O jornalista Cid Augusto e o colunista José Nicodemos foram os responsáveis pela idéia do livro. Ele, com simplicidade, assumia que a idéia veio dos amigos, afirmando: “Eu nasci foi para escrever jornal.”

Mesmo com a saúde debilitada, o jornalista não perdia o vício da leitura e da redação. Lembrava o jornalista Assis Chateaubriand

que conseguia dedilhar numa máquina de escrever os seus artigos, apesar da enorme limitação física, devida aos problemas de isquemia cerebral. Acompanhava diariamente o noticiário mundial, participando como colunista da equipe do jornal Gazeta do Oeste, com a coluna **Espaço Dorian Jorge Freire**.

Além das duas obras citadas, um livro pouco conhecido também é de autoria do jornalista: **Castro Alves, o tempo, a vida e a obra**.

Sobre os livros de Dorian, o bibliófilo Carlos Meireles relata em sua coluna: “Quando comecei a ler os livros de crônica de Dorian Jorge Freire - **Os Dias de Domingo** e **Veredas do meu caminho** -, fui apresentado a vários autores que, direta ou indiretamente, influenciaram na formação literária desse nosso ‘farol literário’. A lista é um verdadeiro cânone literário: Jacques Maritain, Giovanni Papini, Aldous Huxley, Goethe, Sartre, Machado e... Alceu Amoroso Lima. Parei ensimesmado. ‘Se o mestre Dorian chamava alguém de mestre, só podia ser um escritor muito especial’, pensei.”

Dorian foi advogado pela Universidade de São Paulo; diretor dos jornais **Brasil, Urgente** (SP) e **O Mossoroense**, sendo, neste órgão, o responsável pela introdução do sistema *off-set*; diretor do Instituto de Letras e Artes da Universidade de Mossoró; professor universitário e jornalista.

Em 11 de junho de 1999, aos 65 anos, entrou para a nossa Academia Norte-rio-grandense de Letras, ocupando a cadeira de número 20, que tem como patrona Auta de Souza e fundadora Palmira Wanderley. Sucedeu a Mário Moacir Porto, em solenidade presidida pelo vice-presidente, jornalista Paulo Macedo.

Nessa época a saúde de Dorian já estava seriamente comprometida. Sofrera um infarto agudo do miocárdio aos 46 anos; três episódios de isquemia cerebral, o que o deixara com graves seqüelas na fala e nos movimentos; cirurgias no aparelho digestivo e problemas pulmonares, conseqüência do hábito compulsivo de

fumar. Seu discurso de posse foi lido pelo imortal conterrâneo João Batista Cascudo Rodrigues.

No domingo, 02 de abril de 2006, Woden Madruga publicou em sua coluna sob o título *Uma carta de Rafael Negreiros*:

Entre os papéis guardados numa velha pasta que dorme no fundo da gaveta encontro uma carta de Rafael Negreiros. Mossoró, agosto de 1976, lá se vão trintanos. Irrequieto, talentoso, irreverente, provocador, contestador, brabo, arrebatado, meigo quando queria, culto, inteligência fulgurante. Sabia de tudo, lia tudo, tinha uma memória fotográfica. Dorian Jorge Freire dizia que Rafael possuía “memória de anjo”. Sabia dizer de cor trechos inteiros de autores que lia com sofreguidão. Livros, artigos de jornais, revistas. Lia tudo. Doido por cinema e por uma discussão, fosse qual fosse o assunto. Bom de briga. Os políticos que não fossem do seu partido, coitados. Todos corruptos, analfabetos e boçais. Era extravagante. Na sua casa tinha trinta e tantas cadeiras de balanço, meia dúzia de geladeiras, outra de telefones, uma dúzia de televisão. Ouvi-lo, conversar com ele, era uma delícia. Grande ator.

O trecho veio a calhar, pois um dia antes da morte de Rafael Negreiros, Dorian havia lhe telefonado, como fazia com certa habitualidade, para perguntar o nome do ator de um determinado filme. A voz de Dorian estava indecifrável. A conversa não evoluiu. Seu Rafael não entendia nada do que Dorian falava. Desligou o telefone e comentou com dona Elizabeth:

- Não conseguí captar uma única palavra do que Dorian falou. O jeito foi encerrar a conversa.

Muito tempo depois, ao visitar Dorian, ele me relatou o telefonema do seu ponto de vista, com tradução imediata de Maria Cândida:

- Percebi que Rafael não estava bem, pois não lembrou o nome do ator na hora, nem voltou a me ligar cinco ou dez minutos depois, já com a resposta... logo ele, que nunca falhara... só podia ter alguma coisa de errado...

Daí a denominação de *memória de anjo*, pois socorria os amigos nos lapsos de memória.

Presto aqui uma homenagem à grande figura que é Maria Cândida, irmã do nosso amigo Francisco Fausto Paula de Medeiros que tomará posse nesta Academia no próximo dia 27 de abril, na cadeira número 15, sucedendo Umberto Peregrino e que tem como patrono Pedro Velho. Companheira inseparável durante toda a vida de Dorian. Era a única pessoa que conseguia traduzir os seus gestos e o seu esforço para se comunicar. Maria Cândida é uma dessas mulheres em que o amor e dedicação pelo marido extrapolaram todos os limites de toda uma existência.

Sanderson Negreiros, no seu discurso de saudação na posse de Dorian nesta Academia, lendo prosa em forma de poema, com a sua habitual felicidade, falou sobre Maria Cândida:

- Costuma-se muito dizer que por trás de todo grande homem, sempre existe uma mulher. No caso de Dorian, existem várias. Não é somente uma, Maria Cândida, porque ela é múltipla, tão nobre, que forma várias Marias em uma só candura. A mulher forte do Livro Sagrado, solidária, generosa, paciente, de tantas bondades, que Berilo, certa vez, perguntou a Dorian: “Onde você foi encontrar uma mulher com tantas virtudes, incluindo uma, que é rara entre as mulheres: fala pouco?”

A nossa admiração e o nosso aplauso a essa grande mulher.

No seu discurso de posse, Dorian afirmava:

Aqui chego na hora de partir. No outono antecipado da vida. Digo com o peito cheio de certezas que Deus sabe o que faz. Serei breve.

E, mais adiante:

Quero que os senhores continuem crescendo e eu diminuindo biblicamente. Obrigado pela cadeira que me apontam e, citando Alceu Amoroso Lima “guardar sempre atenta a consciência perfeita de que a vida se renova pela transposição contínua de seus próprios

limites. E é por isso que devemos entrar na Academia, contanto que ela não entre em nós”.

E termina citando São Paulo:

Quanto a mim, estou sendo oferecido em libação, e o tempo de minha partida está chegado. Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé.

Agradeço aos jornalistas Janaína Holanda, Myrna Barreto, Esdras Marchezan, Clarissa Paiva e ao historiador Geraldo Maia do Nascimento, pelas pesquisas realizadas em seus textos.

Finalizo com um texto de Dorian, de 27 de outubro de 1967, quando numa noite insone, escreveu:

“A insônia traz pensamentos assim. E com eles chega o diabo da meia-noite, o mais requintado de todos, a espalhar noções de uma crueldade ímpar. A inutilidade da vida, a inutilidade de qualquer esforço, a inutilidade de qualquer virtude. E, às vezes, o desejo de ver tudo terminado. De fechar o livro. De apagar a luz. Seria o homem no caos, entregue à sua miséria. Convivendo com outros homens também miseráveis, num mundo sem atrativo e sem finalidade. Saber que nada há além da dor, da traição, da perfídia. O sabujismo, a inconstância, o sensualismo exasperado, a inveja, o ódio, a intriga. E compreender que não há ordem alguma, que o imperfeito não caminha para o perfeito, que não há uma destinação superior, que depois de tudo virá o silêncio, a treva sem fim, a decomposição da matéria e a morte - eterna - do espírito. E que outros virão para os mesmos caminhos tortuosos, as mesmas lágrimas, as mesmas alegrias mentirosas, as mesmas imensas e profundas tristezas.

Mas felizmente há Deus - e até os momentos de queda participam do grande plano. Aqui a minha lembrança vai buscar, no além, a sabedoria empírica de minha Mãe. Quando ela dizia, com aquele bom humor que resistiu a todos os sofrimentos, que a tragédia é morrer e não ir para o céu. Ou seja: sofrer tanto, pensar tanto,

conhecer tantos dissabores, amargar tantas decepções, chorar tantas dores e, no fim, por falta de mérito, encontrar fechada a porta estreita.”

Muito obrigado pela paciência que tiveram em me ouvir.

Armando Negreiros

Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras

Natal, ANL, 11 de abril de 2006

VINGT-UN ROSADO – RELEMBRANÇAS E PRESENÇA(*)

João Batista Cascudo Rodrigues

Membro da ANRL

“A terra não nos pertence; nós é que pertencemos a ela”. – Keyserling.

*“Aquele que ouviu o nosso primeiro vagido” –
Baptista Pereira.*

Repetir é preciso a pequena - grande história, contada por Dorian Jorge Freire, no início do seu discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, em ato presidido pelo Acadêmico Paulo Macêdo.

Descreve Dorian, em oração primorosa – lida por mim, nesta tribuna da Casa de Luís da Câmara Cascudo:

“A tarde escorria igual, como de hábito. Eu procurava sem maior alento estender o corpo sobre os brancos lençóis (exercício de fisioterapia na clínica da doutora Luíza Cláudia Praxedes Araújo), quando entram Vingt-Un Rosado e João Batista Cascudo Rodrigues. Não lembro se desejaram boa tarde. João falou pelos dois e me intimou a ser candidato à cadeira acadêmica vaga com a morte de Dr. Mário Moacir Porto. Vingt-Un disse que eu seria o candidato de Mossoró”.

Eis que a relutância preliminar de Dorian é balbuciada por ele: a quem Tristão de Ataíde, em carta ao Governador Walfredo Gurgel, considerava o melhor estilista brasileiro em jornal.

Sobreveio ao autor de *Dias de Domingo*: “Por que eu” (...). longe daquele paciente, contestar uma afirmação de Mossoró. Por um lado. E por outro, uma idéia de Vingt-Un”.

E, assim, colheu-se o assentimento do “gênio da raça mosso-

roense”, tal qual consigna a inscrição inspirada pelo próprio Vingt-Un, numa das laterais da Estátua da Liberdade, em Mossoró, em iniciativa da então Prefeita Rosalba Ciarlini.

“Os senhores – aduziu Dorian Jorge - não sabem da firmeza pétrea e do poder de obstinação daquele mossoroense, herança da persistência formidável de Jerônimo Rosado. Conta a história daquele povo, que querendo seu Rosado, é melhor dar logo. Deixa pra lá. Eu que não tive a audácia para negar aos anjos, ousaria como o pai Moisés discutir com o Senhor?”

Importa reproduzir a assertiva de Afonso Arinos de Melo Franco: *“Homens de idade não têm o privilégio de criar, mas de lembrar”*.

É o ensinamento do mestre mineiro, fazendo-me dele fiel aprendiz, nesta homenagem à memória do saudoso acadêmico Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia.

Encontro-me, na Academia, nesta noite, num exercício de olhar introspectivo, penetrando minha alma, para evidenciar a personalidade do homem-síntese de Mossoró; no tempo e vida do jovem nascido para o apostolado de servi-la, superando as vicissitudes da longa caminhada.

Homem atemporal, Vingt-Un tornou-se insubmisso às adversidades: o combatente incomparável em sua singularidade marcada por ser leal à vocação incontida e ao destino imposterável da cidade amada.

Numa constante, ele se doou à edificação dos empreendimentos mais relevantes de Mossoró, na justeza de atitudes, por compreender e praticar o tempo tríplice – passado, presente e futuro, concebido pelo Mestre Gilberto Freyre; e tudo mais, auspiciosamente, na intocabilidade dos símbolos da identidade e memória.

Porque ela mesma, Mossoró, significava - por todas as razões de sua diferença inconfundível, impulso acelerado da ação histórica – individual e coletiva.

O jovem, que veio a ser – aos dezesseis anos de idade – despertado pelo Mestre da Cidade do Natal – para escrever a história de sua gloriosa terra; tão semelhante o seu perfil incontrastável ao

de outro jovem – Oscar Niemeyer – aos dezessete anos, indo ao encontro de Lúcio Costa, em seu escritório de urbanista, no Rio de Janeiro.

Foram tantos os caminharos de Vingt-Un, em recordações vivas: guardadas por meio século de convivência – nossa amizade sem arranhões, alimentando-nos dos mesmos sonhos e esperanças; nas alvissareiras clarinadas e nos momentos ameaçadores de crepúsculos cinzentos nos horizontes ocupados pelos interesses superiores de Mossoró.

A par das idéias e ações de Vingt-Un, já imortalizadas – museus, bibliotecas, universidades (do Estado e do Semi-Árido), academias (a Norte-Rio-Grandense de Ciências e a Mossoroense, e o quase cinqüentenário Instituto Cultural do Oeste Potiguar), a Coleção Mossoroense que ele criou e manteve, sem paralelo, consagradamente: “a maior de assuntos regionais do País” (Antônio Olinto – em “O Globo”), em torno da qual se tem um plano de difusão cultural tão largo e tão bem organizado, como em nenhuma outra cidade do interior do Brasil” (Valdemar Cavalcanti – em “O Jornal” – do Rio de Janeiro); além da portentosa contribuição científico-cultural, ele mesmo Vingt-Un o autor por excelência, em variados campos do saber e experiência, projeta lembranças espelhadas em sua presença lúcida e indômita, em três sagas testemunhadas, privilegiadamente, por mim, a respeito do fundador do “Grupo de Mossoró,” exaltado na LIÇÃO ministrada aos municípios brasileiros, conforme o Prof. Gláucio Veiga, da então Faculdade de Direito do Recife.

Eis que tais instantes singulares de Vingt-Un constituem elementos adensadores do “querer guardar”, referenciado por Pedro Nava, diante das três vertentes do último cruzado filho de Jerônimo Rosado:

I. Porto de Areia Branca – as visitas freqüentes de Vingt-Un ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, na Ponta do Caju – no Rio de Janeiro – estudo em modelo reduzido, à época

em que era Presidente do Instituto Brasileiro do Sal e construiu o Hospital Francisco Menescal (dos Trabalhadores de Salinas do Rio Grande do Norte), além de organizador do Centro de Estudos e Pesquisas Tércio Rosado, ambos em Mossoró;

II. Estrada de Ferro Mossoró-Souza, a veemência de um imprevisto – vigoroso e memorável de Vingt-Un, com que verberou a ação dos opositores do começar de novo a ferrovia da esperança dos nordestinos de três Estados – norte-rio-grandenses, paraibanos e cearenses, em traçado mais próximo e direto à saída da produção da Mesopotâmia Nordestina (Vales do Assu, Apodi e Jaguaribe) por terminal de operações integradas no Porto-Ilha de Areia Branca; tal fato ocorrido no ato da inauguração do Museu do Sertão, fruto do espírito comunitário do Prof. Benedito Vasconcelos Mendes, nos arredores de Mossoró; e

III. Refinaria em Mossoró – a irrefreável e continuada pregação calcada nos testemunhos do potencial petrolífero; daí que, em reafirmação permanente de Vingt-Un, “*um dia as torres da Petrobrás voltarão ao chão sagrado de Mossoró*”, em linguagem fervorosamente localista – até vê-las levantadas e reconhecida a sua constatação pela maior empresa brasileira, nos vinte e cinco anos de sua atuação no Rio Grande do Norte; tanto mais pela defesa ardorosa da construção da Refinaria em Mossoró, em cuja mobilização utilizou Vingt-Un todos os instrumentos e mecanismos válidos, envolvendo a consciência comunitária, assinalada pelo Curso realizado pela Academia Mossoroense de Letras, Instituto Cultural do Oeste Potiguar, União Brasileira de Escritores (Núcleo de Mossoró) e Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço, com sede em Mossoró, de cuja implementação didático-operacional participei como palestrante, sob a inspiração inquestionável de Vingt-Un, com a sugestão final dele no sentido de que o complexo processador do refino do “ouro negro” viesse a ter “o nome da empolgante figura do Padre Florêncio Gomes de Oliveira” – precursor de

conhecimentos amplos e profundos da Geologia e Geografia do Rio Grande do Norte – consoante igualmente ressaltado pelo Prof. José Lacerda Alves Felipe.

As guerras santas de Mossoró jamais deixaram de ser conduzidas por Vingt-Un Rosado. Na última, com a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em Universidade Federal Rural do Semi-Árido; mercê da magnitude de Deus, eis que ele pôde ser, até a conquista final, o seu mais autêntico guardião.

Se – na afirmação de Oscar Niemeyer – “a vida é um sopro”, em situação descontínua e intermitente, é força impulsionadora de “ventos bons e maus”, como preconizava Vingt-Un, em metáforas inigualáveis.

“Ventos bons” – que são bem representados pelo “Vento Nordeste”, revitalizador dos bons ares de Mossoró, em fins de tarde aliviantes e noites aprazíveis – decantado em página admirável de Raimundo Nonato da Silva, o martinense de espírito universal.

Vingt-Un Rosado – presença humana em sua cordialidade proverbial, alçou-se ao plano do sobrenatural, preservando-se em expressão sustentável de suas idéias fecundas e ações marcantes.

Na dimensão do encantamento espiritual e da invisibilidade imponderável – a imagem de um só homem persistirá colada à invenção do “País de Mossoró”, que Vingt-Un modelou, magistralmente, em sopro de eternidade.

Por tudo isso – “País de Mossoró”:

do latim pagus, do francês pays, que se equivale à forma portuguesa de pago.

País que significa também - região, pois a cidade é portadora de relações recíprocas – com a sua área cultural e econômica.

“País de Mossoró” – que Vingt-Un Rosado fundou – “o pequeno país”, dos franceses – referindo-se a Lyon e Laval, na acepção percuciente de Fernando Braudel.

Por igual, três vezes, tive oportunidade de celebrar tal honra e tal glória do inventor do “País de Mossoró”, cuja posição de centralidade é coincidente com a da “cidade múltipla”, cunhada pelo saudoso Acadêmico Nilo Pereira, cujos lineamentos básicos foram assentados pelo maior geógrafo latino-americano, – Prof. Milton Santos, na XV Assembléia Geral dos Geógrafos Brasileiros, realizada em Mossoró, sob a inspiração dele – Vingt-Un, em 1960.

Em “Elegia de Vingt-Un Rosado”, o poeta Maia Pinto dedicou-lhe estes versos refulgentes e construídos com a impressividade e ressonância de um canto final:

*“Esqueceste de contar o tempo
 Vivias ocupado com o futuro
 O tempo para ti
 Sempre foi
 Qualquer dia
 Toda hora.*

*Até que um dia
 Sem pedires opinião de ninguém
 Sem avisares a ninguém
 Inconseqüentemente
 Lembraste
 Da inelutável parada do tempo.*

*Esqueceste de contar o tempo
 Vivias ocupado com o futuro.”*

(*) Discurso pronunciado na homenagem à memória do saudoso Acadêmico Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, em Natal, 17 de maio de 2006.

**AGRADECIMENTO AO ELOGIO A VINGT-UN
ROSADO PELO ACADÊMICO JOÃO BATISTA
CASCUDO RODRIGUES. ACADEMIA
NORTERIOGRANDENSE DE LETRAS.**

Natal – Rn, 17 de maio de 2006.

Dix-sept Rosado Sobrinho.

Senhor Presidente em exercício da Academia Norteriograndense de Letras, Jornalista e Literato Paulo Macedo, também saudando o grande intelectual e poeta Dr. Diógenes da Cunha Lima tão grande poeta que seu nome já nasceu para a rima (rima com rima), nos nomes de quem como que faço um agradecimento a todos da formosa cidade do Natal, “amor eterno de adulto” no dizer de Paulo Macedo.

Demais autoridades. Meus Senhores e Minhas Senhoras, Crianças aqui presentes.

Doze horas e 25 minutos, dia 21 de dezembro do ano de 2005 pára de bombear o grande coração de Vingt-un Rosado de obstruído demais, de dolorido demais, não mais encontrando como irrigar o cérebro de tantos humanos cálculos, de tantas benfazejas ações, de tantos sonhos impossíveis tornados realidade. Cintilavam suas últimas fulgurações terrenas. A transmutação do pesado corpo realizava-se conforme a vontade divina. A linda alma vantaniaiana flutua em transformação misteriosa, no vale etéreo do além. Naquele dia como no dizer de Neruda entregamos às sombras um ser resplandecente que nos dava uma estrela a cada dia, foi-se meu amigo e pai e perco sua ternura dinâmica. Vingt-un parece-nos, entretanto, assistir ao nosso rogar contínuo, orientar instintivamente nossos passos, vida nossa, terrena vida.

Antes que a minha voz seja arrebatada das cordas vocais pela emoção de novamente pronunciar o nome amado de Jerônimo Vingt-un Rosado Maia de Jerônimo e Isaura, quero em nome de toda a família 21, falar as palavras que preciso dizer neste passar de instantes honroso para mim. Falar em nome de América Fernandes Rosado Maia, de minhas irmãs Maria Lúcia, Francinete, Rúsia, Lúcia Helena, Isaura Ester, Leila e todos nós outros da família 21, genros, nora, netos, bisnetos. Muito agradeço a Deus por ter tido a suprema alegria de ser filho de Vingt-un Rosado e América Fernandes e de Américo e Ester.

Nesta casa das grandes inteligências potiguares, homenageio o seu patrono Luis da Câmara Cascudo o ser potiguar universal. E a cada um dos senhores acadêmicos nas personalidades de Luis Antônio Ferreira dos Santos Lima patrono da cadeira n.º. 38 e José Tavares da Silva fundador da mesma cadeira depois ocupada por Vingt-un Rosado no ano de 1987.

De Luís Antônio disse o colossal Luís da Câmara Cascudo citado por José Tavares em seu discurso de posse: “Na limitação provinciana da nossa geografia intelectual Luís Antônio foi uma legitimidade patrimonial. Uma ação, um esforço, uma potência verbal, um educador, um clínico, uma bondade em serviço do otimismo. Como sua herança cultural não se materializou na relação das possibilidades pessoais, cabe à nossa geração, aos seus contemporâneos a defesa, a vigilância ao nome, para que não se apague na lembrança do futuro”.

Sobre José Tavares escreveu belamente seu filho Ciro Tavares: “Apuremos a audição para escutar a voz forte vinda de coração tão manso. Estreitemos nosso olhar para reviver a figura robusta transitando rapidamente pelos corredores para atender urgências, adentrando enfermarias para aliviar dores. Revitalizemos nossa memória para ressuscitar o maior e o mais humilde de seus ensinamentos. Se conseguirmos tudo isso, responderemos que ele

está aqui. Na Academia, onde jamais se morre, habitará sempre o seu espírito”. Ernani Rosado, também sobre José Tavares, nos relembra: “Dominava perfeitamente o idioma alemão, falava bem o francês e o inglês; tinha uma excelente cultura humanística e era uma pessoa de convívio ameno e agradável. Profissional competente e correto, era muito cavalheiresco no trato dos pacientes, e muito benquisto entre os colegas, a quem nunca faltava com seu estímulo e orientação, sobretudo para os mais jovens”.

Dr. João Batista Cascudo Rodrigues, inteligência fulgurante, cultura resistente e robusta como o diamante mais precioso, daquela classe de navegador da vida que não teme a tempestade e que navega construindo uma história de vitórias em todos os oceanos da terra. Não há mesmo uma batalha em prol da cultura ou do bem público em nossa região que não se possa associar como capitão de longo curso o nome de João Batista Cascudo Rodrigues. Autor de mais um brilhante e primoroso trabalho literário, este que foi apresentado nesta noite, eficientemente ressaltando a personalidade múltipla de Vingt-un Rosado dotada, notem bem, de tanto interesse pelo comunitário, sem muitas vezes exercer cargo público, com certeza atavicamente seguindo exemplo do patriarca Jerônimo Ribeiro Rosado.

Agradeço a todos que estão aqui presentes ou representados, aos que não puderam vir, mas entraram num caudaloso e solidário fluxo de orações e intenções sinceras e espontâneas de presença em todos os momentos difíceis da partida de Vingt-un Rosado. Agradeço a Jorge Ivan, Ernane Rosado, Elder Heronildes, Wilson Bezerra de Moura. Caio e Raniele, Instituto Cultural do Oeste Potiguar, Academia Mossoroense de Letras, Sociedade de Estudo do Cangaço, Petrobrás, Maçonaria, Prefeitura Municipal de Mossoró (nesta com destaque para Gustavo Rosado e a Prefeita Fafá Rosado).

A amizade, o respeito, o incentivo à cultura, à ciência e ao desenvolvimento pessoal e comunitário tornaram muitas vidas

paralelas às de Vingt-un. Antônio Campos e Silva foi uma destas vidas. Moro em Mossoró, numa rua paralela à Avenida Professor Antonio Campos e Silva, rua que tem o nome de Vingt-un Rosado. Antônio, amigo e querido como filho e irmão, cientista brilhante, cedo levado à casa do Pai era também um inspirado poeta, dele posso dizer agradecendo a Vingt-un e América por ser, com que orgulho! Uma prova viva do amor que venceu contradições, diferenças religiosas, econômicas, geográficas, étnicas, climáticas. De América e Vingt-un aprendi tantas coisas, direi para América a minha querida mãe que me foi ensinado a mirar a vida e as pessoas de um jeito diferente, olhar tão útil a quem exerce a profissão médica, aprendido a tão duras penas, menino teimoso que fui, respeitando-lhe as diferenças, as raças, as culturas, os viveres, as religiões. O poeta Antônio Campos e Silva disse num de seus poemas, como ensinando igualmente a mirar com um olhar mais amplo, mais universal, mais transcendental e miro como um paralelo a Vingt-un no meu amor filial: “Amarei

a paisagem em que teus olhos
contemplaram tantos céus azuis e oceanos sem fim.
Por teus olhos verei fulgir a estrela
tão longe de mim.
De presente me deste a areia, a concha,
as vagas
e o vento do deserto, não poderá calar tua voz que existe em
meu silêncio”.

Vingt-un era um amante da música, sobretudo, da música erudita. Valho-me de uma estrofe do poema “A um violinista” de Olavo Bilac para enaltecer a apresentação especial da Camerata de Violinos do Conservatório de Música Dalva Stella, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte sob a direção do Professor Isac Rufino. Agradecimento que engloba o Reitor Milton Marques e a

Governadora Vilma de Faria. Diz-nos Bilac sobre o violino: “Porque, neste instrumento, unidos num só peito

Todos os corações da terra palpitavam;
 E havia dentro dele, em lágrimas desfeito,
 O amor universal de todos os que amavam,
 Rio largo de sons, tapetado de flores,
 A harmonia do céu jorrava ampla e sonora;
 E boiando e cantando, alegrias e dores
 iam correndo em fora...

Darci Ribeiro (Vingt-un Rosado ganhou um prêmio nacional de cultura com o nome de Darci Ribeiro em Brasília por proposição do Deputado Federal Betinho Rosado) citando Jorge Amado afirma que só vivendo se pode aprender a ciência dos livros. Em mais de meio século a vida de Vingt-un Rosado foi uma contínua batalha em prol do bem e da cultura, e como dizer Coleção Mossoroense ou o próprio nome sagrado de Mossoró sem pronunciar também o de Vingt-un Rosado?

Por fim, já que a poucos é dado o enorme privilégio de ter uma vida tão cintilante, tão dinâmica, tão iluminada como a de Vingt-un Rosado, que Deus me conceda na hora da minha morte a mesma coragem, a mesma nitidez de pensamentos e a mesma dignidade que Vingt-un Rosado mostrou ao pressentir e vivenciar seus últimos momentos nesta terrena vida.

Muito agradecido a todos.

REGISTRANDO & LEMBRANDO

Conheci Aluísio Azevedo no Instituto Histórico, numa daquelas memoráveis sessões; após depoimento, procurou-me, e sua conversa vivaz, em contraste com a aparência frágil, impressionou-me favoravelmente. Desde então, sempre trocávamos impressões sobre eventos culturais. Observei o quanto de persistência e interesse emanavam de suas observações e quão a sério levava pesquisas históricas, buscando perfeição e seguindo roteiro criativo. Daí para a amizade foi rápido; sua amada Didi foi associada no afeto, pela doçura da presença bonita e encanto de um afeto mútuo que transparecia no cotidiano.

Contou-me a trajetória de sua vida: desde o nascimento, em São Paulo do Potengi, descendente de duas famílias tradicionais seridoenses (Azevedo e Dantas), filho de vice-prefeito e depois Juiz de Paz; a poliomielite ou paralisia infantil, que o acometeu aos dois anos de idade; a preocupação familiar com aquele filho com dificuldades de locomoção e conseqüente impossibilidade de realizar tarefas na agricultura, comuns ao grupo; seu trajeto, no lombo de um jumentinho, para comparecer às aulas do curso primário, distante dois quilômetros; o ingresso no Ateneu Norte-Riograndense, já na capital, nos Cursos Ginásial e Científico; a transferência para a Casa do Estudante, exercendo os cargos de Diretor Tesoureiro e de Esportes; trabalho como revisor no jornal “A República”; aprovação no vestibular, curso e colação de grau na primeira turma de alunos da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal (que depois frutificaria na Universidade Federal do RN). Foi o primeiro filho de São Paulo do Potengi a receber diploma de escola superior.

Retornando à sua terra natal, e encontrando o município carente, tornou-se ativo colaborador de obras sociais, - em companhia do Monsenhor Expedito -, criando o Centro Social São Paulo, inaugurando a Farmácia Santa Rita, e ensinando na Escola

do Comércio, também seu Vice-Diretor durante seis anos, sempre gratuitamente. Nesta época, Deus lhe concedeu a benção de se apaixonar e casar com a grande companheira, Maria, conhecida por Didi. Retornando a Natal, iniciou a atividade intelectual, lançando os livros “História da Casa do Estudante”, “História de São Paulo do Potengi”, “História de Barcelona”, “História do Município de São Pedro”, “História de Monte Alegre”, e “História de Lagoa dos Velhos”. Eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico do RN, mais volumes de sua autoria são editados: “Dom José Adelino Dantas” e “Cronologia do RN”. Em 1997, é eleito para a Academia de Letras, na vaga do acadêmico Manoel Rodrigues de Melo, cadeira número 30. Logo em seguida, é nome de Escola Estadual, lança livro intitulado “Monsenhor Expedito – O profeta das águas”; recebendo títulos de Cidadão Montealegrense e Cidadão Natalense. Pai de quatro filhos, todos formados e vitoriosos (Mauro Aurélio, Frankin, Aluísio e Denise) com família e descendentes, recordava, com orgulho e saudade, suas funções como Diretor de Maternidade, Secretário Sindicalista, animador de programas radiofônicos, leiloeiro de festas religiosas, professor do Ateneu, funcionário da Cosern, exercendo todas as funções com elevado espírito público.

Seu lema era do Marquês de Vauvernagues: “Para executar grandes coisas, é preciso viver como se nunca fosse morrer...”. Admirava *Montaigne*, que, nos *Ensaio*s, 1, 18, versejava: “*Quero que a morte me encontre plantando minbas couves, mas nem um pouco preocupado com ela e menos ainda com a imperfeição da minha horta...*”

Bem humorado, feliz, permanentemente com bom astral, era participante entusiasta de encontro de casais em Cristo e reuniões religiosas. Como Deus nunca impõe um dever sem dar tempo de cumpri-lo, sua existência, que fora diagnosticada com curta, pelos médicos, foi bem menos do que desejávamos, mas plena de tenacidade e exemplo. Sim, **Ortega Y Gasset** ensinaram que “*La virtud Del hombre es querer, y su papel, hacer, realizar*”.

No dia 4 de maio de 2005 Aluísio se encantou, às dez horas da manhã. Na véspera, ainda o vi na UTI, com esperanças de recuperação. Dom Nivaldo, após lhe ministrar a Estrema Unção, declarou-me que Aluísio tinha tudo para não ter sucesso; no entanto, galgou todos os degraus, contra tudo e todos. Uma trajetória diferenciada...

“Memórias de Um Pirata”, livro póstumo, narrado com ironia e leveza, é uma autobiografia que relata a sua versão da história pessoal, vivida com a tamanha dignidade, amor e emoção, durante mais de 79 anos.

Acompanhando o féretro, recordei as palavras do escritor Ledo Ivo: *“Quando vamos ao cemitério, lá não encontramos os mortos; nós os levamos e trazemos...”*

E a sabedoria de Luís da Câmara Cascudo: *“Gosto de trazer para hoje, os sumidos na voragem da eternidade...”*

Diógenes da Cunha Lima, -Presidente- quando o recebeu na imortalidade da sua obra, na posse – afirmou que “O trabalho do novo acadêmico redime parte significativa de nossa caminhada e, sobretudo, estimula, por incisivos verbetes, o estudo, o aprimoramento, maior interpretação e compreensão do ato memorável”.

Aluísio deixou obra inédita, “Cronologia Brasileira”, agenda cronológica de quase 12.000 fatos e personagens da história do Brasil, que deverá ser apoiada pela nossa Academia.

Impressiona-me ter sido digno substituto do Compadre Manoel Rodrigues de Melo, que construiu esta casa com tijolos de solidariedade, argamassa de ternura, projetando um edifício, pleno de rituais que cultuam a inteligência e um arsenal de técnicas para manter vivas as raízes imortais da nossa tradição mais profunda.

Abraçando seus oito netos, que desfraldarão a bandeira da sua memória através dos tempos, saúdo sua lembrança com palavras iluminadas de Luís de Camões, em *Os Lusíadas, IX, 93*:

*“Porque essas honras vãs. Esse ouro puro/
Verdadeiro valor não dão à gente/
Melhor é merecê-los sem os ter/
Que possuí-los sem os merecer...”*

Encerro Sessão de Homenagem à memória de Aluísio Azevedo recordando a inesquecível Auta de Souza, Patrona da nossa Academia, que, atormentada pela enfermidade, nunca perdeu o gosto pelos prazeres essenciais da existência:

*“Quando eu morrer vou assim:
Sustendo meu coração...
Saudade da terra? Sim!...
Saudades da vida? Não!...”*

Natal, 4 de abril de 2006,

*Anna Maria Cascudo Barreto (cadeira número 13)
Homenagem em Memória de Aluísio Azevedo
Na Academia Norte-Riograndense de Letras.*

SAUDAÇÃO AO ACADÊMICO IVAN JUNQUEIRA

A convite do Acadêmico Diógenes da Cunha Lima, Presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras, o Acadêmico Ivan Junqueira, então Presidente da Academia Brasileira de Letras, fez na ANRL uma Conferência sobre “Cervantes, um fidalgo cavaleiro”.

Nessa ocasião, foi saudado pelo nosso conterrâneo, o Acadêmico Murilo Melo Filho, também membro da ABL, que pronunciou o seguinte discurso:

SENHORA GOVERNADORA WILMA DE FARIA.
 SENHOR PRESIDENTE DIÓGENES DA CUNHA LIMA,
 PRESIDENTE DESTA ACADEMIA NORTE-RIO
 GRANDENSE DE LETRAS.
 SENHORAS e SENHORES ACADÊMICOS.
 MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.

MINHAS AMIGAS e MEUS AMIGOS.

MEU ESTIMADO COLEGA IVAN JUNQUEIRA.

Neste meu já longo exílio, de mais de 50 anos, no Rio de Janeiro, muitas vezes tenho vindo a esta amada Cidade de Natal, para rever amigos e companheiros da minha infância, aos quais quero um bem enorme e para matar um pouco as saudades desta terra e desta gente acolhedora, cativante e hospitaleira.

Do fundo do coração, confesso-lhes, meus amigos, que chorei, muitas vezes chorei o choro convulso, as lágrimas e o arrocho deste torrão natal.

Durante esse desterro, muito andei, muito vaguei e muito peregrinei, trazendo na sola dos sapatos aquilo que Manuel Bandeira chamava a “poeira das extensas estradas percorridas”.

Esta minha viagem, porém, com a mesma viseira, a mesma náutica e a mesma bússola, talvez tenha de prosseguir ao nível de uma travessia sem retorno.

Nesta Academia, para a qual me elegi, há mais de 10 anos, reencontrei, como reencontro agora, caminhanter e andarilhos de outras peregrinações para reunirem-se com este peregrino, sob as abóbadas deste Olimpo de deuses terrestres.

Poucas vezes, porém, tenho vindo a esta Casa de Câmara Cascudo, com uma alegria, uma honra e um prazer tão grandes como acontece nesta noite, quando, convidado pelo Presidente Diógenes da Cunha Lima, aqui estou para saudar a presença de Ivan Nóbrega Junqueira, uma pessoa muito querida ao meu coração, um companheiro diário de tantas lutas e de tanto trabalho na nossa Academia Brasileira de Letras, enfim, um irmão que a vida e o destino me deram.

MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.

Trata-se de um carioca da gema, que estudou Medicina e Filosofia, mas que não concluiu os seus dois cursos para ser um médico ou um filósofo, porque estava convicto de que sua vocação era mesmo a de ser um poeta e um escritor.

Trabalhou na “Tribuna da Imprensa”, no “Correio da Manhã”, no “Jornal do Brasil” e em “O Globo”, colaborando depois nas Enciclopédias Barsa, Britânica, Delta Larousse, Mirador Internacional, na Enciclopédia do Século 20 e no Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.

Foi diretor-executivo da Revista “Poesia Sempre”, da Biblioteca Nacional.

Recebeu quase todos os prêmios literários no Brasil – o Prêmio Jabuti, o do Pen Clube, o da Biblioteca Nacional, o do Memorial José Sarney, Nacional de Poesia, Nacional de Ensaísmo, Oliveira Lima, Jorge de Lima, Assis Chateaubriand, as Medalhas Cruz e Souza e Paul Claudel.

Onde quer que seja convidado, ele comparece como um dos conferencistas mais disputados pelas platéias do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, São Luís, Brasília, Santiago do Chile, Buenos Aires, Lisboa, Coimbra, a Cidade do Porto, Paris, Madri e agora, nesta noite, aqui em Natal.

Sua vasta obra já está traduzida para o espanhol, alemão, francês, inglês, italiano, dinamarquesa, russo et chinês.

A maior parte dela está dividida entre vários livros de poesia, como: “Os mortos”, “Três recordações da corda lírica”, “A rainha arcaica”, “Cinco movimentos”, “O grifo”, “A sagração dos ossos”, “Opus descontinuo” e “Dante Milano: os melhores poemas”.

E inclui também diversos livros de ensaios, como “Testamento de Pasárgada”, “Dias idos e vividos”, “À sombra de Orfeu”, “O signo e a sibila”, “O encantador de serpentes”, “O fio de Dédalo”, “Baudelaire, Eliot e Dylan Thomas”, além de trabalhosas traduções de Shakespeare, T. S. Eliot, Leopardi, Chesterton, Camus, Baudelaire, Borges, Your-ce-nar et Proust.

Mais recentemente, a Editora Giraja lançou a sua “Poesia reunida” e dois volumes dos seus “Ensaios escolhidos”, com estudos sobre Aníbal Machado, José Guilherme Merquior, Franklin de Oliveira, Eduardo Portella, José Veríssimo, Oswald de Andrade, André Gide e Pablo Neruda.

Apresentando esses “Ensaios escolhidos”, Ivan Junqueira disse que seu “ensaísmo, começado nos primeiros Anos 60, padece das limitações de quem o escreveu. Não se trata do ensaísmo de um teórico e muito menos de um “scholar”, e sim de um poeta que pretendeu decifrar outros poetas”.

Reconhece que este seu ensaísmo não se filia a nenhuma escola ou mesmo tendência do esteticismo de Benedetto Croce.

Tenho cá – esclarece ele – umas tantas crenças e convicções acerca do fenômeno literário, implicando uma atitude crítica que pouco se modificou ao longo destes últimos 30 anos.

A esta altura da minha vida e da minha formação literária, essas mudanças não seriam tão previsíveis e até recomendáveis. Foi com os poetas que aprendi – e continuo a aprender – que a poesia é a mais difícil, complexa e misteriosa manifestação do espírito humano.

Ofereço aos meus leitores esse convívio amoroso com aquele que nos ensinaram a pensar e a viver e com os quais, segundo T. S. Eliot, não nos cabe competir”.

Ivan certa vez me recordou que, aos 15 anos de idade, já lia os autores pré-socráticos. Interessava-se por tudo: música, arte, literatura, cinema e poesia. Era um adolescente agitado.

Aos 23 anos, apaixonou-se pelos “Quatro quartetos” de Thomas Eliot – o T. S. Eliot – e um ano depois decidiu traduzi-lo, descobrindo então que Eliot havia escrito apenas 70 poemas e Leopardi somente 40, num adequado e prudente exemplo de advertência aos vates pródigos e perdulários.

Perguntado certa vez se sua poesia era uma poesia de morte, respondeu Ivan:

– Ao contrário, minha poesia é uma poesia de vida, embora reconheça que a morte não é uma zona de de-saparecimento e de extinção, mas sim um recomeço, porque quando os familiares falecem, a conversa não está terminada: aí é que ela se inicia.

Seu livro “Sagração dos ossos” foi escrito após uma sucessão de perdas: a morte do pai, da mãe e de suas irmãs, um livro muito duro, muito penoso e muito sofrido, quando lamentou a precariedade humana diante de todo o espetáculo da vida.

Seu poema “Meu pai” é simplesmente comovedor:

- Eu vi meu pai nas franjas da neblina.
- Eram tão frias suas mãos defuntas.
- Eram terríveis suas órbitas vazias.
- Eu vi meu pai, a voz quase inaudível,
- chamando-me ao seu colo desvalido.
- E a frente me cingindo como um nimbo,
- de flores e de ramos já sem viço.
- Eu vi meu pai. E ele sorria.

Ivan sustenta a tese de que a poesia não existe sem emoção, nutrindo-se da cultura do seu autor. Pense em Baudelaire, com sua perfeição da forma. Quem foi mais intelectual do que Fernando Pessoa, hoje mais lido do que o próprio Camões. E Garcia Lorca, cuja poesia é profundamente intelectual, embora de uma insuperável beleza emotiva. E Jorge Luis Borges, com o melhor de sua criação sendo justamente a sua poesia.

Eduardo Portella, no discurso com o qual o saudou em sua posse na Academia, disse que a poesia de Ivan Junqueira é perpassada de melancolia, com múltiplas intenções que se introduzem nas páginas de sua construção poética.

No rastro deixado pelo seu amigo Charles Baudelaire, Ivan alegoriza a melancolia, conferindo-lhe um respeitável “status” crítico.

Sem ser modernista, Ivan Junqueira é antes de mais nada um poeta moderno, sem concessões ao escândalo, à retumbância ou à estridência, mas ao contrário comedido e sensato, com generosidade e grandeza.

MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.

Ivan Junqueira empossou-se em nossa Academia no dia 7 de julho do ano de 2.000, sendo nela eleito Diretor-Tesoureiro e Secretário-Geral e é há dois anos seu Presidente e gestor de uma Administração, que será simplesmente inesquecível.

Sua Cadeira número 37 tem como Patrono o poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, como Fundador o filólogo reformador José Júlio da Silva Ramos e nela teve como Antecessores alguns nomes importantes: Alcântara Machado, Getúlio Vargas, Assis Chateaubriand e o seu antecessor direto, o grande poeta João Cabral de Melo Neto, que só poderia ser substituído por outro grande poeta, como é o caso de Ivan Junqueira.

Definindo essa Cadeira número 37, de Ivan Junqueira, o jornalista Assis Chateaubriand, que foi um dos seus ocupantes, declarou que ela era um verdadeiro paiol de pólvora:

- O Patrono, Tomás Antônio Gonzaga, tinha o cheiro de enxôfre, adquirido nos porões da Inconfidência Mineira;

- O Fundador, Silva Ramos, era um fio de terra e um rebelde a brigar com todos os provocadores que o desafiassem;

- O primeiro antecessor, Alcântara Machado, pertencia a um pelotão em revolta permanente. Vivia insatisfeito. Resmungava. Era um conspirador eterno;

- O segundo antecessor, direto, Getúlio Vargas, tinha a solécia do gato e a sedução do demiurgo, um caudilho frio, tão impiedoso consigo mesmo que terminou se matando com um tiro no peito.

Chatô reconhecia que ele talvez tenha sido eleito porque a Academia queria exorcizar o demônio que, há mais de 50 anos, rondava aquela Cadeira 37.

E eu pergunto agora:

Mas logo com Chatô, que era um ser de explosões e de reações imprevisíveis...

SENHORAS e SENHORES ACADÊMICOS.

Sou particularmente grato ao apoio recebido desta Presidência do Acadêmico Ivan Junqueira para a construção da nossa Biblioteca

Pública, denominada “Rodolfo Garcia”, em homenagem a um grande Acadêmico, contrerrâneo nosso, que eu estou dirigindo e que, se Deus quiser, será entregue à Cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 da próxima semana.

Modéstia à parte, devo informar a Vossas Excelências que vamos inaugurar, sob a Presidência do Acadêmico Ivan Junqueira, que ficará marcada, entre outras, por esta obra, vamos inaugurar – repito – talvez uma das mais modernas Bibliotecas brasileiras, toda computadorizada, numa tecnologia de ponta; toda climatizada, porque os livros não podem ficar sujeitos às oscilações de calor e de frio e toda sonorizada, porque nenhum usuário ou consulente pode ser perturbado por qualquer ruído externo.

Concluindo, devo dizer-lhes, MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES, que, nessa presidência da ABL, o Acadêmico Ivan Junqueira, nosso conferencista desta noite, tem revelado uma inesgotável disposição de trabalhar e de viajar, uma inexcedível vontade de escrever poesias e ensaios e um juvenil amor pela vida.

Essa vida lhe tem transcorrido corajosamente, como se fosse um novo Dom Quixote de la Mancha, o visionário herói de Miguel de Cervantes, sobre o qual ele vai falar aqui, dentro de poucos minutos e que foi um participante da Batalha de Lepanto, prisioneiro dos turcos durante cinco anos, preso várias vezes, imortalizado por uma paródia aos romances de Cavalaria, esta verdadeira obra-prima, intitulada “Aventuras do engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha”.

Ele foi também um Cavaleiro da Triste Figura, na sua luta permanente contra os moinhos de vento, apaixonado por Dulcinéia, montado no seu Rocinonte e apoiado pelo sensato escudeiro Sancho Pança, a bordo do seu burro e na oposição às loucas fantasias do seu amo: sonhador, excêntrico, extravagante, utopista e vesânico.

SENHORA GOVERNADORA WILMA DE FARIA.

SENHOR PRESIDENTE DIÓGENES DA CUNHA LIMA.

SENHORAS e SENHORES ACADÊMICOS.
MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES.
MINHAS AMIGAS e MEUS AMIGOS.

Nada mais me resta a dizer senão que V. Excia., SENHOR ACADÊMICO IVAN JUNQUEIRA, seja bem-vindo a esta Casa de Câmara Cascudo, que hoje abre as suas portas e os seus braços para recebê-lo, como tanto merece e para ouvi-lo falar sobre Cervantes.

MUITO OBRIGADO.

**DISCURSO NO CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ
- CENTENÁRIO DO I.H.G/RN -**

Enélio Lima Petrovich

Membro da Academia Norte-rio-
grandense de Letras

Este é um momento de emoção, de júbilo, de conagração. Evocativo e histórico. Uma manhã radiosa que evidencia a todos nós, amigos, confrades, escritores, universitários, além de sócios de nosso Instituto Histórico, já centenário, convidados, enfim, a importância da Casa da Memória Norte-rio-grandense, no contexto cultural do Estado e do país.

Daí, a nossa manifestação de apreço e de louvor a quantos integram o Centro Universitário de João Pessoa e seus vários segmentos, sob a liderança, firme e forte, do Magnífico Reitor, Mons. Marcos Augusto Trindade, numa prova cabal e de que os fatos que envolvem a nossa História não se dissociam das finalidades maiores do civismo, do amor à pátria, do estímulo às promoções valorizadoras da inteligência e do humanismo.

Há cem anos, justamente a 29 de março de 1902, estava fundado o nosso IHG/RN. Celeiro de vivas tradições potiguares, graças a uma plêiade de intelectuais e historiadores, à frente Vicente Simões Pereira de Lemos, seu fundador.

Acrescentem-se, ainda, cinco governadores de Estado – *Pedro Velho, Alberto Maranhão* – o mecenas da cultura potiguar, *Joaquim Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra* (a quem se deve a sede própria), e *Antônio de Souza*. Todos, ao lado de mais 20 saudosos construtores daquele Templo secular.

Realizamos, ali, agora com o seu ANEXO, doado pela jornalista e sócia benemérita *Ana Angélica Timbó de Oliveira*, uma

missão séria, nobre e gratificante, em prol do desenvolvimento cultural da boa terra, berço, entre tantos peregrinos da sabedoria, de um *Amaro Cavalcanti*, *Tobias Monteiro*, *Augusto Severo*, *Nísia Floresta*, *Rodolfo Garcia*, *Nestor Lima*, *Auta de Souza*, *Henrique Castriciano*, *Seabra Fagundes*, *Peregrino Júnior*, *André da Rocha*, *Manoel Rodrigues de Melo*, *José Augusto* e, **primus inter pares**, de um *Luís da Câmara Cascudo*, genial e humilde.

Nosso propósito, seguro e permanente, tem sido preservar o patrimônio histórico do Rio Grande do Norte, em dimensões universais. Promovemos, dia após dia, com obstinação e, até, coragem, uma série de eventos consagradores, à luz do idealismo dos pioneiros, fixando para o presente e o porvir os fundamentos básicos da História e da Geografia, no tempo e no espaço.

Repetimos sempre:

Ai daqueles que olvidam o nosso passado e somente buscam, pelo fascínio da vulgaridade e do trivial, extravasar as suas vaidades e seu egocentrismo, não alcançando, sequer, a memória contemporânea.

Portanto, naquele santuário do conhecimento, de tradição e do saber, em milhares de livros, periódicos, manuscritos, documentos raros, que remontam ao século XVII (desde 1647), está a própria história de nosso torrão norte-rio-grandense.

Sentimos, por isso, nesta magna solenidade, como que um misto do atual e o pretérito, na lembrança dos que, ainda em nossa convivência pacífica e jubilosa, constituem exemplo, imagem, lição de vida. Tudo, em nosso Instituto Histórico, é fruto da persistência, do devotamento às letras, da humildade e da honradez, sem quaisquer recompensas pecuniárias.

Um encontro assim, sob os auspícios do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, através da Comissão Editorial da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, abrangendo também a participação espontânea e honrosa do Conselho Estadual de Cultura e do Grupo José Honório, bem pode traduzir e sintetizar a evidência emocional, histórica e telúrica, de que devemos valorizar

mesmo a criatura humana, em seus diversos ângulos, diretrizes e fins, numa perspectiva profunda e maior, no plano da inteligência.

Emerge o nosso posicionamento, com as vistas debruçadas para a posteridade, conscientes do dever cumprido, no agradecimento livre e sincero aos dignitários da erudição e partícipes valorosos desta romaria do bem-querer que honram a Paraíba, brava e heróica, na imagem e lembrança imorredouras de um Augusto dos Anjos, José Lins do Rego, Epiácio Pessoa, Pedro Américo, Rui Carneiro, José Américo de Almeida, Castro Pinto, Rodrigues de Carvalho, Borges da Fonseca, Humberto Nóbrega e de tantos outros luminares da intelectualidade nordestina e brasileira.

Na verdade, a História comprova e ressalta, sobretudo, essa indestrutível união e esse conagraçamento tão salutar ao espírito e à mente. Isto é: paraibanos e norte-rio-grandenses.

Sim, em 1597, o capitão-mor de Pernambuco, Mascarenhas Homem, e o da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, vieram em arrojada caravana, às plagas do *Rio Grande*, a fim de expulsar os franceses, construir um forte e fundar uma cidade.

Saudemos, pois, nesta hora tropical, a Paraíba, na reminiscência de seus dias pretéritos, desde a colonização, quando surge um Vidal de Negreiros, em 1654, e faz debandar os holandeses, como assim aconteceu, graças à bravura de Felipe Camarão, nas terras potiguares.

Por tudo, afinal, reafirmamos, neste instante solene e histórico, a expressão de nosso melhor reconhecimento.

Realmente, vale a pena viver, preservando o passado, na visão de um futuro venturoso e feliz, sob a égide da História, abençoados por Deus.

Enélio Lima Petrovich (Presidente do IHG/RN).

(Discurso proferido em 12 de dezembro de 2002, no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, pela homenagem prestada ao centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902-2002))

UMA MULHER NO UNIVERSO MASCULINO

*“Há duas maneiras de estudar as borboletas:
caçá-las com redes, e inspecionar os organismos mortos,
ou sentar-nos em silêncio e observá-las
dançando entre as flores”.*

Bassham

Desde criança, vivi cercada de livros e amigos, plena de idéias e ideais. Convivendo de perto com variadas manifestações culturais, fui tomada pela convicção do estudo, e a certeza da persistência, caminhando em busca da realização do sonho. Aos sete anos, em composição escolar, já dizia do meu objetivo, que seria a defesa do direito alheio e o auxílio ao próximo.

Sem dúvida, colhi a flor do desejo, bacharelando-me em Ciências Jurídicas e exercendo o jornalismo. O contato com o ser humano sempre me empolgou e encantou.

Aos treze anos, constatei ser a escala de valores do meu progenitor totalmente diversa daquela normal de uma adolescente. Vestindo com simplicidade e comparando com os trajes envergados pelas outras freqüentadoras da mesma sociedade; perguntava-me porque convivendo até com reis e presidentes de república, eu tinha tão poucas roupas.

Na época, desconhecia o fato de que meu pai, após a falência do meu avô, ao invés de lamentar-se e desesperar-se, buscara outra inspirada vertente, entregando-se ao labor do magistério e a ciência da erudição, até construir a sua magnífica e imorredoura obra, no campo do folclore, etnografia, história e sociologia.

Naquele momento, pessoalmente, tal fato era fácil de dizer, mas difícil de entender. Ao invés de remoer dificuldades, tratei de

buscar uma solução - prática que fui e adaptada às circunstâncias - já que meu pai sempre me ensinou que a inteligência é, em última análise, a facilidade de adaptação.

Apresentei-me ao gerente do BNB, solicitando uma ocupação. Menina-moça, considerada “de família”, ele, apesar do fato, me atendeu com impressionante naturalidade e aplicou-me teste de conhecimentos. Excelente nota em português e baixa em matemática, além de certa empatia e facilidade com o trato público, me proporcionaram ser aceita para o atendimento, recebendo meio salário mínimo. Para mim uma vitória, pois já escrevia coluna em jornal diário, após serviços de cop-desk, convidada pelo diretor - que acreditou no texto da garota operária, experimentando-a na crítica musical. No entanto, para evitar julgamentos ou desaprovações em virtude da minha pouca idade ou aparente inexperiência, sugeriu-me assinar a matéria como “Any”, habitualmente chamada pelos íntimos. Sendo paga pelos dois serviços, aos quais me desincumbia com prazer, esses foram meus primeiros passos no mundo masculino. Devo confessar ter sido aceita sem reservas aparentes.

Desembaraçada, alegre, ingênua, desafiei sem sentir os costumes da época, relacionando-me, fraterna e afetuosamente com os colegas. Mamãe sempre me chamava a atenção para o cumprimento dos deveres cristãos, vestindo-me com modéstia, alerta para não resvalar na vala comum da leviandade. Por sorte, apesar do temperamento carinhoso, com sintonia e respeito, conquistei amigos que o tempo não destruiu e se justificaram pela constância e profundidade da estima recíproca, extensiva aos familiares.

Acadêmica de Direito, aos 17 anos fui nomeada pelos juízes municipais defensora dativa em seis processos e o meu desempenho deu-me esperanças de procurar trabalho na minha área. Após sondagem cuidadosa e pesquisa cartorial, participei, ousadamente, de um júri simulado na Faculdade de Direito, preferindo a acusação.

Estava presente o Governador do Estado, e no dia seguinte fui ao Palácio, aonde lhe contei que, estando vago um cargo de Promotor Adjunto, candidatava-me. O Governador, amigo dos meus pais e tendo tido assistido a performance da acadêmica, fez a nomeação, possibilitando-me exoneração do Banco e dedicação total ao exercício do Direito.

Mergulhei fundo na dimensão da carreira, logrando credibilidade e até admiração dos juizes, promotores, notários e funcionários forenses. Numa área aonde modos e manias são objeto de atenção e controvérsia, sendo muito jovem e espontânea, logicamente devo ter sido objeto de maledicência.

Alegre, despojada e pura, essencialmente uma enamorada pela profissão que exercia, jamais senti o peso do preconceito. “A abelha atarefada não tem tempo para a tristeza”, segundo William Blake.

Esbanjando bom humor e trabalhando dia e noite, embalada pelo estudo acadêmico e sua prática, nunca perdi um prazo, cheguei atrasada em audiência ou demorei um processo; cansaço algum me desanimava, pesquisando incansavelmente na tentativa diária de me desincumbir favoravelmente da missão difícil (e fascinante) que me fora confiada.

Deus concedeu-me a graça de ter sido a primeira mulher a atuar em júri na cidade do Natal na função de Promotora, conseguindo a primeira vitória do lado oposto de dois professores da Faculdade, seguindo-se incontáveis lutas, embasada pela convicção de seguir a vocação que me impulsionava. . A mídia local e nacional destacou-me diversas vezes, aumentando minha auto-estima e confiança.

Mesmo permanecendo nas lides jurídicas, não abandonei o jornalismo, atuando como editora e apresentadora do programa da TV-Universitária (primeira TV do Estado do RN), com uma hora de duração nos domingos, intitulado “Semanário’s” e concorrendo com Chacrinha, até ganhando, às vezes, em audiência localizada do

mesmo, fato registrado no periódico Estado de São Paulo, em virtude do ineditismo e originalidade dos quadros criados, a saber: Batendo Perna (Turismo), A Outra Face (Entrevistas), grupos folclóricos e artistas se apresentando ao vivo, para deleite e surpresa dos telespectadores. “Foi pelo trabalho que a mulher transpôs, em grande parte, a distância que a separava do macho; é só o trabalho que pode garantir-lhe uma liberdade concreta”, como dizia Simone Beauvoir, 1908, Segundo Sexo, Tomo II.

Colando grau, prestei concurso para viver o Ministério Público efetivamente. Tinha três anos de prática, como Adjunto de Promotor, em todas as Promotorias da capital. Em seis municípios do estado exercitei minha função, com o entusiasmo inicial conservado e o desejo de bem servir sincero. A princípio, em cidades do interior, observei certa estranheza pelo meu sexo e idade, mas logo consegui reconhecimento comunitário pela minha presença e atuação, interesse e labor incessante.

O universo masculino entreabria as porteiras curiosas para que eu lograsse adentrar em direção à concretização do meu objetivo, refletindo emoção e garimpando formas de plenitude. Em casa, recebia dos meus pais o incentivo total e a tranquilidade de uma confiança sem fronteiras, o que me permitiu passar acima de todos os obstáculos, pulando seixos de rio, que pensando positivo, eram transformados mentalmente em cristais brilhantes.

Numa espécie de mecanismo primário de sobrevivência, usava o poder feminino com tato, que é a arte de colocar seus pontos de vista na mesa, sem fazer inimigos, segundo Nelson Teixeira. A propósito, diz Hooding, que “dois legados a deixar para os filhos; um deles, raízes; o outro, asas”. Assim, aprofundei pesquisas, consultei mestres e estudei, voando na dimensão colorida do conhecimento e da execução de um desígnio. .

O Ministério Público não é, principalmente, o garantidor da lei e defensor da sociedade? No dia a dia rotineiro e desgastante,

convivendo com juízes, promotores, advogados, ouvidores, auditores fiscais, policiais e carcereiros, colegas e com as partes, só consegui reunir ensinamentos, já que é impossível conhecer primeiro uma pessoa com a qual não se possa aprender algo de útil e novo.

Hoje, Procuradora de Justiça aposentada, membro atuante da associação de classe, continuo sentindo o mesmo deslumbramento da primeira vez que coloquei uma velha beca sobre os jovens ombros no alto da tribuna do júri. Tal trajetória foi abençoada com uma união feliz, plena de companheirismo há mais de 36 anos, trazendo, num relicário, filhos e netos, irmão, família.

Tendo sido, essencialmente, leitora, hoje sou realizada como escritora. Publiquei três livros: “Mulheres Especiais”, pela Global Editora; “O Colecionador de Crepúsculos”, pela Gráfica do Senado Federal; e “Neblina na Vidraça”, pela Global Editora. Fundadora da Academia Feminina de Letras, fui eleita para a Academia Norte-Riograndense de Letras, na cadeira ocupada inicialmente por Luís da Câmara Cascudo, meu pai; e para a Academia de Arte, Cultura e História. Durante tal percurso existencial, de sabor e companhia incomparáveis, vesti-me numa forte couraça, escudo protetor que me poupou sentir e até reparar nos dardos venenosos da inveja. Com a certeza do dever cumprido, gosto de gente e procuro responder com amor e consideração qualquer contato, fórmula feliz de reinventar o próprio destino. Habituei-me, pela imitação paterna, a crer na sabedoria popular dos provérbios e adágios e assim considero cristalina verdade aqueles que dizem ser o sucesso filho da audácia e do esforço e o tempo pai da verdade.

Há um ditado chinês que assinala: “o sobrenome é importante, mas a educação é muito mais”. No caminho, sempre adubado pelas sementes do otimismo, busco colher as flores da simplicidade, aceitando as vontades de Deus e revendo conceitos novos em busca da justiça, procurando raios de sol que surgem entre nuvens escuras. Já que o Senhor tudo vê, mas não interfere nas relações humanas,

temos que, antenados nas leis naturais, fazer sintonia entre nossos anseios e a realidade, pois a inspiração vem da harmonia e do equilíbrio. Bem diz Dante Millano em Poesia e Prosa (1899); “tirando a mulher, o resto é paisagem”.

Anna Maria Cascudo Barreto
Procuradora de Justiça e Escritora
*Das Academias Feminina,
Norte-Riograndense e Paulista de Letras
Natal/RN, Junho, 2005*

(Do livro “*Nós Mulheres*”,
do **Instituto Biográfico Brasileiro**,
editado pela *Academia Brasileira de Arte, História e Cultura*,
SP, outubro de 2005)



*Editoresia Eletrônica, Fotolito Digital, Impressão
e Acabamento Gráfico:*

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA

Av. Câmara Cascudo, 355 - Ribeira - Natal/RN

Fone: (84) 3232-6791



Estado do Rio Grande do Norte
Wilma Maria de Faria
Governadora

Assessoria de Comunicação Social
Rubens Manuel Lemos Filho
Secretário Especial



D.E.I.

Departamento Estadual de Imprensa - DEI
Dickson Ricardo Nasser dos Santos
Diretor Geral



Impressão e Acabamento Gráfico:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA - DEI
Av. Câmara Cascudo, 355 - Fone: (84) 3232-6791 -
Ribeira - Natal - RN
Editoração Eletrônica: Edenildo Simões
Capa: Edenildo Simões



ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS
Rua Mipibu, 443 - Cidade Alta - Natal/RN
Fone:(84)3221-1143

Diógenes da Cunha Lima
Presidente

